

Jalles  
Machado S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
em 31 de março de 2024**

## Relatório da Administração Ano Safra 2023/2024

Goianésia, 19 de junho de 2024.

Prezados acionistas,

A administração da Jalles Machado S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024 (ano safra 2023/24). As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e contemplam as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o exercício social encerrado em 31 de março de 2023 (ano safra 2022/23), exceto quando especificado de outra forma.

### Mensagem da Administração

É com o olhar voltado para o futuro que encerramos a safra 2023/24, orgulhosos das nossas conquistas frente aos desafios transformados em oportunidades. Ao longo deste período, a região no Centro-Sul foi beneficiada por condições climáticas favoráveis, especialmente pela falta de geada e de excesso de seca, que possibilitaram uma excelente produtividade e safra recorde, com crescimento de 19,3% ante a safra anterior. Na Jalles, mesmo sem contar com esse bônus climático, foi possível entregar produtividade acima do verificada no ciclo anterior, com recordes de moagem e de produção de açúcar. Foram processadas 7.350,1 mil toneladas de cana, alta de 44,3%, com o total de ATR por hectare (TAH) somando 12,1 mil toneladas, 45,6% superior ao da safra 2022/23.

Na safra 2023/24, celebramos a primeira safra completa da Unidade Santa Vitória sob nossa gestão. Os dados de produtividade, como incremento de 85,2% na tonelada de cana por hectare (TCH), atestam o sucesso do processo de integração após a aquisição, com destaque para a evolução agrícola por meio do manejo varietal e aspectos nutricionais do solo, além de expansão da área irrigada. Expandimos 3.053 hectares e renovamos 5.358 hectares, com o intuito de impulsionar nossa produção. Também ampliamos a área de irrigação em cerca de 800 hectares. Concluímos a integração de TI, consolidando os sistemas nos mesmos padrões da UOL e UJM, com melhoria na infraestrutura, implementando fibra ótica na USV. A determinação e o engajamento do nosso time em otimizar recursos e processos, capturar sinergias e buscar o aumento da eficiência agrícola nos levaram a alcançar resultados que esperávamos que seriam atingidos em prazo maior. Além disso, estamos na fase final da construção da fábrica de açúcar na mesma unidade, (ajustar texto de acordo com a data da inauguração) com previsão de iniciar a produção nos próximos meses, alcançando a capacidade máxima de 20.000 sacas por dia. Ficou muito claro o potencial que a Unidade Santa Vitória ainda possui de ganho de produtividade para chegar aos níveis que já praticamos nas duas demais unidades.

Nossa estratégia de investimento contínuo em tecnologias de ponta, como a agricultura de precisão, e de adoção de projetos industriais inovadores tem sido fundamental para impulsionar a eficiência e a produtividade em nossas operações assim como para mitigar eventos climáticos adversos. Na safra 2023/24 demos início e prosseguimos com diversos projetos estratégicos. Destacamos, na Unidade Otavio Lage, a construção da primeira planta de biogás a partir da vinhaça em Goiás, em parceria com a Albioma, e a ampliação da capacidade de produção de açúcar, agregando a capacidade adicional de 48.000 toneladas e reforçando nossa infraestrutura para atender ao crescimento contínuo da demanda no Brasil e no mundo. Investimos nos controles industriais – inclusive com o uso de inteligência artificial –, para melhorar a performance e a recuperação industrial, de forma a aperfeiçoar a qualidade dos produtos.

Esses investimentos não apenas fortalecem nossa capacidade produtiva, mas também sustentam a expansão de nossas áreas cultiváveis e refletem nosso compromisso contínuo com a inovação e a excelência operacional.

Foi uma safra mais açucareira devido aos patamares do preço da commodity, enquanto no mercado doméstico o etanol segue pressionado por questões políticas que visam proteger o preço da gasolina, prejudicando a competitividade do etanol. Vimos os embarques de açúcar orgânico melhorarem ao longo da safra, mas acreditamos que ainda há espaço para avanços nesse sentido.

Também progredimos bastante em nossa agenda ESG. A sustentabilidade é a essência do nosso ser, as pessoas são o centro das nossas decisões e estamos cada dia mais conectados com a terra. No aspecto ambiental, enquanto buscamos a aceleração da transição energética e descarbonização por meio do combustível mais limpo do planeta, incentivamos a adoção de práticas sustentáveis que garantem o uso consciente da água em todos os nossos processos de produção. Trabalhamos também a conscientização de colaboradores e da comunidade quanto à preservação da água. Desde 1985, a Jalles mantém o Programa de Reflorestamento, um dos primeiros projetos ambientais desenvolvidos pela Companhia. Desde o início do programa, já plantamos mais de 5 milhões de árvores, contribuindo para a preservação das nascentes, recuperação da biodiversidade, evitando o assoreamento de represas e rios. Em Santa Vitória, MG, a Jalles apoiou o Projeto Educar, Cuidar e Reciclar (Graninha Verde), promovido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente da cidade. O projeto teve o objetivo de levar educação ambiental e financeira aos estudantes de todas as instituições de ensino do município e suas famílias, conscientizando sobre a importância da coleta seletiva para o meio ambiente, por meio de dinâmica de troca de recicláveis por graninhas verdes.

No Social, nos orgulhamos de investir em pessoas e em seu desenvolvimento. A Jalles mantém uma parceria de 20 anos com o Núcleo Integrado Sesi/SENAI que recebeu, em 2023, novos investimentos que vão proporcionar aos alunos da Instituição, aulas práticas em equipamentos de última geração, facilitando o aprendizado. O local funciona por meio de uma parceria entre a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), a Prefeitura Municipal de Goianésia e a Jalles, que cedeu as instalações físicas. Além disso, a Escola Luiz César de Siqueira Melo, mantida pela Fundação Jalles Machado e que é a “menina dos olhos” entre os nossos projetos sociais, foi certificada como Escola Farol, modelo na adoção do programa socioemocional “Líder em Mim”, da organização norte-americana Franklin Covey, em parceria com a SOMOS Educação. O programa existe em 60 países, com 150 escolas certificadas em todo o mundo, sendo que no Brasil apenas 11 foram certificadas e a Escola Luiz César foi a primeira em Goiás. Aproveitamos também para nos solidarizar com o bravo povo do Rio Grande do Sul. Doamos 40 toneladas de açúcar e macarrão e 30 mil litros de álcool 70º hospitalar para apoiar as famílias desabrigadas no Estado, além de realizar campanhas para estimular doações.

Em termos de governança corporativa, reforçamos a estrutura interna de gestão de riscos e evoluímos em controles. Também obtivemos a certificação 45001 – Segurança na Unidade Jalles Machado.

Nossa equipe de colaboradores desempenha um papel fundamental em nosso sucesso, e é com gratidão que reconhecemos seu comprometimento e dedicação. Mantemos nosso compromisso de proporcionar um ambiente de trabalho desafiador, motivador e que incentiva e acolhe a diversidade. Ao mesmo tempo, investimos no desenvolvimento profissional de nossas pessoas. Como resultado, seguimos certificados com o “Great Place to Work” em todas as nossas unidades, fruto de um esforço conjunto em criar uma cultura organizacional inclusiva e inspiradora.

No mesmo espírito, durante o mês de março, promovemos o programa "Mulheres que Transformam", dedicado a capacitar nossas colaboradoras e mulheres da comunidade, promovendo a igualdade de oportunidades e incentivando à participação feminina em todos os níveis da Companhia. Essa iniciativa reflete nosso compromisso com a diversidade e a equidade de gênero, valores fundamentais na Jalles.

À medida que refletimos sobre os resultados alcançados na safra 2023/24, iniciamos um novo ciclo tendo como base a segurança nas operações, determinação, união e força. Seguimos, assim, confiantes do cumprimento do planejamento estratégico para chegar na safra 2026/27 aos 9 milhões de toneladas de cana processadas. Agradecemos a confiança e o apoio contínuo de nossos acionistas, colaboradores e parceiros, e estamos confiantes de que, juntos, continuaremos a alcançar novos patamares de sucesso.

A Administração.

## Agrícola

A produtividade média foi de 84,2 toneladas por hectare (TCH) praticamente em linha com os 84,5 verificados na safra anterior. Foi a primeira safra completa com a USV, que no período registrou relevante evolução em produtividade. O TCH da USV que foi de 37,7 na safra 2022/23 passou para 69,8 na safra 2023/24, resultado do melhor manejo varietal e adequação do solo.

## Indústria

A Jalles segue avançando no seu plano de investimento que tem como objetivo aumentar a capacidade de moagem em 1,0 milhão até a safra 2024/25, sendo 300,0 mil toneladas na UJM e em 700,0 mil toneladas na UOL. Durante o ano safra de 2023/24 foi inaugurada uma nova caldeira na UOL, ampliação da capacidade de produção de açúcar, agregando a capacidade adicional de 48.000 toneladas e foi inaugurada a primeira planta de biogás a partir da vinhaça em Goiás, em parceria com a Albioma. Na USV, em 18 de junho, foi iniciada a produção da fábrica de açúcar que possui capacidade de até 20 mil sacas por dia. No consolidado, na safra 2023/24 a Jalles processou 7.350,1 mil toneladas de cana-de-açúcar, volume 44,3% acima no comparativo com a safra 2022/23, com crescimento de volume de 5,9%, 4,4% e 12,8%, respectivamente nas Unidades UJM, UOL e USV. O ATR Total produzido foi de 1.048,1 mil toneladas ante 986,2 mil toneladas, dado proforma, em relação ao mesmo período anterior.

## Talentos Humanos

Pelo sétimo ano consecutivo, a Companhia recebeu a certificação da Great Place to Work, que a reconhece pelo ótimo ambiente para trabalhar. A Jalles por meio de atitudes voltadas para o bem-estar dos colaboradores e de programas estruturados com foco no desenvolvimento de pessoas, reiterou mais um ano o seu compromisso com a qualidade de vida, a começar por um ambiente de trabalho. A Jalles busca ainda garantir a maximização do potencial humano de várias formas: a Companhia oferece treinamentos a todos os colaboradores para que eles se desenvolvam profissionalmente; incentiva a autonomia e o desenvolvimento individual e da equipe. Para desenvolver e capacitar a liderança possui um programa de desenvolvimento de líderes, que é o Líder Inova. O programa contemplou 330 profissionais de todos os níveis de liderança da Companhia, que tiveram à disposição 24 módulos de treinamento compostos por temas que vão desde a Liderança Básica até mais amplos, como Cultura Organizacional e Sucessão de Carreira.

A Jalles valoriza e reconhece a importância de cada colaborador. Por meio do Programa Reconhecer, homenageamos os colaboradores que completaram 5, 10, 15, 20, 25, 30, 35 e 40 anos de empresa em 2023. Pela primeira vez, o programa foi realizado também na Unidade Santa Vitória onde foram homenageados 190 colaboradores que completaram 5, 10, e 15 anos de empresa. O objetivo é reconhecer os esforços de cada colaborador, motivá-los e inspirar os demais colaboradores a trilharem sua trajetória de crescimento na Empresa. Com esse programa, também reiteramos nosso compromisso com as pessoas, valorizando todos independentemente de posição, turno de trabalho, histórico educacional, idade, gênero e raça. Nos canais internos de comunicação e nas redes sociais da Jalles, divulgamos vídeos com depoimentos e histórias inspiradoras de colaboradores que foram homenageados no programa.

Não fazemos distinção de gênero, temos mulheres em praticamente todas as áreas da empresa e em funções que ainda são conhecidas pela sociedade por serem ocupadas somente pelo público masculino, como operadora de máquinas agrícolas, motorista de caminhão, eletricista automotivo, soldadora, etc. O percentual de mulheres na empresa foi de 22% e em cargos de liderança na safra 2023/24 foi de 14%. E o objetivo da Empresa é capacitar mais mulheres da comunidade para aumentar ainda mais esses números.

Em comemoração ao Dia da Mulher, realizamos a ação 'Mais Mulheres, crescendo juntas na Jalles' para aumentar ainda mais a participação feminina na empresa. Convidamos todas as mulheres de Santa Vitória/MG e região para participar e fazer parte do nosso time. A Companhia investe em treinamentos específicos para capacitar as suas colaboradoras e as mulheres da comunidade, incentivando ainda mais a participação e a representatividade feminina na Empresa. Em parceria com o Senar e o Sindicato Rural de Goianésia, a Jalles promove cursos gratuitos de operação de máquinas agrícolas para mulheres da comunidade. Ao concluírem, as aprovadas estão aptas para o mercado de trabalho e têm a oportunidade de participar de processos seletivos da Empresa. Também criamos uma série "Mulheres que transformam" para compartilhar trajetórias inspiradoras de mulheres que trabalham na Jalles.

Além disso, a Companhia investe na qualificação das colaboradoras para que possam crescer e assumir novas funções. No início de 2024, a Jalles promoveu o curso de eletricista automotivo para as colaboradoras que queriam aprender essa função e já há outros cursos internos programados para o decorrer do ano.

## ESG

A sustentabilidade é a essência do nosso ser e fazer, estamos cada dia mais conectados com a terra.

Convictos de que o crescimento sustentável e responsável é, não apenas possível, mas fundamental para o sucesso a longo prazo de nossa empresa. Estamos comprometidos em continuar aprimorando nossas práticas e buscando novas maneiras de contribuir positivamente para o mundo ao nosso redor.

Para fortalecer cada vez mais a governança corporativa, as estruturas de GRC, Gestão Ambiental e Sustentabilidade e Qualidade passaram a integrar o novo departamento nominado de Centro de Excelência Responsabilidade Empresarial, que compõe três áreas, sendo elas: GRC (Governança, Riscos e Conformidade), RAS (Responsabilidade Ambiental e Sustentabilidade) e Qualidade Agroindustrial.

Seguindo com ações do Centro de Excelência Responsabilidade Empresarial foram ainda realizados:

**GRC:** diagnóstico das práticas GRC que forneceu dados e direcionadores estratégicos para a construção do Plano Plurianual GRC para evolução do nível de maturidade das práticas e ferramentas de controles, riscos e conformidade para o ciclo de 2024-2025-2026.

**Gestão Ambiental e Sustentabilidade:** A reestruturação do Departamento Responsabilidade Ambiental e Sustentabilidade, unificou os colaboradores das unidades de Goiás e Minas Gerais e na revisão de todos os processos com alocação de colaboradores especialistas em temas específicos, principalmente naqueles de maior importância para o setor agroindustrial, são eles: Recursos Hídricos, Resíduos, Florestal, Conformidade Legal e Licenciamento, Melhoria Contínua, Sustentabilidade e Fauna que estruturam o Sistema de Gestão Ambiental da companhia.

A Jalles está demonstrando que é possível conciliar negócios com sustentabilidade e está comprometida em continuar aprimorando suas práticas e desempenho ESG. A empresa acredita que, ao fazer isso, pode fazer uma contribuição significativa para o desenvolvimento sustentável e criar valor a longo prazo para todos os seus stakeholders.

## Desempenho Operacional

### Moagem de cana

A Jalles encerrou o exercício com a moagem total de 7.350,1 toneladas de cana, volume 44,3% acima do verificado na safra anterior, devido ao ganho de produtividade em suas três unidades e a primeira participação da USV em todo o período de safra. Considerando o acumulado na safra 2023/24, em todas as unidades a Jalles registrou incremento no processamento de cana-de-açúcar.

Com uma área colhida de 86,4 mil hectares em 2023/24, 43,4% acima da safra 2022/23 a Jalles conseguiu seu recorde de processamento, dada a produtividade maior por área, com destaque para as Unidades Jalles Machado e Santa Vitória.

Destaque para o ganho de produtividade medido pelo TCH na USV, que saltou de 37,7 toneladas por hectare no ciclo anterior para 69,8 toneladas por hectare na safra 2023/24. Tal performance é resultado, principalmente, das condições climáticas favoráveis e do aperfeiçoamento no manejo desta Unidade, a qual teve suas sinergias intensificadas durante esta safra, neste caso, os tratamentos culturais com incorporação de matéria orgânica no solo para melhoria das suas propriedades físicas, que vão contribuir para Safras mais produtivas no futuro.

## Produção

O volume de moagem na safra 2022/23 resultou em uma produção total de 1.048,1 mil toneladas de ATR (açúcar e etanol), volume 44,2% maior do que o produzido na safra anterior, de 726,7 mil toneladas.

O mix de produção alcançou 37,5% de açúcar e 62,5% de etanol na safra 2023/24 comparado com 44,1% e 55,9%, respectivamente. A comparação mostra avanço na produção de etanol devido a consolidação da USV que, atualmente, produz exclusivamente etanol hidratado.

Contudo, nas Unidades Jalles Machado e Otávio Lage houve incremento na produção de açúcar, a qual foi 22,5% maior no comparativo entre as safras. Quando comparado com os números das Unidades Jalles Machado e Otávio Lage, o mix de produção foi de 44,1% e 37,5% na safra 2023/24 e 2022/23, respectivamente.

## Comercialização

Na safra 2023/24, o ATR comercializado foi 21,3% maior, somando 983,6 mil toneladas ante 810,6 mil toneladas de 2022/23, devido a uma produção recorde.

A Jalles comercializou 352,5 mil m<sup>3</sup> de etanol na safra 2023/24, marca 25,1% maior do que registrado na safra anterior, 281,7 mil m<sup>3</sup>. No mesmo período de comparação, a comercialização de açúcar foi 17,4% maior, totalizando 368,8 mil toneladas, enquanto na safra 2022/23 foi 314,3 mil toneladas. Destaque para o maior volume vendido de açúcar VHP no comparativo, que passou de 12,1 mil t. em 2022/23 para 26,3 mil t. em 2023/24. A venda de CBIOs foi 230,2% maior durante o período, quando comparado com o acumulado da Safra 2022/23. Esse avanço é explicado pela maior comercialização, tendo saídas também do estoque do período da safra 2022/23 de CBIOs da Companhia. Esta estratégia deve-se à oportunidade verificada de realizar maior receita em um momento que houve maior consumo no mercado por combustíveis fósseis, o que aumentou a demanda por CBIO pelas distribuidoras com a finalidade de neutralizarem suas emissões, e por consequência, o preço por CBIO cresceu. Vale ressaltar que a Jalles possui a melhor nota de eficiência energética para a produção de etanol a partir da cana de açúcar, ou seja, há uma receita maior de CBIO por litro de etanol vendido.

A cotação dos contratos futuros de açúcar apresentou uma recuperação ao final da safra 2023/24. O preço médio de negociação foi de 22 centavos por libra-peso. Apesar de estar abaixo do patamar alcançado nos primeiros trimestres da safra, quando os contratos foram negociados acima dos 27 centavos, a *commodity* continua a ser comercializada acima da média do ano anterior e da média histórica de 19,2 centavos.

O preço médio total do açúcar da Jalles é superior ao registrado no mercado em razão da Companhia comercializar também açúcar empacotado e açúcar orgânico, parcialmente sob a marca própria Itajá, em nível superior ao preço da *commodity*.

JALLES

## Desempenho Econômico-financeiro

### Receita Operacional

Composição da Receita Operacional Bruta R\$ milhões	Consolidado		Δ%	Consolidado			Δ%
	4T24	4T23		2023/24	2022/23	2021/22	
<b>Mercado Externo</b>	<b>88,7</b>	<b>63,5</b>	<b>39,6%</b>	<b>300,2</b>	<b>261,9</b>	<b>193,6</b>	<b>14,6%</b>
Açúcar Branco	-	-	-	-	-	-	-
Açúcar VHP	23,1	4,7	388,9%	73,0	27,2	27,4	168,7%
Açúcar Orgânico	65,7	58,8	11,6%	227,2	234,7	166,2	-3,2%
<b>Mercado Interno</b>	<b>497,9</b>	<b>232,7</b>	<b>113,9%</b>	<b>1.899,9</b>	<b>1.658,4</b>	<b>1.524,6</b>	<b>14,6%</b>
Etanol Anidro	55,1	55,0	0,1%	209,1	382,6	147,6	-45,3%
Etanol Hidratado	129,9	44,0	195,1%	213,1	321,7	591,8	-33,8%
Etanol Hidratado Santa Vitória	168,1	34,5	386,6%	467,9	192,5	-	143,1%
Etanol Orgânico	4,6	-	-	18,7	21,2	17,3	-11,5%
Açúcar Branco	75,5	54,1	39,6%	706,5	548,8	543,7	28,7%
Açúcar VHP	-	-	-	0,1	-	-	-
Açúcar Orgânico	9,9	7,6	31,3%	35,6	39,3	32,0	-9,3%
Saneantes	9,7	14,8	-34,4%	46,1	71,9	157,4	-35,9%
Energia	25,3	18,8	34,6%	106,7	42,2	-	-
CBIOs	17,5	-	-	70,7	23,3	20,7	203,7%
Levedura	-	-	-	8,1	6,1	6,4	33,0%
Outros	2,3	3,9	-41,1%	17,2	9,0	7,6	91,6%
<b>Total</b>	<b>586,6</b>	<b>296,3</b>	<b>98,0%</b>	<b>2.200,1</b>	<b>1.920,3</b>	<b>1.718,1</b>	<b>14,6%</b>

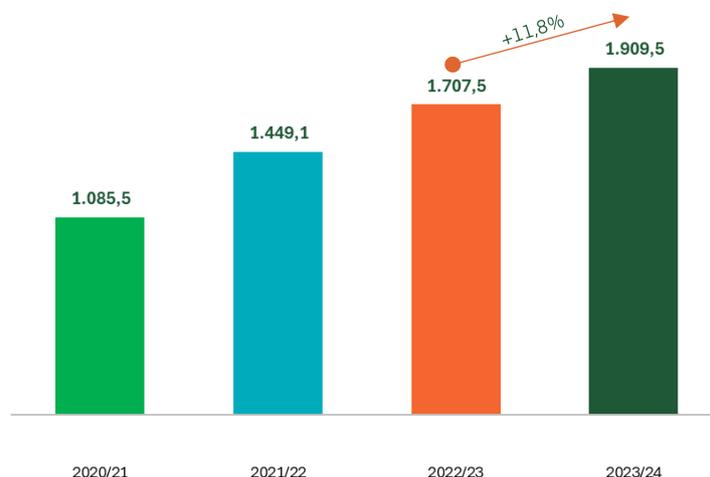
Na safra 2023/24, a receita bruta foi 14,6% superior à safra anterior, saindo de R\$ 1.920,3 milhões para R\$ 2.200,1 milhões, pela primeira vez superando a marca de R\$ 2,0 bilhões. No período, observa-se maior receita no açúcar VHP, que saiu de R\$ 27,2 milhões na safra passada para R\$ 73,0 milhões, desempenho 168,7% maior. O crescimento também ocorre com etanol hidratado em Santa Vitória, que sai de uma receita de R\$ 192,5 milhões em 2022/23 para R\$ 467,9 milhões, alta de 142,1%. A receita bruta com a comercialização do etanol anidro e hidratado, totalizou R\$ 890,1 milhões, já incluindo Santa Vitória. No mesmo período da safra passada, o montante foi de R\$ 918,0 milhões, 1,0% menor que na safra 2023/24.

Frisa-se que o açúcar orgânico possui uma dinâmica diferente de comercialização e precificação, onde sua comercialização é mais distribuída ao longo dos meses e seu preço é de acordo com a demanda e oferta para a safra global.

A receita de CBIO cresceu 203,7% no comparativo com 2022/23 devido a comercialização de estoque durante a safra.

## Receita Líquida

Em linha com o aumento da receita bruta, a receita líquida sai de R\$ 1.707,5 milhões no período 2022/23 para R\$ 1.909,5 milhões na safra 2023/24, alta de 11,8%.



## Custo dos Produtos Vendidos (CPV) e Lucro Bruto

Na safra 2023/24, o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 1.357,9 milhões, apresentando alta de 21,1% em relação ao exercício anterior, o que representou 71,1% da receita líquida ante 65,6% da safra anterior. Esse aumento é justificado pela consolidação com a USV, aumento dos custos decorrentes às safras passadas e à diminuição do preço médio do etanol comercializado causado pela alteração nos tributos federais e estaduais.

O desempenho bruto da safra 2023/24 soma ainda a variação negativa de R\$ 18,2 milhões referente ao valor justo do ativo biológico, devido aos fatores supracitados. Na safra anterior, esse item foi negativo em R\$ 39,6 milhões.

Com isso, o lucro bruto foi de R\$533,4 milhões, 2,5% abaixo do resultado verificado na safra 2022/23, dado o efeito redutor do CPV causado pela reversão de *Impairment*. A margem bruta apresentou recuo de 4,1 pontos percentuais, atingindo 27,9%, explicado pela variação do ativo biológico, incorporação da USV, aumento dos custos e diminuição do preço médio do etanol.

A USV estava com parte dos seus ativos em *impairment*, devido a avaliação patrimonial da empresa a qual estava mais baixa por conta do período passado onde a unidade estava sem gerar fluxo de caixa. Como ela passou a ser uma empresa geradora de caixa, seus ativos foram reavaliados e este *Impairment* foi revertido. Esse valor se refere ao ajuste necessário nesta Safra em relação aos exercícios anteriores, antes da aquisição desta unidade pela Jalles.

## Outras receitas operacionais e equivalência patrimonial

No comparativo entre as Safras 2023/24 e 2022/23, ocorreram dois eventos não recorrentes que impactaram positivamente o resultado da conta Outras Receitas Operacionais, sendo elas a Ganho por Compra Vantajosa e a Reversão de *Impairment*.

A compra vantajosa é a diferença entre o valor da avaliação patrimonial da USV e o valor pago pela Jalles, surtindo um valor financeiro de R\$ 665,7 milhões na Safra 2022/23 em Outras Receitas Operacionais. Já a safra 2023/24 registrou resultando em Outras Receitas Operacionais de R\$ 111,8 milhões, 83,2% a menos que o período anterior.

## Despesas operacionais (SG&A)

O total das despesas com vendas, gerais e administrativas na safra 2023/24, as despesas somaram R\$ 281,4 milhões, 17,2% acima do registrado na safra 2021/22, R\$ 240,1 milhões, desempenho que é explicado pela consolidação da Unidade Santa Vitória dentro da safra 2023/24.

Dentre outras modificações no SG&A, destaca-se também a evolução das despesas alocadas na conta outros que obteve incremento decorrente das despesas tributárias relacionadas ao crescimento de vendas.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$ milhões)	Consolidado			Consolidado			
	4T24	4T23	Δ%	2023/24	2022/23	2021/22	Δ%
SG&A	75,8	56,4	34,3%	281,4	240,1	200,1	17,2%
Despesas Gerais e Adm.	40,3	26,1	54,1%	143,2	103,6	100,9	38,3%
Pessoal	11,6	8,9	30,2%	47,8	42,6	27,4	12,1%
Outros	28,7	17,2	66,6%	95,4	60,9	73,4	56,6%
Despesas com Vendas	35,5	30,3	17,1%	138,2	136,5	99,3	1,2%
Comissões	2,2	2,0	9,6%	9,8	10,8	12,6	-9,9%
Fretes	15,3	10,9	39,6%	54,8	49,6	41,8	10,6%
Outros	18,0	17,3	3,8%	73,6	76,1	44,8	-3,3%

## EBIT

O resultado operacional, EBIT, no exercício encerrado em 31 de março de 2024, alcançou R\$ 374,9 milhões ante R\$ 976,6 milhões no mesmo período da safra anterior, redução de 61,6%. O desempenho do indicador é explicado, em grande parte, pelo impacto da reversão do *impairment* na USV.

Considerando o EBIT Ajustado (ajuste realizado pela exclusão da Equivalência Patrimonial, reversão do *impairment* na USV e a Variação do Ativo Biológico), houve diminuição de 68,8% em relação à Safra anterior, gerando um montante de R\$180,9 milhões.

Reconciliação EBIT (R\$ milhões)	Consolidado			Consolidado			
	4T24	4T23	Δ%	2023/24	2022/23	2021/22	Δ%
Receita Líquida	502,7	269,5	86,5%	1.909,5	1.707,5	1.449,1	11,8%
Variação do Ativo Biológico	107,3	6,5	1555,5%	(18,2)	(39,6)	35,5	-54,0%
CPV	(348,4)	(183,9)	89,4%	(1.357,9)	(1.120,9)	(729,3)	21,1%
SG&A	(75,8)	(51,4)	47,3%	(281,4)	(240,1)	(200,1)	17,2%
Provisão de Perdas	(0,1)	(0,0)	148,5%	(2,0)	(4,0)	7,6	-49,6%
Ganho por Compra Vantajosa	-	-	n/d	-	428,0	-	n/d
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	34,8	40,0	-12,8%	111,8	237,7	172,6	-53,0%
Equivalência Patrimonial	(5,2)	(4,1)	26,5%	13,1	8,0	16,5	65,2%
<b>EBIT</b>	<b>215,3</b>	<b>76,4</b>	<b>181,7%</b>	<b>374,9</b>	<b>976,6</b>	<b>751,9</b>	<b>-61,6%</b>
Margem EBIT	42,8%	28,4%	14,5 p.p.	19,6%	57,2%	51,9%	-37,6 p.p.
(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(5,2)	(4,1)	26,5%	13,1	8,0	16,5	-65,2%
(-) Ganho por Compra Vantajosa / Impairment	199,1	-	n/d	199,1	(428,0)	-	n/d
(-) Variação do Ativo Biológico	107,3	6,5	-1555,5%	(18,2)	(39,6)	35,5	54,0%
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>(85,8)</b>	<b>74,1</b>	<b>-215,9%</b>	<b>180,9</b>	<b>580,3</b>	<b>700,0</b>	<b>-68,8%</b>
Margem EBIT Ajustado	-17,1%	27,5%	-44,6 p.p.	9,5%	34,0%	48,3%	-24,5 p.p.

## EBITDA e EBITDA Ajustado

A Companhia exclui os valores referentes ao Valor Justo do Ativo Biológico, Ajuste de Equivalência Patrimonial e Reversão de Impairment do cálculo deste indicador, pois considera que, dessa forma, o EBITDA proporciona melhor avaliação da geração operacional de caixa efetiva.

Pode se observar na safra 2023/24 uma depreciação maior ante a safra anterior, impactando a menor o valor do EBITDA Contábil. Apesar de uma depreciação maior, os efeitos não recorrentes foram preponderantes. A safra 2022/23 contou com R\$ 428,0 milhões com o Ganho Por Compra Vantajosa, o que fez o EBITDA Contábil partir de um lucro líquido bem superior ao do período vigente.

O EBITDA Ajustado exclui todos os efeitos não recorrentes do cálculo do indicador, totalizando um montante de R\$ 1.207,3 milhões, 3,9% maior que o anterior.

No Comparativo 2022/23 com a safra 2023/24, o EBITDA – Capex Recorrente teve diminuição de 53,9%, os gastos com mais áreas para produção de cana e parcerias agrícolas foram as principais despesas que impactam no resultado do EBITDA – Capex Recorrente, além da primeira safra com consolidação total da USV, totalizando R\$ 147,1 milhões.

Reconciliação EBITDA R\$ milhões	Consolidado			Consolidado			Δ%
	4T24	4T23	Δ%	2023/24	2022/23	2021/22	
<b>Lucro Líquido</b>	<b>7,4</b>	<b>(56,0)</b>	<b>-113,2%</b>	<b>85,1</b>	<b>692,3</b>	<b>387,9</b>	<b>-87,7%</b>
(-) IRPJ e CSLL	26,4	25,6	3,2%	44,0	(15,4)	(65,7)	-386,3%
(-) Resultado Financeiro	(234,3)	(158,0)	48,3%	(333,7)	(268,9)	(293,3)	24,1%
(+) Depreciação e Amortização	383,4	91,6	318,4%	1.026,4	581,6	398,4	76,5%
<b>EBITDA Contábil</b>	<b>598,7</b>	<b>168,1</b>	<b>256,2%</b>	<b>1.401,3</b>	<b>1.558,2</b>	<b>1.150,4</b>	<b>-10,1%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>119,1%</i>	<i>62,4%</i>	<i>91,0 p.p.</i>	<i>73,4%</i>	<i>91,3%</i>	<i>79,4%</i>	<i>-19,6 p.p.</i>
(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(5,2)	(4,1)	26,5%	13,1	8,0	16,5	65,2%
(-) Ganho por Compra Vantajosa / Impairment	199,1	-	n/d	199,1	428,0	-	-
(-) Variação do Ativo Biológico	107,3	6,5	1555,5%	(18,2)	(39,6)	35,5	-54,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>297,5</b>	<b>165,7</b>	<b>79,5%</b>	<b>1.207,3</b>	<b>1.161,8</b>	<b>1.098,4</b>	<b>3,9%</b>
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	<i>59,2%</i>	<i>61,5%</i>	<i>-2,3 p.p.</i>	<i>63,2%</i>	<i>68,0%</i>	<i>75,8%</i>	<i>-4,8 p.p.</i>
(-) Capex Recorrente*	245,7	232,3	5,8%	1.060,2	842,6	533,8	25,8%
<b>EBITDA - Capex Recorrente</b>	<b>51,9</b>	<b>(66,6)</b>	<b>-177,9%</b>	<b>147,1</b>	<b>319,3</b>	<b>564,5</b>	<b>-53,9%</b>
<i>Margem EBITDA - Capex Recorrente</i>	<i>10,3%</i>	<i>-24,7%</i>	<i>35,0 p.p.</i>	<i>7,7%</i>	<i>18,7%</i>	<i>39,0%</i>	<i>-11,0 p.p.</i>

\*Capex recorrente: Tratos culturais, plantio de renovação, manutenção de entressafra e parceria agrícola.

## Resultado financeiro

Excluindo o resultado da variação cambial, das operações de derivativos e o IFRS 16, a Jalles apresentou resultado financeiro negativo R\$ 233,0 milhões na safra 2022/24, 135,3% maior do que a despesa de R\$ 99,1 milhões na safra 2022/23.

As variações cambiais registradas em 2023/24 resultaram em receita de R\$ 3,2 milhões, ante despesa de R\$ 7,8 milhões no ciclo anterior. As operações de hedge totalizaram R\$ 103,9 milhões negativos no acumulado da safra 2023/24, comparado à despesa de R\$162,0 milhões na safra anterior. Importante observar que a Companhia não faz *Hedge Accounting* e, portanto, o resultado do MTM das operações de hedge acumula os valores de todas as safras seguintes onde existam operações com derivativos. As operações com derivativos expostas no Balanço Patrimonial da Companhia sob a rubrica “Operações de Hedge”, estão divididos ao longo dos exercícios seguintes. Os preços do açúcar, mesmo se considerados os custos de produção futuros estimados, têm permitido à Jalles avançar nas fixações de telas mais longas.

O resultado financeiro líquido para a safra 2023/24 foi de R\$ 333,7 milhões negativos, ante R\$ 268,9 milhões negativos na safra 2022/23, o que evidencia crescimento de 24,1%. Destacam-se duas despesas que contribuíram negativamente para o Resultado Financeiro Líquido do acumulado de Safra. A primeira é o aumento da Despesa Financeira, que apresentou alta de 34,6% em relação à Safra anterior, totalizando R\$ 370,6 milhões. A segunda é com Hedge de Liquidação que teve incremento de 16,6% em relação ao período anterior, totalizando R\$ 210,0 milhões, ante R\$ 180,1 milhões na Safra passada.

## Lucro líquido

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 85,1 milhões ante aos R\$ 692,3 milhões registrados na safra 2022/23 que contou com o impacto positivo de R\$ 428,0 milhões de ganho por compra vantajosa referente a aquisição da USV.

## Estoques

Os estoques de produtos acabados e em almoxarifado encerraram a safra somando R\$ 77,4 milhões, 19,6% abaixo do verificado no ciclo 2022/23. Além do aumento monetário, houve evolução do estoque de ATR (açúcar e etanol) em 81,9% ante ao montante do período anterior.

Houve uma diferença na composição de estoques na safra 2023/24 devido ao incremento na produção tanto no etanol quanto no açúcar. O etanol apresentou crescimento relevante de 172,4% em relação à safra anterior.

Já com relação ao açúcar, o estoque teve aumento menor se comparado com etanol, que foi de 16,0%, a alta do estoque de açúcar tem como motivo o açúcar VHP que terá sua comercialização no início da safra 2024/25.

## Hedge

Com base na nossa política de hedge, a Jalles assegura previsibilidade na Receita futura de açúcar para as próximas duas safras. Ela nos diferencia no mercado e fortalece nossa capacidade de enfrentar flutuações de preços e demanda. Além disso, os preços da safra 2023/24, que estão aproximadamente 30% superiores, aliados a um mix de produção significativamente melhor, reforçam nossa segurança e rentabilidade.

Nesta divulgação de resultados, a Jalles iniciou o desfazimento da posição da safra 2024/25 devido à expiração dos contratos e à comercialização do açúcar. A Companhia também avança de forma sólida na posição da safra 2025/26, garantindo bons preços e alcançando 73% do volume disponível em relação à capacidade produtiva.

Um dos nossos diferenciais é a fixação de até 85% do açúcar VHP e Cristal disponível para comercialização, o que nos permite mitigar riscos e nos posicionar como uma empresa sólida na garantia de margens para a venda de açúcar cristal no mercado doméstico e a exportação de açúcar VHP. A fixação de 85% já contempla cerca de 5% para uma eventual frustração de safra e 10% referente à parceria agrícola.

# Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

# Jalles

**Jalles Machado S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ 02.635.522/0001-95

NIRE 52.30000501-9

## Caixa

Na safra 2023/24 a Jalles captou R\$ 300 milhões por meio de sua 4a emissão de debêntures simples. Com isso, o caixa e equivalentes da Jalles somou R\$ 1.069,4 milhões ao final do exercício social findo em 31 de março de 2024 praticamente em linha com os R\$ 1.020,9 milhões no exercício anterior. Tal montante representava 4,5x os vencimentos de curto prazo, mantendo assim a alta liquidez.

JALLES

## CAPEX

Capex R\$ milhões	Consolidado		Δ%	Consolidado			Δ%
	4T24	4T23		2023/24	2022/23	2021/22	
<b>Capex Recorrente</b>	<b>170,8</b>	<b>168,7</b>	<b>1,2%</b>	<b>447,5</b>	<b>403,2</b>	<b>235,3</b>	<b>11,0%</b>
Plantio de Renovação	47,3	48,2	-2,0%	242,7	189,1	98,2	28,3%
Manutenção de Entressafra	123,5	120,5	2,5%	204,8	214,1	137,1	-4,3%
<b>Capex Expansão</b>	<b>117,3</b>	<b>62,0</b>	<b>89,0%</b>	<b>262,8</b>	<b>158,9</b>	<b>181,1</b>	<b>65,4%</b>
Ampliação IPO	16,5	32,4	-44,4%	80,7	101,4	141,0	-20,4%
Fábrica Açúcar VHP - USV	68,8	n/d	n/d	115,6	-	-	n/d
Plantio de Expansão	32,0	29,7	27,6%	66,6	57,5	40,1	15,8%
<b>Capex Ampliação/Melhoria</b>	<b>59,1</b>	<b>25,1</b>	<b>135,8%</b>	<b>153,5</b>	<b>117,6</b>	<b>101,4</b>	<b>30,5%</b>
Indústria	34,7	12,5	177,5%	54,3	26,2	25,9	107,3%
Agrícola	22,0	10,5	109,5%	88,6	80,4	62,9	10,1%
Outros	2,4	2,1	n/d	10,6	10,9	12,7	-3,2%
<b>Capex Total ex Tratos Consolidado</b>	<b>347,1</b>	<b>255,8</b>	<b>35,7%</b>	<b>863,8</b>	<b>679,7</b>	<b>495,3</b>	<b>27,1%</b>
<b>Tratos Culturais Totais</b>	<b>56,0</b>	<b>48,6</b>	<b>15,2%</b>	<b>394,7</b>	<b>321,5</b>	<b>189,9</b>	<b>22,8%</b>
Tratos Cana Planta Expansão	1,3	3,1	-57,9%	10,5	10,2	3,3	2,5%
Tratos Renovação / Soqueira	54,6	45,5	20,2%	384,2	311,3	186,6	23,4%
<b>Total Capex + Tratos</b>	<b>403,1</b>	<b>304,4</b>	<b>32,4%</b>	<b>1.258,5</b>	<b>1.001,1</b>	<b>685,2</b>	<b>25,7%</b>

O Capex total da safra alcançou R\$ 1.258,5 milhões, 25,7% a mais do que o registrado na safra 2022/23. No período, os investimentos Capex Recorrente ficaram no montante de R\$ 447,5 milhões, 11,0% a mais que no período anterior, que havia totalizado 403,2.

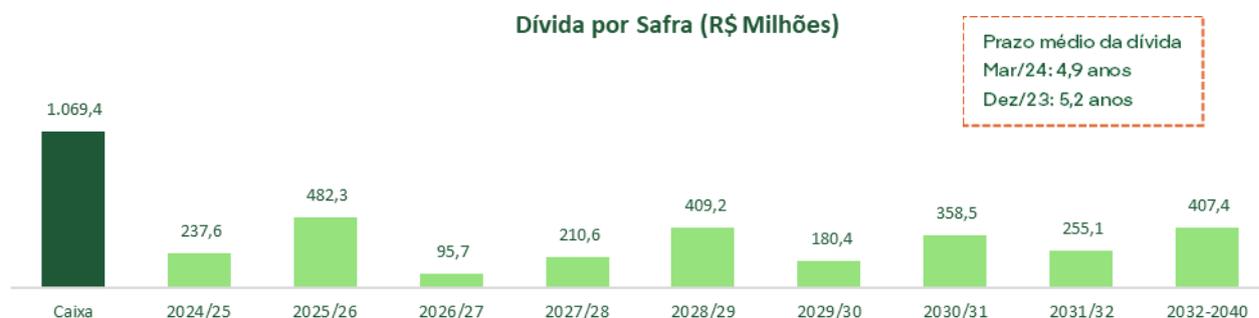
A execução do Capex Expansão com a Ampliação IPO avançou em R\$ 262,8 milhões na safra 2023/24. Esta conta se refere aos recursos do IPO que são aplicados na Jalles para incremento de produção e produtividade da UJM e UOL, além da Fábrica de açúcar VHP da USV. O Capex ex-Tratos cresceu 27,1% totalizando R\$ 863,8 milhões ante R\$ 679,7 milhões na Safra 2022/23.

O crescimento de Tratos Culturais de 22,8% no acumulado de safra, deve-se a dois fatores, sendo o primeiro o aumento de área das Unidades e melhoria dos tratos culturais da USV, e o segundo à amortização de tratos culturais com valores mais elevados. Porém destaca-se que não há efeito caixa, mas sim, efeito contábil nesta conta de Capex.

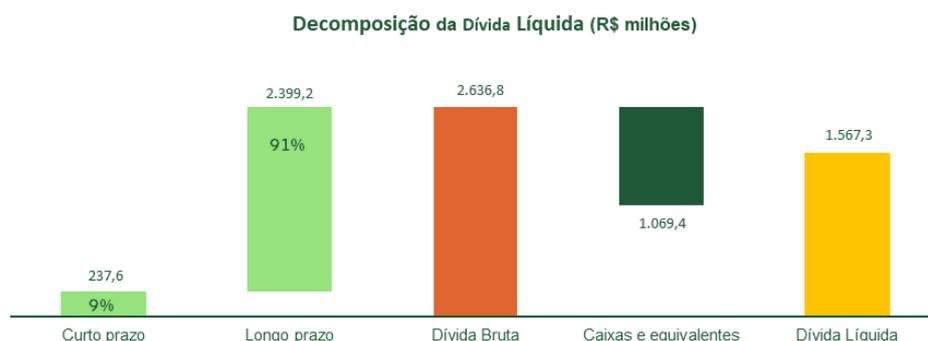
## Endividamento

Ao fim da Safra 2023/24, a Companhia registrou dívida líquida de R\$ 1.567,3 milhões, 42,0% maior do que o período da safra 2022/23. Esse aumento se deve pelos investimentos em Capex de expansão da Companhia que subiu 82,2% no comparativo entre 2023/24 e 2022/23, a evolução do endividamento é decorrente das captações realizadas para suportar tais investimentos.

## Cronograma de Amortização da Dívida



Ao final de dezembro de 2024, 91% da dívida bruta da Companhia estava concentrada no longo prazo, R\$ 2.399,2 milhões, ante R\$ 237,6 milhões no curto prazo, totalizando R\$ 2.636,8 milhões. Deste total, tem-se R\$ 2.520,4 milhões em Reais e R\$ 116,4 milhões em USD, respectivamente 95,6% e 4,4%.



## Dívida por Modalidade

As operações no mercado de capitais representavam 60,3% do montante da dívida ao final de março de 2024, enquanto operações de capital de giro de longo prazo e financiamento a investimentos eram equivalentes a 13,6% e 26,1%, respectivamente. O prazo médio da dívida esteve em 5,0 anos em março de 2024 ante 5,1 anos em março de 2023.

Considera-se como Financiamentos e Investimentos: BNDES, Finame, FCO, Leasing, CDC e Multilateral; já como Capital de Giro LP: ACC, Pré-pagamento e Capital de Giro.; e para Mercado de Capitais: Debêntures e CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio).

Quanto as dívidas que possuem contrato de swap para seus indexadores, 81,8% destas estão indexadas em CDI e 12,5% em IPCA, e os demais representavam 5,7% em março de 2024. A Jalles realizou swaps de IPCA+ para CDI+ referente à emissão de CRA (2020) e Debêntures (2ª, 3ª e 4ª Emissões).

## Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes Ltda foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). A Companhia não contratou o auditor independente para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação do auditor independente está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém do auditor independente declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão.

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>12</b>
<b>Demonstração do valor adicionado</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>14</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte  
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)  
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil  
Telefone +55 (61) 3362 3700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Jalles Machado S.A.**

*Goianésia – GO*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jalles Machado S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Jalles Mchado S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração dos ativos biológicos

Veja as Notas 2.7 g e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mensura os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar ao valor justo deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte.</p> <p>O valor justo representa o valor presente de fluxo de caixa estimado para ativos biológicos, que é determinado por meio de aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixas descontados, que incluem: a área estimada de colheita, produtividade prevista (toneladas de cana por hectares), quantidade total de açúcar recuperável ATR, o valor de kg do Açúcar Total Recuperável (ATR), custos com tratamentos culturais, custos com colheita e corte, carregamento e transporte, custos de capital, custos de arrendamento e parceria agrícola, impostos e taxa de desconto.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação do valor justo, ao impacto que eventuais mudanças nas premissas teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e à relevância dos montantes de ativos biológicos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao cálculo do valor justo deduzido dos custos estimados de venda dos ativos biológicos;</li><li>– Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, fizemos a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos ativos biológicos, comparando-as com informações históricas internas e com dados externos observáveis do mercado;</li><li>– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024.</p>

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- 
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 19 de junho de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-0



Fernando Rogério Liani

Contador CRC 1SP229193/O-2

## Jalles Machado S.A.

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	980.080	946.188	1.049.863	999.121	Empréstimos e financiamentos	11	229.700	222.814	237.577	230.719
Caixa restrito	4	17.453	14.149	17.453	14.149	Arrendamentos a pagar	23	69.943	88.227	149.069	113.266
Contas a receber e outros recebíveis	5	77.148	33.407	126.075	47.500	Fornecedores e outras contas a pagar	12	73.909	68.570	159.389	107.104
Estoques	6	172.973	136.787	224.848	196.186	Instrumentos financeiros derivativos	17	88.015	181.306	88.015	181.306
Adiantamento a fornecedores		1.587	4.804	3.273	6.784	Provisões e encargos trabalhistas		30.950	29.601	44.607	42.530
Ativos biológicos	10	402.879	476.555	531.263	599.551	Obrigações fiscais		10.378	8.142	20.539	13.669
Impostos e contribuições a recuperar	7	30.882	54.264	52.423	111.862	Dividendos a pagar	16	4.775	129.557	4.775	129.557
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		41.125	40.454	41.594	44.856	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	2.483	2.537
Instrumentos financeiros derivativos	17	61.765	24.077	61.765	24.077	Adiantamento de clientes	13	27.075	9.349	28.950	9.670
Dividendos a receber	8 c	11.653	9.659	3.888	2.215						
Outros ativos		4.281	4.865	7.838	5.082						
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.801.826</b>	<b>1.745.209</b>	<b>2.120.283</b>	<b>2.051.383</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>534.745</b>	<b>737.566</b>	<b>735.404</b>	<b>830.358</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Caixa restrito	4	2.129	7.611	2.129	7.611	Empréstimos e financiamentos	11	2.331.813	1.819.729	2.399.176	1.894.010
Contas a receber e outros recebíveis	5	9.839	11.172	54.532	58.236	Arrendamentos a pagar	23	861.559	888.916	1.230.657	1.111.089
Impostos e contribuições a recuperar	7	12.230	23.536	102.036	103.016	Instrumentos financeiros derivativos	17	85.207	141.516	85.243	141.516
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	490	1.662	Impostos diferidos	14	139.725	214.405	147.340	214.405
Instrumentos financeiros derivativos	17	86.657	167.913	86.765	167.913	Obrigações fiscais		7.377	4.546	7.377	4.546
Depósitos judiciais	15	63.475	110.617	65.601	112.068	Fornecedores e outras contas a pagar	12	419	436	419	436
Impostos diferidos	14	-	-	24.992	41.142	Provisões para contingências	15	13.199	17.759	21.566	26.614
Investimentos	8	1.540.422	1.278.280	89.652	82.222						
Imobilizado	9	1.556.877	1.394.001	2.719.679	2.257.127	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.439.299</b>	<b>3.087.307</b>	<b>3.891.778</b>	<b>3.392.616</b>
Direitos de uso	23	965.221	1.013.976	1.421.028	1.262.734	<b>Patrimônio líquido</b>	16	1.039.266	982.096	1.039.266	982.096
Intangível		10.126	9.803	14.753	15.105	Capital social		1.021.423	955.886	1.021.423	955.886
						Reservas de lucros		12.692	13.524	12.692	13.524
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.246.976</b>	<b>4.016.909</b>	<b>4.581.657</b>	<b>4.108.836</b>	Dividendos adicionais propostos		15.638	-	15.638	-
						Ações em tesouraria		(14.261)	(14.261)	(14.261)	(14.261)
<b>Total do ativo</b>		<b>6.048.802</b>	<b>5.762.118</b>	<b>6.701.940</b>	<b>6.160.219</b>	Lucros acumulados		-	-	-	-
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.074.758</b>	<b>1.937.245</b>	<b>2.074.758</b>	<b>1.937.245</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.048.802</b>	<b>5.762.118</b>	<b>6.701.940</b>	<b>6.160.219</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Jalles Machado S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
<b>Receita operacional líquida</b>	18	1.407.912	1.499.749	1.909.528	1.707.488
Variação do valor justo de ativos biológicos	10	(62.956)	(36.181)	(18.228)	(39.589)
Custo das vendas e serviços	19 (a)	<u>(1.001.857)</u>	<u>(915.848)</u>	<u>(1.357.928)</u>	<u>(1.120.868)</u>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>343.099</b>	<b>547.720</b>	<b>533.372</b>	<b>547.031</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas de vendas	19 (b)	(133.804)	(135.603)	(138.188)	(136.503)
Despesas administrativas e gerais	19 (c)	(116.878)	(94.388)	(143.196)	(103.584)
Reversão (Provisão) para perdas de crédito esperadas	5	(2.002)	(96)	(2.002)	(3.973)
Outras receitas	20	136.506	617.500	143.263	670.411
Outras despesas	20	<u>(10.608)</u>	<u>(3.767)</u>	<u>(31.511)</u>	<u>(4.706)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos</b>		<b>216.313</b>	<b>931.366</b>	<b>361.738</b>	<b>968.676</b>
Despesas financeiras	21	(333.604)	(268.337)	(370.634)	(275.342)
Receitas financeiras	21	132.217	171.236	137.574	176.282
Variações monetárias e cambiais líquidas	21	3.231	(7.843)	3.231	(7.843)
Instrumentos derivativos líquidos	21	<u>(103.983)</u>	<u>(162.043)</u>	<u>(103.910)</u>	<u>(162.043)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	21	<b>(302.139)</b>	<b>(266.987)</b>	<b>(333.739)</b>	<b>(268.946)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	8	96.264	54.750	13.146	7.957
<b>Resultado antes dos impostos de renda e contribuição social</b>		<b>10.438</b>	<b>719.129</b>	<b>41.145</b>	<b>707.687</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-	(6.942)	(2.599)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>74.680</u>	<u>(26.800)</u>	<u>50.915</u>	<u>(12.759)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<b>85.118</b>	<b>692.329</b>	<b>85.118</b>	<b>692.329</b>
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	22			<u>0,2862</u>	<u>2,3540</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Jalles Machado S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
<b>Controladora e consolidado</b>				
<b>Resultado do exercício</b>	85.118	692.329	85.118	692.329
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>85.118</u>	<u>692.329</u>	<u>85.118</u>	<u>692.329</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Jalles Machado S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Legal	Subvenção para investimentos	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 1º de abril de 2022</b>	<b>982.096</b>	<b>14.515</b>	-	<b>28.073</b>	<b>210.373</b>	<b>153.672</b>	-	-	<b>1.388.729</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	692.329	692.329
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	(991)	-	-	-	-	-	991	-
Ações em tesouraria	-	-	(14.261)	-	-	-	-	-	(14.261)
<b>Destinação de lucros:</b>									
Reserva legal	-	-	-	34.666	-	-	-	(34.666)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(129.553)	(129.553)
Recomposição total da reserva de subvenção para investimento	-	-	-	-	140.444	-	-	(140.444)	-
Retenção de lucros para investimentos conf. orçamento de capital	-	-	-	-	-	388.658	-	(388.658)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>	<b>982.096</b>	<b>13.524</b>	<b>(14.261)</b>	<b>62.739</b>	<b>350.817</b>	<b>542.330</b>	-	-	<b>1.937.245</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	85.118,00	85.118
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	(832)	-	-	-	-	-	832,00	-
Aumento de capital	57.170	-	-	-	-	-	-	-	57.170
<b>Destinação de lucros:</b>									
Reserva legal	-	-	-	4.298	-	-	-	(4.298,00)	-
Constituição de reserva de subvenção para investimento	-	-	-	-	62.554	-	-	(62.554,00)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio em 23 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(4.775,00)	(4.775)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(1.315)	15.638	(14.323,00)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>	<b>1.039.266</b>	<b>12.692</b>	<b>(14.261)</b>	<b>67.037</b>	<b>413.371</b>	<b>541.015</b>	<b>15.638</b>	-	<b>2.074.758</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Jalles Machado S.A.**

**Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto**

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Resultado do exercício</b>		85.118	692.329	85.118	692.329
Depreciação de imobilizado e amortização do intangível	19.a,b,c	152.555	137.150	280.036	162.060
Depreciação de lavoura	19.a	104.597	97.982	184.831	105.242
Amortização de tratos culturais	19.a	251.001	181.024	411.654	214.245
Depreciação de direitos de uso	19.a	112.595	76.656	149.901	76.295
Resultado na baixa de imobilizado	9	480	(3.165)	13.432	17.123
Resultado de equivalência patrimonial		(96.264)	(54.750)	(13.146)	(5.217)
Ganho por compra vantajosa	8.a	-	(428.011)	-	(428.011)
Baixa de investimentos		-	-	-	923
Variação do valor justo de investimentos		1	1	1	-
Provisão de variação cambial		791	(2.661)	791	(2.661)
Provisão para contingências	15	(4.560)	(7.551)	(5.048)	(7.554)
Amortização de custos de transação de empréstimos	11	7.622	6.524	7.622	6.524
Provisão para perdas de créditos esperada	5	2.001	96	2.001	96
Provisão com instrumentos derivativos	17	103.983	162.043	103.911	162.044
Variação do valor justo do ativo biológico	10	62.956	36.181	18.228	39.589
Valor justo de CBIOS		9.929	(12.063)	16.591	(12.063)
Provisão para estoque de lenta movimentação	6	(112)	(1.123)	(7.031)	(1.930)
Variação cambial de empréstimos	11	(3.948)	13.555	(3.948)	13.555
Ajuste a valor presente		(3.293)	12.362	(3.293)	12.362
Impostos e contribuições correntes		-	-	6.942	3.143
Impostos e contribuições diferidos	14	(74.680)	26.800	(50.915)	12.759
Atualização financeira de depósitos judiciais	15	(8.342)	(7.036)	(8.342)	(7.036)
Juros provisionados sobre contratos de arrendamento e parcerias agrícola	23	53.670	53.065	73.745	57.522
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	11	245.496	186.694	255.334	189.783
Reversão impairment de lavoura de cana-de-açúcar	9	-	-	(199.065)	(8.185)
<b>Variações em:</b>					
Contas a receber e outros recebíveis		(44.412)	1.326	(76.873)	56.988
Estoques		88.724	107.118	119.104	220.294
Ativos biológicos		(268.307)	(273.135)	(394.694)	(355.226)
Adiantamento a fornecedores	10	3.217	(3.690)	3.511	3.083
Impostos e contribuições a recuperar		34.688	(44.515)	60.419	(77.517)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(671)	(25.991)	4.434	(28.448)
Outros ativos		584	(519)	(2.756)	(178)
Depósitos judiciais		55.484	(334)	54.809	(504)
Fornecedores e outras contas a pagar		(7.288)	(75.666)	25.271	(118.128)
Provisões e encargos trabalhistas		1.349	5.622	2.077	(321)
Obrigações fiscais		8.360	(20.235)	12.994	(23.344)
Adiantamento de clientes		17.726	(10.378)	19.280	(16.055)
Aplicações em caixa restrito	4	(40.594)	(25.740)	(40.594)	(25.740)
Rendimento em caixa restrito	4	(3.553)	(4.437)	(3.553)	(4.437)
Resgate de caixa restrito	4	46.325	67.290	46.325	67.290
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	17	(210.015)	(180.134)	(210.015)	(180.134)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	11	(152.070)	(128.660)	(161.874)	(132.197)
Juros pagos de arrendamentos	23	(53.670)	(53.065)	(73.745)	(57.522)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(6.996)	(5.076)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>477.473</b>	<b>500.959</b>	<b>696.474</b>	<b>615.765</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimentos</b>					
Aquisição de investimento		(1.112)	(388.223)	(1.420)	(503.440)
Aumento de capital em investida	8	(201.999)	(248.001)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	10	(301.076)	(340.111)	(520.447)	(412.476)
Aquisição de ativo intangível		(3.012)	(4.627)	(3.480)	(6.349)
Valor recebido por redução de capital em investida	8	-	12.950	-	12.950
Dividendos recebidos	8	33.033	44.203	3.257	20.583
Valor recebido em caixa por venda de imobilizado	9	9.717	6.836	14.059	6.836
Plantações e aquisições de lavouras de cana-de-açúcar	9	(192.436)	(186.722)	(309.279)	(215.508)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<b>(656.885)</b>	<b>(1.103.695)</b>	<b>(817.310)</b>	<b>(1.097.404)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamentos</b>					
Empréstimos e financiamentos tomados	11	621.535	802.535	621.535	802.535
Amortização de empréstimos e financiamentos	11	(199.665)	(286.657)	(206.645)	(382.038)
Integralização de capital, líquido de dividendos a receber	16	21.028	-	21.028	-
Amortização de arrendamentos	23	(135.390)	(123.735)	(170.136)	(118.371)
Pagamento de dividendos, líquido de integralização de capital a subscrever		(93.413)	(52.424)	(93.413)	(52.424)
Recompra de ações	16	-	(14.261)	-	(14.261)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>		<b>214.095</b>	<b>325.458</b>	<b>172.369</b>	<b>235.441</b>
<b>Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>34.683</b>	<b>(277.278)</b>	<b>51.533</b>	<b>(246.198)</b>
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		791	(2.661)	791	(2.661)
Caixa e equivalentes no início do exercício		946.188	1.220.805	999.121	1.242.658
Caixa e equivalentes no fim do exercício		<b>980.080</b>	<b>946.188</b>	<b>1.049.863</b>	<b>999.121</b>
<b>Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>34.683</b>	<b>(277.278)</b>	<b>51.533</b>	<b>(246.198)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Jalles Machado S.A.

### Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas</b>	<b>1.674.998</b>	<b>1.830.662</b>	<b>2.272.110</b>	<b>2.114.291</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.586.698	1.680.849	2.200.103	1.920.275
Outras Receitas	95.453	156.938	79.431	201.325
Devolução de Vendas	(5.152)	(7.029)	(5.423)	(7.213)
Reversão (constituição) líquida de provisão para perdas de crédito esperadas	(2.001)	(96)	(2.001)	(96)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(564.863)</b>	<b>(159.341)</b>	<b>(515.720)</b>	<b>(130.857)</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(338.863)	(396.871)	(511.201)	(347.661)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(154.518)	(155.028)	(177.087)	(171.749)
Ganho líquido decorrente mudança de valor justo e realização da mais ou menos valia dos ativos biológicos	(62.956)	(36.181)	(18.228)	(39.590)
Reconhecimento de valor justo de CBIOS	(9.930)	12.063	(16.592)	19.620
Ganho por compra vantajosa em controlada	-	428.011	-	428.011
Perda/recuperação de valores ativos	1.404	(11.335)	207.388	(19.488)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.110.135</b>	<b>1.671.321</b>	<b>1.756.390</b>	<b>1.983.434</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(620.748)</b>	<b>(512.259)</b>	<b>(1.026.422)</b>	<b>(574.962)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>489.387</b>	<b>1.159.062</b>	<b>729.968</b>	<b>1.408.472</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.276.901</b>	<b>862.481</b>	<b>1.199.249</b>	<b>820.734</b>
Resultado de equivalência patrimonial	96.264	54.750	13.146	7.957
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-
Receitas financeiras	114.055	156.046	119.413	161.786
Ganho com variações cambiais	29.137	42.335	29.137	42.335
Ganho em operações com derivativos	1.037.445	609.350	1.037.553	608.656
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.766.288</b>	<b>2.021.543</b>	<b>1.929.217</b>	<b>2.229.206</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>1.766.288</b>	<b>2.021.543</b>	<b>1.939.830</b>	<b>2.229.206</b>
<b>Pessoal</b>	<b>124.410</b>	<b>109.680</b>	<b>208.815</b>	<b>154.500</b>
Remuneração direta (custo)	111.363	80.094	186.882	112.758
Benefícios	9.946	23.860	18.832	32.623
F.G.T.S.	3.101	5.726	3.101	9.119
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>70.691</b>	<b>157.177</b>	<b>122.762</b>	<b>313.179</b>
Federais	(63.455)	22.662	(52.610)	134.835
Estaduais	134.138	134.501	175.362	178.329
Municipais	8	14	10	15
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>1.486.069</b>	<b>1.062.357</b>	<b>1.523.135</b>	<b>1.069.198</b>
Despesas financeiras	265.057	207.032	302.087	214.039
Perdas com variações cambiais	25.906	50.178	25.906	50.178
Perda em operações com derivativos	1.141.427	771.393	1.141.463	771.392
Despesas financeiras IFRS 16	53.679	33.754	53.679	33.589
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>85.118</b>	<b>692.329</b>	<b>85.118</b>	<b>692.329</b>
Lucros retidos	80.343	562.777	80.343	562.777
Distribuição de dividendos	4.775	129.553	4.775	129.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1 Contexto operacional

As atividades da Companhia Jalles Machado S.A., e suas controladas Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A., Purolim S.A. (anteriormente denominada Esplanada Bioenergia S.A.), Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. e Jalles Bioenergia S.A. e as coligadas Albioma Codora Energia S.A. e Albioma Esplanada Energia S.A. doravante denominadas “Companhia”, compreendem substancialmente as seguintes operações:

### **Jalles Machado S.A.**

A Jalles Machado S.A., domiciliada na Rodovia GO 080, km 185, Zona Rural, no município de Goianésia – GO, é uma Companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre o número 02549-6 em 04 de fevereiro de 2021. As ações da Companhia são negociadas na B3 sob a denominação “JALL3”.

A Companhia possui três unidades industriais, sendo: (i) Jalles Machado e Otávio Lage, localizadas no município de Goianésia – GO e Usina Santa Vitória, localizada no município de Santa Vitória - MG com capacidade de processamento superior a 8,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de açúcar, etanol, energia elétrica e demais produtos derivados da cana-de-açúcar. Buscando sempre agregar valor ao seu portfólio como, por exemplo, a comercialização de açúcar branco, orgânico e saneantes sob a marca própria Itajá, além da produção e comercialização de levedura seca.

Toda cana-de-açúcar utilizada no processo das unidades industriais provém de lavouras próprias cultivadas em áreas próprias e por meio de parcerias agrícolas com acionistas e terceiros.

### **Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.**

A controlada está sediada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Rodovia GO 338, Km 33 à esquerda, Km 03, Zona Rural e tem como objeto social a compra e venda de bens imóveis, a locação de bens imóveis e a administração de bens próprios por tempo indeterminado.

Possui instrumento particular de locação de bem imóvel para fins não residenciais e equipamentos no valor mensal de R\$ 3.348 ajustado anualmente pelo IGP-M até junho de 2024 com a Controladora Jalles Machado S.A., e que para fins dessas demonstrações financeiras é classificado como Direito de Uso e como imobilizado nas demonstrações e consolidadas.

### **Purolim S.A. (anteriormente denominada Esplanada Bioenergia S.A.)**

A controlada é domiciliada na Rodovia GO 080, km 185, 500 metros a direita, Zona Rural, no município de Goianésia - GO, tem como objeto a fabricação de desinfetantes domissanitários, podendo, ainda, praticar outros atos correlatos e afins ao seu objeto social.

### **Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. “USV”**

A controlada é domiciliada na Faz. Crystal, km 11,8, Est. Perdilandia, Zona Rural, no município de Santa Vitória - MG, tem como objeto a fabricação de etanol e geração e distribuição de energia elétrica.

A controlada é controladora da Jalles Bioenergia S.A. (anteriormente denominada ERB MG Energias S.A.), domiciliada na Faz. Crystal, km 11,8, Est. Perdilandia, zona rural, no município de Santa Vitória – MG que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica e vapor, além de todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica.

**Albioma Codora Energia S.A.**

A coligada é domiciliada na Rodovia GO 338, km 33, à esquerda km 4, zona rural, no município de Goianésia - GO, tem como atividade a produção e a comercialização de energia elétrica e vapor, além de todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica.

**Albioma Esplanada Energia S.A.**

A coligada é domiciliada na Rodovia GO 080, km 185, zona rural, no município de Goianésia - GO, tem como objeto a cogeração e comercialização de energia elétrica e vapor de água, gerados a partir da fonte de biomassa de cana-de-açúcar e matérias-primas complementares, podendo, ainda, praticar outros atos correlatos e afins ao seu objeto social, como a comercialização de “créditos de carbono”. A *joint venture* foi constituída em dezembro de 2017 para receber os ativos da cogeração de energia da Unidade Jalles Machado em decorrência da negociação com a sócia Albioma Participações do Brasil.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de junho de 2024.

## 2.2 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contemplam a totalidade das operações da Companhia Jalles Machado S.A e a respectiva equivalência patrimonial sobre suas controladas e coligadas, cujo a Companhia possui influência significativa. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das suas controladas nos exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2024, suas coligadas foram mantidas como investimentos avaliados através de equivalência patrimonial, conforme nota explicativa 2.3 e nota explicativa 8.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contemplam as seguintes companhias:

Entidades do Grupo	País	Classificação	Percentual de participação	
			2024	2023
Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	Controlada	100%	100%
Purolim S.A.	Brasil	Controlada	100%	100%
Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	Brasil	Controlada	100%	100%
Jalles Bioenergia S.A.	Brasil	Controlada Indireta	100%	100%
Albioma Codora Energia S.A.	Brasil	Coligada	35%	35%
Albioma Esplanada Energia S.A.	Brasil	Coligada	40%	40%

## 2.3 Base de consolidação

### (i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende definição de um negócio o controle transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida inclui montantes referentes ao pagamento de pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais

contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

**(ii) Controladas**

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

A Companhia consolidou em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os efeitos da combinação de negócios em 03 de outubro de 2022. O balanço utilizado na consolidação inicial foi o levantado pela Usina Santa Vitória Açúcar e Álcool em 30 de setembro de 2022 por representarem a posição patrimonial adequada e sem volume de transações relevantes.

Os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

**(iii) Investimentos em entidades coligadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Entidades do Grupo	País	Classificação	<u>Percentual de participação</u>	
			2024	2023
Albioma Codora Energia S.A.	Brasil	Coligada	35%	35%
Albioma Esplanada Energia S.A.	Brasil	Coligada	40%	40%

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

**(iv) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados para fins das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## **2.4 Mudanças nas políticas contábeis materiais**

### **(a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação**

A Companhia avaliou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de abril de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data.

Referente a todas as outras transações, uma entidade aplicam as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado.

Para um arrendamento específico a Companhia contabilizava anteriormente as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Após as alterações, a Companhia reconheceu um ativo fiscal diferido separado em relação a seus passivos de arrendamento em relação a seus ativos de direito de uso. No entanto, essas alterações não tiveram impacto sobre a demonstração financeira pois os saldos se qualificam para compensação de acordo com o parágrafo 74 do CPC 32. Também não houve impacto sobre os lucros, prejuízos acumulados de abertura em 1º de abril de 2023 como resultado da alteração. O principal impacto para a Companhia está relacionado à divulgação dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

### **(b) Imposto mínimo complementar global**

A Companhia avaliou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de março de 2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia e suas controladas operam nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data. Tais alterações não tiveram impacto na demonstração financeira.

### **(c) Informação de políticas contábeis materiais**

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exigindo a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota explicativa nº 2.8 Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

## **2.5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

## **2.6 Moeda funcional**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Jalles Machado S.A. e investidas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.7 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas: 8 - Investimentos: determinação se a Companhia e suas controladas tem influência significativa sobre uma investida; 9 – Imobilizado: se o valor justo dos ativos imobilizados, baseado no fluxo de caixa descontado de seus benefícios para a Companhia supera seu valor contábil; 14. Impostos diferidos líquidos: se a projeção de resultados elaborada pela Companhia será concretizada; 18 - Receita operacional líquida: se a receita de açúcar, etanol e levedura é reconhecido durante o período correto, ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; e 23 - Arrendamentos a pagar: julgamento quanto ao exercício do prazo de prorrogações de contratos de arrendamentos.

### **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa 9: Revisão da vida útil do imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

**Nota explicativa 10: Ativos biológicos**

O valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

**Nota explicativa 14: Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**Nota explicativa 15: Provisões para contingências**

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

**Nota explicativa 23: Arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar**

A Companhia possui contratos de aluguel do parque industrial e contratos firmados com parceiros agrícolas referente a áreas rurais exploradas em regime de parceria agrícola para o cultivo de cana-de-açúcar e que obedecem ao disposto no Estatuto da Terra, os quais passaram a ser contabilizados em conformidade com o conceito da norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de abril de 2019.

Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia desconta os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa de desconto incremental. A determinação da taxa de desconto dos contratos envolve incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste nos saldos de passivos e ativos.

**(iii) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC”

*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 – Investimentos
- Nota explicativa 10 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa 17 - Instrumentos financeiros.

## **2.8 Políticas contábeis materiais**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **a. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### **b. Receita operacional**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC - 30 (R1)/IAS 18 Receitas.

O Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes:

- (i) Quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento;
- (ii) Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues;

- (iii) Quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial;
- (iv) Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito. De acordo com este pronunciamento, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

**c. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**d. Subvenção governamental**

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) IAS 20 - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado. A parcela reconhecida no resultado é reclassificada entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos.

**e. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e caixa restrito;
- Receita de juros;
- Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Descontos concedidos; e
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- O valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- O custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não está com redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, para ativos financeiros que sofreram perda de valor recuperável após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se o ativo não estiver mais com redução no valor recuperável de crédito, o cálculo da receita de juros será revertido para a base bruta.

**f. Imposto de renda e contribuição social**

Na Controladora, na controlada Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. e na controlada indireta Jalles Bioenergia S.A. o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

Nas demais controladas, o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, para fins de imposto de renda o lucro tributável corresponde a 8% nas operações de vendas de mercadorias e 32% nas operações de vendas de serviços acrescido de outras receitas operacionais; para fins da contribuição social, o lucro tributável corresponde a 12% nas operações de vendas de mercadorias e 32% nas operações de vendas de serviços acrescido de outras receitas operacionais. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240 (anual).

Contribuição social - Calculado à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se critérios legais forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

**g. Ativo biológico**

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 10. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita em cada período de relatório.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do valor justo dos ativos biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola cortado /vendido, avaliada por seu valor justo.

**h. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão.

O estoque de Créditos de Descarbonização – CBIOS é reconhecido pelo seu valor justo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

**i. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A Companhia e suas controladas optaram por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010 (1º de abril de 2009). O efeito apurado foi reconhecido em conta de reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Companhia e é amortizado pela depreciação, alienação ou obsolescência dos bens.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem, é reconhecido no resultado como despesa.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas médias anuais ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Edificações	2%	3%
Máquinas, equipamentos e instalações	6%	8%
Veículos e semirreboques	8%	9%
Obras em andamento (a)	n/a	n/a
Móveis, equipamentos e utensílios	13%	13%
Aeronave	5%	5%
Outros imobilizados	2%	4%
Lavoura de cana	20%	20%
Custo de Entressafra	100%	100%
Terrenos	n/a	n/a

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

**j. Ativos intangíveis**

(i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativos é de 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**k. Instrumentos financeiros**

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é substancialmente decorrente da venda de açúcar, etanol, saneantes e derivados de levedura é reconhecido inicialmente na data em que foi originado a transferência do controle dos produtos.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 16). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no desempenho dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
--------------------------	---

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
---------------------------------------	---

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

#### Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### (iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, taxa de juros e preços de *commodities*.

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. A Companhia avaliou seus contratos e não identificou a existência de derivativos embutidos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operação de *hedge* são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado financeiro da Companhia. São apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

## 1. Capital social - Controladora

#### Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido conforme o CPC08 / IAS 32. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o (CPC 32) /IAS 12 - Tributos sobre o lucro.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% dos lucros líquidos ajustados nos termos da lei ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

**m. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perdas esperadas em um montante igual à perda de crédito esperada para toda a vida. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro referente a cliente que estiver com dificuldades financeiras.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado e se os títulos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

#### Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

#### (ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **n. Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e suas Controladas reconhecem provisão para demandas judiciais trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de

advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 14.

**o. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

**p. Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia e suas Controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas Controladas utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2) /IFRS 16.

*(i) Como arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas Controladas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas Controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O reconhecimento de um direito de uso e um passivo de arrendamento ocorre na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas Controladas. Geralmente é utilizada a taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos pela taxa de juros ponderada de suas operações de empréstimos e financiamentos.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas Controladas alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **q. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.6).

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso

de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**r. Custos de transação empréstimos**

Custos de transação diretamente relacionados a empréstimos e financiamentos, de acordo com o CPC 08 / IAS 32 são inicialmente reconhecidos com redutor do passivo. Subsequentemente são apropriados ao resultado financeiro da Companhia de acordo com a fluência do prazo do contrato de financiamento ao qual está relacionado, de modo que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento.

**s. Lucro por ação**

Em conformidade com o CPC41 / IAS 33, a Companhia apresenta o lucro básico e o lucro diluído atribuído aos detentores das ações ordinárias da Companhia.

O lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pela divisão resultado do exercício da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período.

O número médio ponderado de ações ordinárias totais em poder dos acionistas (em circulação) durante o período é o número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por fator ponderador de tempo. O fator ponderador de tempo é o número de dias que as ações totais, exceto as em tesouraria, estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período

**t. Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. As informações por segmento em conformidade com o CPC 22 / IFRS 8 são apresentadas na nota explicativa 25.

## 2.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

No exercício findo em 31 de março de 2024 não entraram em vigor normas ou pronunciamentos, emitidos em períodos anteriores, com impacto significativo sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia.

### *Outras Normas*

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7)

## 3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixas e bancos em moeda local	623	2.943	9.061	17.655
Caixas e bancos em moeda estrangeira	32.071	33.987	32.071	33.987
Bancos com partes relacionadas (a) (Nota 24)	492	2.373	948	5.946
Aplicações financeiras de liquidação imediata (b)	936.550	871.808	957.110	876.306
Aplicações financeiras de liquidação imediata com partes relacionadas (a) e (c) (Nota 24)	10.344	35.077	50.673	65.227
	980.080	946.188	1.049.863	999.121

A Companhia e suas controladas consideram como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas correntes e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

- (a) Saldo correspondente a conta corrente e aplicações financeiras concedidos à Companhia, remunerados a taxas de mercado do Banco Coopercred - Cooperativa de Crédito da qual a Companhia é quotista.
- (b) As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que está sujeito a insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e a Recibos de Depósito Cooperativo (RDC), que, exceto as de natureza diária automática, são indexados à taxa de mercado com base em variação percentual de 100% a 108,5% (98% a 105% em 31 de março de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (c) Essas aplicações têm as mesmas características das aplicações comentadas no item (a) anterior e referem-se substancialmente a Recibo de Depósito Cooperativo (RDC), indexadas a variação de 98% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (98% a 100% em 31 de março de 2023).

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam rating “AA” ou superior avaliados por instituições de referência, tais como S&P Global Ratings, Fitch Ratings e Moody's Investors Service.

A exposição da Companhia e de suas Controladas a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 17.

## 4 Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras	17.264	19.957	17.264	19.957
Fomentar (a)	881	475	881	475
Fundos de reserva (b)	1.437	1.328	1.437	1.328
	19.582	21.760	19.582	21.760
Ativo circulante	17.453	14.149	17.453	14.149
Ativo não circulante	2.129	7.611	2.129	7.611

- (a) Valor aplicado referente a 10% do incentivo fiscal obtido. De acordo com as regras do Fomentar o montante aplicado só poderá ser utilizado para liquidação antecipado do tributo devido.
- (b) Referem-se a aplicações em Fundos de Investimentos de Renda Fixa referenciados ao DI. De acordo com alguns contratos de empréstimo de longo prazo, a Companhia é obrigada a manter uma conta bancária separada para a cobrança das contas a receber, que são liberadas no dia útil seguinte, sujeitas à aprovação do credor (contas bancárias vinculadas a financiamentos). O dinheiro retido na conta bancária separada foi classificado como caixa restrito na demonstração da posição financeira. Os valores foram aplicados em reais e não sofrem riscos significantes de oscilações de valores.

O caixa restrito possui a finalidade de garantir as operações de empréstimos e financiamentos, cujas operações normalmente são liquidadas em período maior do que 90 dias.

A movimentação em caixa restrito durante o período deu-se conforme abaixo:

	<b>Controladora e consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>58.873</b>
Aplicações	25.740
Rendimentos	4.437
Resgates	(67.290)
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>21.760</b>
Aplicações	40.594
Rendimentos	3.553
Resgates	(46.325)
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>19.582</b>

## 5 Contas a receber e outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber	75.685	31.842	122.312	43.636
Contas a receber - Partes relacionadas (Nota 24)	86	5	82	-
	75.771	31.847	122.394	43.636
Outros recebíveis - Partes relacionadas (Nota 24)	747	1.145	222	683
Outros recebíveis	10.469	11.587	57.991	61.417
	11.216	12.732	58.213	62.100
	86.987	44.579	180.607	105.736
Circulante	77.148	33.407	126.075	47.500
Não circulante	9.839	11.172	54.532	58.236

(a) A composição consolidada apresenta reflexos da avaliação do valor justo dos ativos e passivos assumidos pela Usina Santa Vitória Açúcar e Álcool no processo de combinação de negócios com a sua Controlada Jalles Bioenergia S.A. onde foram identificados contratos de venda de energia elétrica que, avaliados pelo método mensuração do valor presente dos rendimentos futuros, justificaram a mais valia paga pelo investimento. Nas demonstrações financeiras consolidadas a mais valia gerada é reconhecido como recebíveis e classificados de acordo com os fluxos futuros de comercialização do produto. Em 31 de março de 2024 o valor justo dos contratos de energia somava R\$ 47.420 (R\$ 49.549 em 31 de março de 2023) e serão amortizados pela vigência dos contratos de energia até 2044. No exercício findo em 31 de março de 2024 o efeito da amortização dos contratos de energia impactou o resultado de equivalência patrimonial na Controladora em R\$ 2.309 (R\$ 1.136 em 31 de março de 2023).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e câmbio e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 17.

O saldo das contas a receber por data de vencimento está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	64.208	42.336	150.764	100.490
Vencido de 1 a 30 dias	21.735	1.442	28.337	4.445
Vencido de 31 a 60 dias	758	780	1.008	780
Vencido de 61 a 90 dias	58	1	72	1
Vencido de 91 a 180 dias	169	20	364	20
Vencido de 181 a 360 dias	59	-	60	-
Vencido há mais de 360 dias	-	-	2	-
	<u>86.987</u>	<u>44.579</u>	<u>180.607</u>	<u>105.736</u>

A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação é assim demonstrada:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	(885)	(789)
Perda estimada	(2.070)	(117)
Baixa	10	21
Efeito de conversão de moeda estrangeira	59	-
	<u>(2.886)</u>	<u>(885)</u>

O saldo das contas a receber de clientes por região geográfica está representado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Mercado Externo</b>				
América do Norte	17.539	8.092	17.539	8.092
América do Sul (ex-Brasil)	75	48	75	48
Europa	1.108	-	1.108	-
Oriente Médio e Ásia	134	379	134	379
	<u>18.856</u>	<u>8.519</u>	<u>18.856</u>	<u>8.519</u>
<b>Mercado interno</b>				
Centro-Oeste	17.016	11.459	20.186	12.892
Nordeste	19.822	4.870	27.348	8.110
Norte	9.245	3.005	12.635	4.554
Sudeste	10.118	2.898	41.525	7.983
Sul	714	1.096	1.844	1.578
	<u>56.915</u>	<u>23.328</u>	<u>103.538</u>	<u>35.117</u>
<b>Total Geral</b>	<u>75.771</u>	<u>31.847</u>	<u>122.394</u>	<u>43.636</u>

No exercício findo em 31 de março de 2024 o impacto das provisões e reversões de provisões para perda estimada foi a despesa de R\$ 2.002 na controladora e no consolidado (R\$ 96 na controladora e no consolidado, no mesmo período de 2023).

## 6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Açúcar	59.665	49.267	59.665	49.267
Etanol	60.411	21.961	78.617	26.210
Outros produtos acabados	1.851	1.833	1.851	1.833
Créditos de descarbonização - CBIOS (*)	5.059	14.989	6.025	22.617
Produtos em elaboração	1.326	424	1.326	424
Almoxarifado	44.661	48.275	77.364	95.797
Outros - Partes relacionadas (nota 24)	-	38	-	38
	<b>172.973</b>	<b>136.787</b>	<b>224.848</b>	<b>196.186</b>

(\*) RenovaBio – Cbios: Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 59.647 CBIOS emitidos e ainda não comercializados (236.304 CBIOS em 31 de março de 2023). Durante o exercício, foram comercializados 611.070 CBIOS (175.868 em 2023), classificados em receitas operacionais. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

Devido a sazonalidade das operações do setor sucroenergético, os estoques de produtos acabados tendem a aumentar durante o período de safra a fim de sustentar a comercialização no período de entressafra. Ao fim do exercício os estoques de produtos acabados estão em seus níveis mais baixos.

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização líquido.

Determinados itens de almoxarifado considerados de baixa rotatividade foram objeto de constituição de provisão para estoque com lenta movimentação. A movimentação das referidas perdas é demonstrada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(3.652)	(2.529)	(6.312)	(2.529)
Adição: Combinação de negócios	-	-	-	(642)
Perda estimada	(2.415)	(3.102)	(10.704)	(4.313)
Reversão e baixa da estimativa	2.303	1.979	3.673	1.172
	<b>(3.764)</b>	<b>(3.652)</b>	<b>(13.343)</b>	<b>(6.312)</b>

## 7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS e COFINS (a)	17.537	31.645	116.882	128.418
ICMS (b)	23.207	45.088	34.994	85.179
IPI	2.368	1.067	2.368	1.067
INSS	-	-	215	214
	<b>43.112</b>	<b>77.800</b>	<b>154.459</b>	<b>214.878</b>
Circulante	<b>30.882</b>	<b>54.264</b>	<b>52.423</b>	<b>111.862</b>
Não circulante	<b>12.230</b>	<b>23.536</b>	<b>102.036</b>	<b>103.016</b>

- (a) O saldo é composto por:

Créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS

Os saldos são referentes às aquisições de insumos, partes de peças utilizadas na manutenção das instalações industriais e da frota agrícola, serviços de manutenção das instalações industrial e agrícola, fretes e armazenamento nas operações de vendas, energia elétrica, e outros créditos, sobre aquisições de máquinas e equipamentos e edificações e construções destinados à produção. Estes créditos poderão ser compensados com outros tributos federais; e

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2023 a Companhia obteve decisão definitiva favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O Mandado de Segurança foi ajuizado no ano 2008, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional de julho de 2003 até mês de junho de 2008. Em decisão liminar foi autorizado o depósito judicial das parcelas controversas a partir da competência julho de 2008, o que ocorreu até fevereiro de 2023, e a partir desta data a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O montante do crédito tributário do período prescricional de julho de 2003 até o mês de junho de 2008 em discussão para este processo totaliza o valor de R\$ 9.662 atualizado pela variação da Selic acumulada para o período, sendo R\$3.661 de principal e R\$6.001 de atualização monetária, que será objeto de ressarcimento/compensação tributária nas competências futuras, após homologação do crédito por parte da Receita Federal do Brasil.

Em março de 2023, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a totalidade do crédito em função da decisão definitiva favorável transitada em julgado.

- (b) O saldo é composto, substancialmente, pelo crédito outorgado apurado na comercialização de etanol anidro (IN nº 493/01-GSF, de 6 de julho de 2001) e créditos apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

## 8 Investimentos

A Companhia registrou ganho de R\$ 96.264 em 31 de março de 2024 (R\$ 54.570 em 31 de março de 2023) de equivalência patrimonial em suas controladas e coligadas, e ganho de R\$ 13.146 no consolidado em 31 de março de 2024 (7.957 no consolidado em 31 de março de 2023).

Nenhuma das controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas e coligadas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Investimento em controladas e coligadas avaliada por equivalência patrimonial</b>				
Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.	90.826	88.229	-	-
Albioma Codora Energia S.A.	52.746	51.179	52.746	51.179
Albioma Esplanada Energia S.A.	32.806	28.362	32.806	28.362
Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda.	1.361.245	1.108.738	-	-
PUROLIM S.A.	(314)	(230)	-	-
	<u>1.537.309</u>	<u>1.276.278</u>	<u>85.552</u>	<u>79.541</u>
Outros investimentos (d)	3.113	2.002	4.100	2.681
	<b>1.540.422</b>	<b>1.278.280</b>	<b>89.652</b>	<b>82.222</b>

**a. Movimentação dos saldos de investimentos em controladas e coligada**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>180.705</b>	<b>98.791</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>		
Aquisição de investida	386.960	-
Ganho por compra vantajosa	369.352	-
Mais valia - Ativo Fixo USV	88.878	-
Aumento de capital em investida	248.001	-
Resultado de equivalência patrimonial	57.489	7.957
Amortização da mais valia - USV	(2.739)	-
Redução de capital em investida	(12.950)	(12.950)
Dividendos propostos em assembleia	(39.418)	(14.257)
	<b>1.276.278</b>	<b>79.541</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>		
Aumento de capital em investida	201.999	-
Resultado de equivalência patrimonial	118.791	13.146
Amortização da mais valia - USV	(22.527)	-
Dividendos propostos em assembleia	(37.232)	(7.135)
	<b>1.537.309</b>	<b>85.552</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>		

**b. Informações das investidas**

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras das controladas e coligada.

		<b>Ativos circulantes</b>	<b>Ativos não circulantes</b>	<b>Total de ativos</b>	<b>Passivos circulantes</b>	<b>Passivos não circulantes</b>	<b>Total de passivos</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
<b>2024</b>	<b>Participação</b>							
Albioma Codora Energia S.A. (coligada)	35,00%	21.691	123.358	145.049	26.753	77.456	104.209	40.840
Albioma Esplanada S.A. (coligada)	40,00%	28.384	70.326	98.710	33.924	24.284	58.208	40.502
Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA	100,00%	285.485	1.676.685	1.962.170	212.060	452.477	664.537	1.297.633
Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.	100,00%	44.389	55.706	100.095	9.269	-	9.269	90.826
PUROLIM S.A.	100,00%	205	7	212	2	524	526	(314)
		<b>380.154</b>	<b>1.926.082</b>	<b>2.306.236</b>	<b>282.008</b>	<b>554.741</b>	<b>836.749</b>	<b>1.469.487</b>

		<b>Ativos circulantes</b>	<b>Ativos não circulantes</b>	<b>Total de ativos</b>	<b>Passivos circulantes</b>	<b>Passivos não circulantes</b>	<b>Total de passivos</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
<b>2023</b>	<b>Participação</b>							
Albioma Codora Energia S.A. (coligada)	35,00%	31.492	111.062	142.554	27.376	78.816	106.192	36.362
Albioma Esplanada S.A. (coligada)	40,00%	17.619	71.420	89.039	27.297	32.348	59.645	29.394
Usina Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA	100,00%	279.546	1.186.170	1.465.716	129.183	313.934	443.117	1.022.599
Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.	100,00%	37.224	59.941	97.165	8.936	-	8.936	88.229
PUROLIM S.A.	100,00%	229	4	233	1	463	464	(231)
		<b>366.110</b>	<b>1.428.597</b>	<b>1.794.707</b>	<b>192.793</b>	<b>425.561</b>	<b>618.354</b>	<b>1.176.353</b>

2024	Participação	<b>Resultado do exercício</b>			
		Receitas	Despesas	Lucro (prejuízo)	Equivalência patrimonial
Albioma Codora Energia S.A.	35,00%	56.046	(42.288)	13.758	4.815
Albioma Esplanada S.A.	40,00%	58.515	(37.688)	20.827	8.331
Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA	100,00%	503.185	(452.677)	50.508	50.508
Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.	100,00%	38.709	(6.014)	32.695	32.695
PUROLIM S.A.	100,00%	-	(85)	(85)	(85)
		<b>656.455</b>	<b>(538.752)</b>	<b>117.703</b>	<b>96.264</b>
		<b>656.455</b>	<b>(538.752)</b>	<b>117.703</b>	<b>96.264</b>

2023	Participação	<b>Resultado do exercício</b>			
		Receitas	Despesas	Lucro (prejuízo)	Equivalência patrimonial
Albioma Codora Energia S.A.	35,00%	55.741	(45.530)	10.211	3.574
Albioma Esplanada S.A.	40,00%	50.924	(39.852)	11.072	4.383
Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA	100,00%	164.631	(149.083)	15.548	15.548
Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.	100,00%	38.111	(6.767)	31.344	31.344
PUROLIM S.A.	100,00%	-	(99)	(99)	(99)
		<b>309.407</b>	<b>(241.331)</b>	<b>68.076</b>	<b>54.750</b>
		<b>309.407</b>	<b>(241.331)</b>	<b>68.076</b>	<b>54.750</b>

**c. Dividendos a receber**

<b>Controladora</b>	<b>Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.</b>	<b>Albioma Codora Energia S.A.</b>	<b>Albioma Esplanada Energia S.A.</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>5.903</b>	<b>3.802</b>	<b>4.739</b>	<b>14.444</b>
Dividendos a receber	25.161	7.301	6.956	39.418
Recebimentos de dividendos	(23.620)	(11.103)	(9.480)	(44.203)
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>7.444</b>	<b>-</b>	<b>2.215</b>	<b>9.659</b>
Dividendos a receber	30.097	3.247	3.888	37.232
Recebimentos de dividendos	(29.776)	(1.042)	(2.215)	(33.033)
Compensação com adiantamento	-	(2.205)	-	(2.205)
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>7.765</b>	<b>-</b>	<b>3.888</b>	<b>11.653</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Albioma Codora Energia S.A.</b>	<b>Albioma Esplanada Energia S.A.</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>3.802</b>	<b>4.739</b>	<b>8.541</b>
Dividendos a receber	7.301	6.956	14.257
Recebimentos de dividendos	(11.103)	(9.480)	(20.583)
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>-</b>	<b>2.215</b>	<b>2.215</b>
Dividendos a receber	3.247	3.888	7.135
Recebimentos de dividendos	(1.042)	(2.215)	(3.257)
Compensação com adiantamento	(2.205)	-	(2.205)
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>-</b>	<b>3.888</b>	<b>3.888</b>

**d. Dados sobre outros investimentos**

A Companhia possui participação em outros investimentos avaliados a custo e a valor justo. Em 31 de março de 2024 e 2023 estas participações estão representadas nos quadros seguintes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Participação em outras empresas avaliadas a custo</b>				
CCLA do Vale do São Patrício LTDA	3.093	1.981	4.080	2.660
	<u>3.093</u>	<u>1.981</u>	<u>4.080</u>	<u>2.660</u>
<b>Participação em outras empresas avaliadas a valor justo</b>				
ENGIE Brasil Energia S/A	20	21	20	21
	<u>20</u>	<u>21</u>	<u>20</u>	<u>21</u>
<b>Total de outros investimentos</b>	<b>3.113</b>	<b>2.002</b>	<b>4.100</b>	<b>2.681</b>

## 9 Imobilizado

Controladora	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos e semirreboques	Obras em andamento (a)	Móveis, equipamentos e utensílios	Aeronave	Outros imobilizados	Lavoura de cana	Terrenos	Total
<b>Custo e custo atribuído</b>										
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>112.964</b>	<b>670.779</b>	<b>76.237</b>	<b>140.095</b>	<b>50.156</b>	<b>6.547</b>	<b>13.524</b>	<b>549.338</b>	<b>1.801</b>	<b>1.621.441</b>
Aquisições do período	-	43.126	17.559	130.557	3.395	-	2.836	186.722	-	384.195
Aquisições custo de manutenção	-	164.748								164.748
Baixas	-	(149.430)	(1.576)	(133)	(130)	-	(529)	(98.013)	(292)	(250.103)
Transferências	13.029	49.753	589	(56.297)	267	-	(7.341)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>125.993</b>	<b>778.976</b>	<b>92.809</b>	<b>214.222</b>	<b>53.688</b>	<b>6.547</b>	<b>8.490</b>	<b>638.047</b>	<b>1.509</b>	<b>1.920.281</b>
Aquisições do período	-	36.702	8.766	107.485	3.655	-	6.475	192.436	-	355.519
Aquisições custo de manutenção	-	152.808								152.808
Baixas	-	(195.576)	(5.795)	(167)	(246)	-	(206)	(116.795)	-	(318.785)
Transferências	69.108	147.798	175	(217.414)	2.690	-	(2.357)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>195.101</b>	<b>920.708</b>	<b>95.955</b>	<b>104.126</b>	<b>59.787</b>	<b>6.547</b>	<b>12.402</b>	<b>713.688</b>	<b>1.509</b>	<b>2.109.823</b>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>(20.477)</b>	<b>(219.473)</b>	<b>(30.621)</b>	<b>-</b>	<b>(18.839)</b>	<b>(1.165)</b>	<b>(3.632)</b>	<b>(190.969)</b>	<b>-</b>	<b>(485.176)</b>
Depreciações do período	(2.621)	(31.933)	(5.811)	-	(6.642)	(311)	(269)	(103.922)	-	(151.509)
Depreciação custo de manutenção	-	(136.027)								(136.027)
Baixas	-	147.329	846	-	67	-	177	98.013	-	246.432
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>(23.098)</b>	<b>(240.104)</b>	<b>(35.586)</b>	<b>-</b>	<b>(25.414)</b>	<b>(1.476)</b>	<b>(3.724)</b>	<b>(196.878)</b>	<b>-</b>	<b>(526.280)</b>
Depreciações do período	(3.337)	(38.442)	(6.807)	-	(6.415)	-	(596)	(116.453)	-	(172.050)
Depreciação custo de manutenção	-	(163.277)								(163.277)
Baixas	-	187.511	4.076	-	144	-	153	116.777	-	308.661
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>(26.435)</b>	<b>(254.312)</b>	<b>(38.317)</b>	<b>-</b>	<b>(31.685)</b>	<b>(1.476)</b>	<b>(4.167)</b>	<b>(196.554)</b>	<b>-</b>	<b>(552.946)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>										
31 de março de 2023	102.895	538.872	57.223	214.222	28.274	5.071	4.766	441.169	1.509	1.394.001
31 de março de 2024	168.666	666.396	57.638	104.126	28.102	5.071	8.235	517.134	1.509	1.556.877

**Jalles Machado S.A.**  
Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de março de 2024

Consolidado	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos e semirreboques	Obras em andamento (a)	Móveis, equipamentos e utensílios	Aeronave	Outros imobilizados	Lavouras	Terrenos	Total
<b>Custo e custo atribuído</b>										
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>145.245</b>	<b>777.111</b>	<b>76.238</b>	<b>140.094</b>	<b>50.154</b>	<b>6.547</b>	<b>13.522</b>	<b>549.337</b>	<b>2.169</b>	<b>1.760.417</b>
Adições: combinações de negócios	204.625	1.146.273	36.280	13.181	5.932	-	15.904	385.401	10.120	1.817.716
Aquisições do período	30	60.581	17.559	132.981	3.458	-	5.873	215.508	-	435.990
Aquisições custo de manutenção	-	214.104	-	-	-	-	-	-	-	214.104
Baixas	-	(168.811)	(1.944)	(9.308)	(130)	-	(549)	(98.013)	(292)	(279.047)
Transferências	17.566	45.770	2.488	(58.738)	255	-	(7.341)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>367.466</b>	<b>2.075.028</b>	<b>130.621</b>	<b>218.210</b>	<b>59.669</b>	<b>6.547</b>	<b>27.409</b>	<b>1.052.233</b>	<b>11.997</b>	<b>3.949.180</b>
Aquisições do período	449	72.622	9.664	236.606	4.106	-	21.355	309.279	-	654.081
Aquisições custo de manutenção	-	204.847	-	-	-	-	-	-	-	204.847
Baixas	(29.069)	(198.695)	(5.795)	(167)	(246)	-	(24.597)	(116.795)	-	(375.364)
transferências	89.431	128.625	175	(218.187)	2.314	-	(2.358)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>428.277</b>	<b>2.282.427</b>	<b>134.665</b>	<b>236.462</b>	<b>65.843</b>	<b>6.547</b>	<b>21.809</b>	<b>1.244.717</b>	<b>11.997</b>	<b>4.432.744</b>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>(29.129)</b>	<b>(285.971)</b>	<b>(30.622)</b>	<b>-</b>	<b>(18.901)</b>	<b>(1.165)</b>	<b>(3.567)</b>	<b>(190.966)</b>	<b>-</b>	<b>(560.321)</b>
Adições: combinações de negócios	(62.417)	(658.342)	(12.247)	-	(3.918)	-	(3.963)	(104.120)	-	(845.007)
Depreciações do período	(7.857)	(65.253)	(6.701)	-	(6.886)	(311)	(1.335)	(111.134)	-	(199.477)
Depreciação custo de manutenção	-	(143.313)	-	-	-	-	-	-	-	(143.313)
Baixas	-	155.659	1.214	-	67	-	177	98.013	-	255.130
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>(99.403)</b>	<b>(997.220)</b>	<b>(48.356)</b>	<b>-</b>	<b>(29.638)</b>	<b>(1.476)</b>	<b>(8.688)</b>	<b>(308.207)</b>	<b>-</b>	<b>(1.492.988)</b>
Depreciações do período	(7.703)	(111.791)	(17.325)	-	(6.801)	-	(5.598)	(206.171)	-	(355.389)
Depreciação custo de manutenção	-	(212.633)	-	-	-	-	-	-	-	(212.633)
Baixas	26.135	190.630	4.076	-	144	-	10.183	116.777	-	347.945
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>(80.971)</b>	<b>(1.131.014)</b>	<b>(61.605)</b>	<b>-</b>	<b>(36.295)</b>	<b>(1.476)</b>	<b>(4.103)</b>	<b>(397.601)</b>	<b>-</b>	<b>(1.713.065)</b>
<b>Perdas: redução ao valor recuperável</b>										
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Adições: combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	(207.250)	-	(207.250)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(207.250)</b>	<b>-</b>	<b>(207.250)</b>
Reversão das perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	8.185	-	8.185
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(199.065)</b>	<b>-</b>	<b>(199.065)</b>
Adições: combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão das perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	199.065	-	199.065
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Valor contábil líquido</b>										
31 de março de 2023	268.063	1.077.808	82.265	218.210	30.031	5.071	18.721	544.961	11.997	2.257.127
31 de março de 2024	347.306	1.151.413	73.060	236.462	29.548	5.071	17.706	847.116	11.997	2.719.679

- (a) Obras em andamento referem-se, principalmente, a investimentos em ampliação e/ou melhorias nos processos industriais e agrícolas, instalações e estrutura de armazenamento de produtos acabados, sendo as obras concluídas em espaço de tempo inferior a 12 meses.
- (b) Saldo composto por ferramentas e adiantamentos a fornecedores.
- (c) Adições por combinações de negócios são compostas pelo reconhecimento do valor justo dos ativos imobilizados da Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. na Jalles Machado S.A no montante de R\$532.740 e pelo reconhecimento líquido de imobilizados da Jalles Bioenergia S.A. na Santa Vitória Açúcar Ltda. e no montante de R\$232.719.

Em 31 março de 2024 o montante de R\$ 337.942 (R\$ 322.193 em 31 de março de 2023) do ativo imobilizado da Controladora e Consolidado corresponde a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais e propriedades que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras.

### **Resultado da baixa de imobilizado**

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia baixou itens do ativo imobilizado com o valor de custo líquido de R\$ 10.197 na Controladora e R\$ 27.491 no Consolidado tendo auferido receita de R\$ 9.717 na Controladora e R\$ 14.059 no Consolidado. No exercício anterior foi reconhecido o custo líquido dos imobilizados baixados no montante de R\$3.671 na controladora e R\$ 23.959 no consolidado e receita pela venda de ativos imobilizados de R\$6.836 na Controladora e no Consolidado. Os resultados líquidos dessas baixas foram reconhecidos como parte de outras receitas operacionais na demonstração do resultado.

### **Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa**

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável em suas demonstrações financeiras individuais.

Nas demonstrações consolidadas a lavoura de cana da Unidade de Santa Vitória, que no início do exercício estavam avaliadas em R\$199.065 abaixo de seu valor contábil, foi avaliada a valor justo e constatado que as os novos cenários de produtividade do canavial, aproveitamento industrial e incremento no mix de produtos a serem comercializados com a implementação de uma fábrica de açúcar resultaram em valor recuperável superior ao valor contábil dos ativos imobilizados e da lavoura de cana-de-açúcar. Em 31 de março de 2024, a provisão para perdas foi totalmente revertida.

A mensuração a valor justo da Lavoura de Cana está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor em uso do ativo imobilizado da Unidade Santa Vitória, incluindo o canavial foi avaliado pela metodologia do Fluxo de Caixa da Firma (FCFF) onde foram consideradas as seguintes premissas:

- Taxa de desconto: WACC nominal de 10,6% ao ano
- Crescimento na perpetuidade (g): 3,4%
- Análise de sensibilidade (variação na taxa de desconto):
  - 10,3%: valor em uso de R\$ 1.204.481 mil (valor máximo)
  - 10,6%: valor em uso de R\$ 1.145.934 mil (valor médio)
  - 10,9%: valor em uso de R\$ 1.092.265 mil (valor mínimo)

## **10 Ativo biológico**

O ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA projetado em 31 de março de 2024, com base nos preços deflacionados dos futuros de açúcar, etanol e taxa de dólar extraídos de cotações atuais da bolsa de Nova York e da BM&F (B3).

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente as seguintes premissas:

- a) Receita bruta: obtidas pela multiplicação entre o (i) volume da cana estimada: calculados com base na produtividade prevista (ton/ha) multiplicado pelas áreas estimadas de colheita (ha); e (ii) preço unitário (R\$/ton): composto pela quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) multiplicado pelo valor do kg de ATR.

A abertura das premissas utilizadas na determinação da receita bruta são:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		<u>Impacto no valor justo dos ativos biológicos</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>	
Área estimada de colheita (hectares)	64.598	61.200	100.709	93.664	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Produtividade prevista (ton. de cana/hectares) (i)	94,22	94,49	87,80	85,88	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) (ii)	131,83	137,38	134,12	139,24	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Valor do kg de ATR (iii)	1,2666	1,3235	1,2460	1,2790	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

- (i) O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas por hectare e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.
- (ii) O valor do Kg de ATR é calculado com base na metodologia do CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA) a partir de análises de mercado futuro mercado futuro da cana-de açúcar, o qual é estimado com base previsões e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol e saídas de caixa representadas pela previsão de custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); custos de arrendamento e parceria agrícola; e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.
- b) Saídas de caixa representadas pela previsão de custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); custos de arrendamento e parceria agrícola; e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Todos os gastos relativos à obtenção do produto agrícola derivado de ativo biológico avaliado a valor justo menos despesas de venda são considerados como despesa do período quando incorridos. Já os gastos relativos à obtenção do produto agrícola de ativo biológico avaliado ao custo são contabilizados como ativo também ao custo e reconhecidos como despesa assim que o produto agrícola é vendido e é avaliado ao valor justo menos despesas de venda. Gastos derivados da estocagem e manutenção de produtos agrícolas são despesas do exercício juntamente com as variações de valor justo líquido desses produtos.

Em 31 de março de 2024, os fluxos de caixa foram descontados por 7,46% a.a. (7,55% a.a. em 31 de março de 2023) que é o WACC (*Weighted Average Capital Cost - Custo Médio Ponderado do Capital*) da Companhia. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela administração. O aumento da taxa de desconto impacta na redução do valor justo dos ativos biológicos.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta “Variação do valor justo de ativos biológicos”, no resultado do exercício.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita/Corte, Carregamento e Transporte (CTT); (iii) custos de capital (equivalentes a arrendamento de terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por cinco safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A movimentação dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Custo em formação	178.384	178.384
Valor justo	254.584	254.584
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b><u>432.968</u></b>	<b><u>432.968</u></b>
Adição por combinação de negócios	-	54.440
Aumentos decorrentes de tratos	273.135	323.954
Reduções decorrentes da colheita	(193.367)	(203.494)
Transferência para imobilizado cana	-	31.272
Variação no valor justo	<u>(36.181)</u>	<u>(39.589)</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b><u>476.555</u></b>	<b><u>599.551</u></b>
<b>Composto por:</b>		
Custo em formação	258.152	384.556
Valor justo	<u>218.403</u>	<u>214.995</u>
	<b><u>476.555</u></b>	<b><u>599.551</u></b>
Aumentos decorrentes de tratos	268.307	394.694
Reduções decorrentes da colheita	(279.027)	(444.754)
Variação no valor justo	<u>(62.956)</u>	<u>(18.228)</u>

<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>402.879</b>	<b>531.263</b>
<b>Composto por:</b>		
Custo custo em formação	247.432	334.496
Valor justo	155.447	196.767
<b>Saldo final de ativos biológicos</b>	<b>402.879</b>	<b>531.263</b>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor);
- A taxa de desconto fosse menor (maior); e
- Os preços futuros dos produtos comercializados fossem maiores (menores).

Mantendo inalteradas as demais variáveis do cálculo do valor justo do ativo biológico, uma variação para mais ou para menos de 5% no preço do ATR resultaria no aumento ou redução de R\$ 42.800 (R\$ 60.665 no consolidado). Já a variação no volume de produção para mais ou para menos de 5% resultaria no aumento ou redução de R\$ 33.658 (R\$ 47.816 no consolidado). Com relação a taxa de desconto, a variação para mais ou para menos de 5% resultaria no aumento ou redução de R\$ 881 (R\$ 1.636 no consolidado).

### **Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

**(i) Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia é sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

**(ii) Risco de oferta e demanda**

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A Administração realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

**(iii) Riscos climáticos e outros**

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor suco energético e, conseqüentemente, no resultado operacional da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos operacionais, veja nota explicativa nº 17.

## 11 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda e liquidez, veja nota explicativa nº 16.

Linha de crédito	Indexador	Moeda	Taxa média nominal (a.a)(a)	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
					2024	2023	2024	2023
Capital de giro	PRÉ/CDI/IPCA	R\$	12,34%	2027	296.365	246.144	296.365	246.144
Mercado de Capitais Multilateral	IPCA/CDI	R\$	14,20%	2032	1.589.700	1.227.307	1.589.700	1.227.307
BNDES/Finame/Leasing/CDC/FCO	CDI	R\$	13,80%	2027	112.314	152.520	112.314	152.520
Custeio Agrícola	PRÉ/SELIC/TJLP/TX.JRSVAR	R\$	16,90%	2039	382.425	260.792	457.665	342.978
Capital de giro Multilateral	PRÉ/TJLP/SELIC	R\$	12,59%	2028	110.022	-	110.022	-
	PRÉ/LIBOR	USD	5,52%	2029	62.789	106.393	62.789	106.393
	LIBOR	USD	11,16%	2027	53.592	88.116	53.592	88.116
<b>Total</b>					<b>2.607.207</b>	<b>2.081.272</b>	<b>2.682.447</b>	<b>2.163.458</b>
(-) Custos de transação a amortizar					(45.694)	(38.729)	(45.694)	(38.729)
					<b>2.561.513</b>	<b>2.042.543</b>	<b>2.636.753</b>	<b>2.124.729</b>
Circulante					229.700	222.814	237.577	230.719
Não circulante					2.331.813	1.819.729	2.399.176	1.894.010

### **Cronograma de amortização da dívida**

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2023/24	-	222.814	-	230.719
2024/25	229.700	181.541	237.577	189.096
2025/26	474.719	429.416	482.345	436.970
2026/27	88.080	59.880	95.706	67.434
2027/28	202.938	63.371	210.564	70.925
2028/29	401.622	354.321	409.248	361.875
2029/30	172.767	158.566	180.393	166.120
2030/31	350.865	153.917	358.491	161.471
2031/32	247.447	190.213	255.073	197.767
2032/33	195.444	140.101	203.070	147.655
2033/34	65.984	14.145	72.339	20.439
2034/35	24.588	14.145	24.588	14.145
2035/36	24.594	14.145	24.594	14.145
2036/37	24.600	14.145	24.600	14.145
2037/38	24.605	14.145	24.605	14.145
2038/39	24.611	17.678	24.611	17.678
2039/40	8.949	-	8.949	-
	<b>2.561.513</b>	<b>2.042.543</b>	<b>2.636.753</b>	<b>2.124.729</b>

Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo anterior	2.042.543	1.448.552	2.124.729	1.448.552
Adição por combinação de negócios	-	-	-	178.015
Captação de financiamentos	621.535	802.535	621.535	802.535
Amortização de principal	(199.665)	(286.657)	(206.645)	(382.038)
Amortização de juros	(152.070)	(128.660)	(161.874)	(132.197)
Juros provisionados	245.496	186.694	255.334	189.783
Amortização de custos de transação de empréstimos	7.622	6.524	7.622	6.524
Variação cambial	(3.948)	13.555	(3.948)	13.555
	<b>2.561.513</b>	<b>2.042.543</b>	<b>2.636.753</b>	<b>2.124.729</b>

As informações sobre os ativos da Companhia dados em garantia as operações de empréstimos e financiamentos encontram-se divulgadas na nota explicativa 9.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas cláusulas contratuais (“Covenants”) que estabelecem o vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos. Caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento nos contratos de empréstimos e financiamentos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos (*cross-acceleration* ou *cross-default*) os empréstimos e financiamentos a eles vinculados poderão ser considerados vencidos antecipadamente pelos respectivos credores. A Companhia faz o monitoramento de suas obrigações e, em 31 de março de 2024, todas estavam sendo cumpridas.

## 12 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores de bens e serviços	53.360	40.626	101.858	75.385
Fornecedores de bens e serviços - Partes relacionadas (nota 24)	-	29	-	-
Fornecedores de imobilizado	14.815	22.110	29.202	22.110
Outras contas a pagar - Partes relacionadas (Nota 24)	514	1.081	514	1.081
Outras contas a pagar	5.639	5.160	28.234	8.964
	<b>74.328</b>	<b>69.006</b>	<b>159.808</b>	<b>107.540</b>
Circulante	73.909	68.570	159.389	107.104
Não circulante	419	436	419	436

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 17.

## 13 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento de clientes	27.075	9.349	28.950	9.670

Devido a sazonalidade das operações Companhia, os adiantamentos de clientes tendem a aumentar durante o período de safra a fim de assegurar os recebíveis dos próximos meses. No final da safra, especialmente no mês de março, como os estoques de produtos estão em seus menores níveis e os volumes antecipados tendem a ser menores que nos meses anteriores.

## 14 Impostos diferidos

Os impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

### Controladora

	2024		2023		Resultado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	2024	2023
Custo atribuído imobilizado	-	20.073	-	20.502	429	511
Valor justo do ativo biológico	-	52.852	-	74.257	21.405	12.302
Mais valia do ativo fixo em combinação de negócios	-	21.628	-	29.287	7.659	932
Depreciação acelerada incentivada	-	112.125	-	182.192	70.067	(68.707)
Recálculo depreciação vida útil	-	34.474	-	28.667	(5.807)	(5.502)
Ajuste a valor presente	2.195	1.466	1.827	-	(1.098)	4.192
Valor justo de investimentos	-	18.726	-	18.726	-	1
Arrendamento mercantil	283	-	-	6.494	6.777	(3.074)
Provisões p/ contingências	-	-	-	-	-	(562)
Valor justo de CBIOS	-	1.720	-	5.096	3.376	(4.101)
Tributos <i>sub judice</i> liquidados e adicionados em anos anteriores pendentes no Lalur no imposto de renda	-	7.838	-	9.108	1.270	(3.646)
Reconhecimento de receita - CPC 47	-	-	-	-	-	(3.673)
Sobre provisões temporárias	5.645	-	4.421	-	1.224	1.981
Instrumentos derivativos	8.432	-	44.483	-	(36.051)	(6.151)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	114.622	-	109.193	-	5.429	48.697
	<u>131.177</u>	<u>270.902</u>	<u>159.924</u>	<u>374.329</u>	<u>74.680</u>	<u>(26.800)</u>
Impostos diferidos líquidos		<u>139.725</u>		<u>214.405</u>		

**Consolidado**

	2024		2023		Resultado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	2024	2023
Consolidado						
Custo atribuído imobilizado	-	20.073	-	20.502	429	511
Depreciação acelerada incentivada – Lavoura de cana-de-açúcar	-	-	-	10.459	10.460	(10.459)
Valor justo do ativo biológico	3.428	52.852	19.520	74.257	5.313	31.822
Mais valia do ativo fixo em combinação de negócios	-	21.628	-	29.287	7.659	932
Depreciação acelerada incentivada	-	112.125	-	182.192	70.067	(68.707)
Recálculo depreciação vida útil	-	64.172	-	28.667	(35.505)	(5.502)
Ajuste a valor presente	2.195	1.466	1.827	-	(1.098)	4.192
Valor justo de investimentos	-	18.726	-	18.726	-	1
Arrendamento mercantil	2.748	-	4.805	6.494	4.436	1.731
Provisões p/ contingências	4.934	-	292	-	4.642	(270)
Valor justo de CBIOS	-	2.048	-	5.435	3.387	(4.440)
Tributos <i>sub judice</i> liquidados e adicionados em anos anteriores pendentes no Lalur no imposto de renda	-	7.838	-	9.108	1.270	(3.646)
Reconhecimento de receita - CPC 47	-	-	-	-	-	(3.673)
Sobre provisões temporárias	15.120	-	4.421	411	10.699	1.570
Instrumentos derivativos	8.432	25	44.483	-	(36.076)	(6.151)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	141.748	-	136.927	-	5.232	49.330
	<b>178.605</b>	<b>300.953</b>	<b>212.275</b>	<b>385.538</b>	<b>50.915</b>	<b>(12.759)</b>
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	<b>24.992</b>	<b>147.340</b>	<b>41.142</b>	<b>214.405</b>		

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, são registrados os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As projeções de resultado são revisadas periodicamente, e o ativo fiscal diferido é reavaliado caso haja fatores relevantes que venham a modificar sua perspectiva de realização.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A Administração da Companhia, com base no orçamento aprovado, estima que os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social serão realizados conforme demonstrado a seguir:

Safra	Controladora		Consolidado	
	Prejuízo a compensar	IRPJ/CSLL a realizar	Prejuízo a compensar	IRPJ/CSLL a realizar
24/25	76.196	25.907	81.131	27.585
25/26	43.739	14.871	49.655	16.883
26/27	58.928	20.036	65.767	22.361
27/28	158.261	53.809	165.563	56.291
> 2028/29	-	-	2.134	726
<b>Total</b>	<b>337.124</b>	<b>114.623</b>	<b>364.250</b>	<b>123.846</b>

A Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda possui em 31 de março de 2024 créditos tributários no montante de R\$ 699.333, referente a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro. A Administração da USV avaliou a possibilidade de aproveitamentos destes créditos e entendeu não haver no momento sua recuperabilidade, por isso deixou de constituir os mesmos em sua escrituração contábil. Ressalta-se que créditos desta natureza não prescrevem e que, assim que a Companhia identificar sua recuperabilidade, estes poderão ser utilizados no abatimento do imposto de renda e da contribuição social apurados.

A Companhia está investindo em renovação e expansão do canavial visando o aumento de produção de cana-de-açúcar para suprir a capacidade ociosa da USV assim como na construção de uma fábrica de açúcar na mesma unidade. Com o aumento da produção de cana-de-açúcar e flexibilização do mix de produção de açúcar e etanol, a Companhia estima que o resultado da Unidade Santa Vitória seja incrementado e passe a gerar situação de rentabilidade e consumo do prejuízo fiscal acumulado.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>				
Lucro/prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	10.438	719.129	41.145	707.687
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(3.549)	(244.504)	(13.989)	(240.614)
<b>Ajuste para apuração da alíquota efetiva</b>				
Ajuste de cálculo de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	7.286	7.111
Adições / Exclusões permanentes	(4.540)	(1.538)	(6.282)	916
Créditos de descarbonização - CBIOS	13.914	7.411	24.022	7.911
Ganho por compra vantajosa	-	145.524	-	145.524
Equivalência patrimonial	40.389	18.615	4.470	2.705
Incentivos fiscais	28.466	47.692	28.466	61.089
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>74.680</u>	<u>(26.800)</u>	<u>43.973</u>	<u>(15.358)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(6.942)	(2.599)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.680	(26.800)	50.915	(12.759)
Alíquota efetiva	715%	-4%	107%	-2%

## 15 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais envolvendo contingências trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias. Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos, foi constituída provisão em valor considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	<b>Controladora</b>			
	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão</b>
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	8.008	8.007	7.609	7.609
Contingências trabalhistas	360	2.282	661	2.317
PIS/COFINS/INSS	50.715	-	98.734	-
Outras	4.392	2.910	3.613	7.833
	<u>63.475</u>	<u>13.199</u>	<u>110.617</u>	<u>17.759</u>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão</b>
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	8.008	8.008	7.609	7.609
Contingências trabalhistas	2.486	5.651	2.112	6.352
PIS/COFINS/INSS	50.715	-	98.734	-
Outras	4.392	7.907	3.613	12.653
	<u>65.601</u>	<u>21.566</u>	<u>112.068</u>	<u>26.614</u>

As movimentações dos saldos dos depósitos judiciais e provisões para contingências no exercício foram como segue:

<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Controladora</b>			
	<b>2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>2024</b>
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	7.609	399	-	8.008
Trabalhistas	661	53	(354)	360
PIS/COFINS/INSS	98.734	10.843	(58.862)	50.715
Outras	3.613	1.045	(266)	4.392
	<u>110.617</u>	<u>12.340</u>	<u>(59.482)</u>	<u>63.475</u>

<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Consolidado</b>			
	<b>2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>2024</b>
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	7.609	399	-	8.008
Trabalhistas	2.112	1.213	(839)	2.486
PIS/COFINS/INSS	98.734	10.843	(58.862)	50.715
Outras	3.613	1.045	(266)	4.392
	<u>112.068</u>	<u>13.500</u>	<u>(59.967)</u>	<u>65.601</u>

<b>Provisões para contingências</b>	<b>Controladora</b>			
	<b>2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>2024</b>
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	7.609	398	-	8.007
Trabalhistas	2.317	559	(594)	2.282
Outras	7.833	432	(5.355)	2.910
	<u>17.759</u>	<u>1.389</u>	<u>(5.949)</u>	<u>13.199</u>

Provisões para contingências	Consolidado			
	2023	Adições	Reversões	2024
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	7.609	399	-	8.008
Trabalhistas	6.352	753	(1.454)	5.651
Outras	12.653	716	(5.462)	7.907
	<u>26.614</u>	<u>1.868</u>	<u>(6.916)</u>	<u>21.566</u>

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, e com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso. O valor provisionado está compreendido por:

- a. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - Sub judice**  
Amparada por liminares obtidas em mandados de segurança referentes às safras anteriores a 2000/2001, a Companhia promoveu o não destaque do IPI sobre a saída de açúcar com base na alegação de inconstitucionalidade da tributação, fundamentada, entre outros aspectos, pela violação do princípio da seletividade, previsto no artigo 153, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal. A partir de maio de 2001, a Companhia optou por recolher os valores do IPI.
- b. Contingências passivas não provisionadas**  
As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são processos administrativos, cíveis e tributários avaliados como sendo de risco possível, no montante de R\$ 80.544 em 31 de março de 2024 para a controladora e R\$ 90.645 no consolidado (R\$ 65.497 na controladora e R\$ 69.209 no consolidado em 31 de março de 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída. O montante principal refere-se a processos tributários em que os principais objetos de discussão são: PIS e COFINS, Contribuição Previdenciária ao FUNRURAL e IRPJ e CSLL.

## 16 Patrimônio líquido - Controladora

### Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de março de 2024 é de R\$ 1.039.266, (R\$ 982.096 em 31 de março de 2023). Está representado por 303.541.864 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (294.697.091 ações ordinárias nominativas sem valor nominal em 31 de março de 2023), totalmente integralizado.

Em setembro de 2023 a Companhia efetuou aumento do capital social líquido de R\$ 57.170, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 8.844.733 ações ordinárias nominativas sem valor nominal pela Companhia, para subscrição privada, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de agosto de 2023.

### Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### **Incentivos fiscais**

Corresponde à reserva que é constituída por conta do programa de incentivos fiscais. O valor do benefício em um determinado exercício é registrado no resultado do exercício como uma redução do imposto de renda com uma reserva correspondente constituída no patrimônio líquido. Pelas regras de incentivos, os incentivos fiscais não podem ser utilizados na apuração nem no pagamento de dividendos. O valor dos incentivos só pode ser usado para aumentar o capital social e é oriundo dos seguintes incentivos:

- (a) Desconto obtido com a liquidação antecipada do contrato de financiamento firmado com o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR objeto de oferta pública conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º da Lei 13.436/1998 de 13 de dezembro de 1998;
- (b) Desconto obtido do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás - PRODUZIR, conforme Inciso VII do Artigo 20 da Lei 13.591 de 18 de janeiro de 2000.
- (c) Crédito Outorgado de ICMS sobre a comercialização de Etanol Anidro Carburante, incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado de Goiás para as empresas enquadradas nos programas FOMENTAR ou PRODUZIR, equivalente a 60% do valor do ICMS como se devido fosse nas operações de vendas de Etanol Anidro realizadas junto às distribuidoras. O benefício é regulamentado pela Lei Estadual nº 13.246/99, art. 3º, II.

A Companhia constitui "Reserva de Subvenção para Investimentos" ao final de cada exercício em que é apurado lucro. A Companhia mantém controles paralelos para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes, conforme IN 1.515/14, artigo 3º, § 3º e Lei 12.973/14, artigo 30, § 3º. Em 31 de março de 2024 e 2023 não havia saldo de Reserva de Incentivos Fiscais não constituídas.

### **Dividendos mínimos obrigatórios**

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% do lucro distribuível ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Em 31 de março de 2024 foram apurados dividendos mínimos obrigatórios conforme demonstrado a seguir.

	<b>2024</b>
Resultado do exercício	85.118
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	832
Resultado ajustado do exercício	<b>85.950</b>
Reserva legal - 5%	(4.298)
Recomposição parcial da subvenção para investimento	(62.554)
<b>Resultado antes dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>19.098</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b>(4.775)</b>
<b>Dividendos adicionais propostos</b>	<b>(14.324)</b>

### **Juros sobre o capital próprio**

Juros sobre Capital Próprio ou “JCP” são os juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, nos termos do § 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995.

A política de distribuição de dividendos prevê que a Companhia poderá remunerar os acionistas por meio de dividendos e/ou JCP, conforme estabelecido no Estatuto Social, e que caso a Companhia opte pelo pagamento de JCP, o montante pago, líquido de imposto de renda retido na fonte, nos termos da legislação aplicável, será imputado ao dividendo obrigatório devido aos acionistas no exercício.

### **Ajustes de avaliação patrimonial**

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do IAS 16 (CPC 27) e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

### **Ações em tesouraria**

Em 11 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implementação de um Programa de recompra de ações da Companhia tendo como objetivos (a) aplicar recursos disponíveis da Companhia na administração eficiente da sua estrutura de capital e maximização da geração de valor para os acionistas; e (b) caso venha a ser aprovado um plano de remuneração baseada em ações da Companhia, atender ao futuro exercício das outorgas que forem eventualmente realizadas.

Nos termos do Programa, a Companhia poderá adquirir até 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a até 1,36% (um vírgula trinta e seis por cento) do total de ações de emissão da Companhia e a até 4,15% (quatro vírgula quinze por cento) das suas ações em circulação.

Até o exercício findo em 31 de março de 2024 a Companhia adquiriu 1.994.200 ações ao custo médio de R\$7,1512, totalizando R\$14.261.

## **17 Instrumentos financeiros**

### **a. Classificação contábil**

Dada a característica dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas, a Administração avalia que os saldos contábeis se aproximam dos valores justos.

#### **Controladora**

	Valor contábil			Total	Valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 2
<b>2024</b>					
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	980.080	-	980.080	-
Caixa restrito	-	19.582	-	19.582	-
Instrumentos financeiros derivativos	148.422	-	-	148.422	148.422
Dividendos a receber	-	11.653	-	11.653	11.653

**Jalles Machado S.A.**  
Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de março de 2024

Contas a receber e outros recebíveis	-	86.987	-	86.987	-
<b>Total</b>	<u>148.422</u>	<u>1.098.302</u>	<u>-</u>	<u>1.246.724</u>	<u>160.075</u>

**Passivos financeiros mensurados  
ao valor justo**

Instrumentos financeiros derivativos	173.222	-	-	173.222	173.222
<b>Total</b>	<u>173.222</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>173.222</u>	<u>173.222</u>

**Passivos financeiros não-  
mensurados  
ao valor justo**

Empréstimos e financiamentos	-	-	2.561.513	2.561.513	2.676.417
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	74.328	74.328	-
Arrendamentos a pagar	-	-	931.502	931.502	-
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.567.343</u>	<u>3.567.343</u>	<u>2.676.417</u>

	Valor contábil			Valor justo	
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
<b>2023</b>					
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	946.188	-	946.188	-
Caixa restrito	-	21.760	-	21.760	-
Instrumentos financeiros derivativos	191.990	-	-	191.990	191.990
Dividendos a receber	-	9.659	-	9.659	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	44.579	-	44.579	-
<b>Total</b>	<u>191.990</u>	<u>1.022.186</u>	<u>-</u>	<u>1.214.176</u>	<u>191.990</u>

**Passivos financeiros mensurados  
ao valor justo**

Instrumentos financeiros derivativos	322.822	-	-	322.822	322.822
<b>Total</b>	<u>322.822</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>322.822</u>	<u>322.822</u>

**Passivos financeiros não-mensurados  
ao valor justo**

Empréstimos e financiamentos	-	-	2.042.543	2.042.543	2.121.811
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	69.006	69.006	-
Arrendamentos a pagar	-	-	977.143	977.143	-
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.088.692</u>	<u>3.088.692</u>	<u>2.121.811</u>

**Consolidado**

	Valor contábil			Valor justo	
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
<b>2024</b>					
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.049.863	-	1.049.863	-
Caixa restrito	-	19.582	-	19.582	-
Instrumentos financeiros derivativos	148.530	-	-	148.530	148.530
Dividendos a receber	-	3.888	-	3.888	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	180.607	-	180.607	-
<b>Total</b>	<u>148.530</u>	<u>1.253.940</u>	<u>-</u>	<u>1.402.470</u>	<u>148.530</u>

<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	173.258	-	-	173.258	173.258
<b>Total</b>	<b>173.258</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>173.258</b>	<b>173.258</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.636.753	2.636.753	2.751.657
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	159.808	159.808	-
Arrendamentos a pagar	-	-	1.379.726	1.379.726	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.176.287</b>	<b>4.176.287</b>	<b>2.751.657</b>

	<b>Valor contábil</b>			<b>Valor justo</b>
	<b>Valor justo por meio de resultado</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>	
<b>2023</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 2</b>		
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	999.121	-	999.121
Caixa restrito	-	21.760	-	21.760
Instrumentos financeiros derivativos	191.990	-	-	191.990
Dividendos a receber	-	2.215	-	2.215
Contas a receber e outros recebíveis	-	105.736	-	105.736
<b>Total</b>	<b>191.990</b>	<b>1.128.832</b>	<b>-</b>	<b>1.320.822</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	322.822	-	-	322.822
<b>Total</b>	<b>322.822</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>322.822</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.124.729	2.124.729
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	107.540	107.540
Arrendamentos a pagar	-	-	1.224.355	1.224.355
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.456.624</b>	<b>3.456.624</b>

O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

**b. Mensuração do valor justo**

O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir.

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao

vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia.

Os instrumentos de *hedge* são avaliados por meio de técnicas de avaliação com dados de mercado observáveis e referem-se, principalmente, a *swaps* de taxas de juros e *NDF*. As técnicas de avaliação aplicadas geralmente incluem modelos de precificação e contratos, com cálculos de valor presente. Os modelos incorporam vários dados, incluindo a qualidade de crédito das contrapartes, câmbio à vista e taxas futuras e curvas de taxas de juros.

### ***Hierarquia do valor justo***

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar os valores justos dos instrumentos financeiros de acordo com a técnica de avaliação utilizada:

- Nível 1: Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023.

### **c. Gerenciamento de riscos financeiros**

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Riscos operacionais
- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Riscos de taxa de juros; e
- Riscos de câmbio.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital a Companhia.

### ***Estrutura do gerenciamento de risco***

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área reportam-se regularmente à Presidência sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da

Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seus papéis e obrigações.

(i) *Riscos operacionais*

**Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia, suas controladas e coligada estão sujeitas às leis e aos regulamentos pertinentes às atividades em que operam. Dessa forma, as Companhias estabeleceram políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais.

As instalações de produção e suas atividades industriais e agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia, suas controladas e coligada diminuíram os riscos *associados* com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e de controles com investimentos em equipamentos de controle de poluição.

A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

A Companhia, suas controladas e coligada acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

**Riscos climáticos e outras**

As atividades operacionais de seringueiras e cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. A Companhia e suas controladas tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura.

(ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

**Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	980.080	946.188	1.049.863	999.121
Caixa restrito	19.582	21.760	19.582	21.760
Contas a receber e outros recebíveis	86.987	44.579	180.607	105.736
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	148.422	191.990	148.530	191.990
	1.235.071	1.204.517	1.398.582	1.318.607
Circulante	1.136.446	1.017.821	1.255.156	1.084.847
Não circulante	98.625	186.696	143.426	233.760

### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam *rating* “AA” ou superior avaliados por instituições de referência, tais como S&P Global Ratings, Fitch Ratins e Moody's Investors Service. Condições de mercado em relação a taxas, prazos e volume de exposição junto a cada instituição para que não haja concentração excessiva de recursos em um único banco também são avaliadas no momento da aplicação de recursos.

### Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra), o que possibilita à Companhia e a suas controladas interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito.

### Perdas por redução no valor recuperável

A empresa avalia a imparidade das contas a receber com base em:

- (a) Experiência histórica de perdas por clientes e segmento;
- (b) Atribuir uma classificação de crédito para cada cliente com base em medidas qualitativas e quantitativas para o cliente; e
- (c) Atribui um percentual de redução ao valor recuperável para fins de provisão com base nos itens (a) e (b) acima e na situação da conta a receber do cliente (atual ou vencida).

A composição por vencimento das contas a receber de clientes dos mercados interno e externo na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para as quais foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável de acordo com as classificações de risco interna, era a seguinte:

	<b>Controladora</b>					
	<b>31/03/2024</b>			<b>31/03/2023</b>		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada
A vencer	0%	64.207	-	0%	26.222	-
Vencido de 1 a 30 dias	0%	21.735	-	0%	9.618	-
Vencido de 31 a 60 dias	0%	758	-	0%	15	-
Vencido de 61 a 90 dias	0%	58	-	0%	13	-
Vencido de 91 a 180 dias	0%	169	-	0%	59	-
Vencido de 181 a 360 dias	85%	397	338	97%	29	28
Vencido há mais de 360 dias	100%	2.548	2.548	100%	810	810
		<u>89.872</u>	<u>2.886</u>		<u>36.766</u>	<u>838</u>

	<b>Consolidado</b>					
	<b>31/03/2024</b>			<b>31/03/2023</b>		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada
A vencer	0%	150.764	-	0%	32.657	-

Vencido de 1 a 30 dias	0%	28.337	-	0%	12.621	-
Vencido de 31 a 60 dias	0%	1.008	-	0%	15	-
Vencido de 61 a 90 dias	0%	72	-	0%	13	-
Vencido de 91 a 180 dias	0%	364	-	0%	59	-
Vencido de 181 a 360 dias	74%	457	338	97%	29	28
Vencido há mais de 360 dias	100%	<u>2.550</u>	<u>2.548</u>	100%	<u>810</u>	<u>810</u>
		<u>183.552</u>	<u>2.886</u>		<u>46.204</u>	<u>838</u>

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada foi:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	(885)	(789)	(885)	(789)
Perda estimada	(2.070)	(117)	(2.070)	(117)
Baixa	10	21	10	21
Efeito de conversão de moeda estrangeira	59	-	59	-
	<u>(2.886)</u>	<u>(885)</u>	<u>(2.886)</u>	<u>(885)</u>

Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas procuram trabalhar com pagamentos antecipados.

### **Garantias**

A Companhia e suas controladas têm como política não exigir garantia a terceiros.

#### *(iii) Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiro ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam-se de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas têm como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Em busca de maior *disclosure* e transparência perante seus *stakeholders*, a Jalles Machado é avaliada por duas agências internacionais de classificação de riscos, *Standard and Poor's* e *Fitch Rating*. Os *ratings* na agência Standard and Poor's são 'BB' em escala global e 'BrAAA' em escala nacional, enquanto os ratings na agência Fitch são 'BB-' em escala global e 'AA-(bra)' em escala nacional.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

## Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

### Controladora

	<b>2024</b>					
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo contratual</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	74.328	74.328	73.909	18	18	383
Arrendamentos mercantis a pagar	931.502	1.508.054	159.912	143.447	422.267	782.428
Instrumentos financeiros derivativos	173.222	173.222	88.015	36.550	33.668	14.989
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	<u>2.561.513</u>	<u>3.720.949</u>	<u>378.606</u>	<u>661.583</u>	<u>1.145.579</u>	<u>1.535.181</u>
	<u>3.740.565</u>	<u>5.476.553</u>	<u>700.442</u>	<u>841.598</u>	<u>1.601.532</u>	<u>2.332.981</u>
Circulante	461.567	700.442				
Não circulante	3.278.998	4.776.111				

	<b>2023</b>					
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo contratual</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	69.006	69.006	68.570	22	22	392
Arrendamentos mercantis a pagar	977.143	1.585.374	183.326	150.634	405.684	845.730
Instrumentos financeiros derivativos	322.822	322.822	181.306	56.359	64.938	20.219
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	<u>2.042.543</u>	<u>2.562.599</u>	<u>393.660</u>	<u>269.562</u>	<u>806.139</u>	<u>1.093.238</u>
	<u>3.411.514</u>	<u>4.539.801</u>	<u>826.862</u>	<u>476.577</u>	<u>1.276.783</u>	<u>1.959.579</u>
Circulante	560.917	826.862				
Não circulante	2.850.597	3.712.939				

### Consolidado

	<b>2024</b>					
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo contratual</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	159.808	159.808	159.389	18	18	383
Arrendamentos mercantis a pagar	1.379.726	1.954.859	237.620	228.192	615.530	873.517
Instrumentos financeiros derivativos	173.258	173.258	88.015	36.586	33.668	14.989
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	<u>2.636.753</u>	<u>3.796.188</u>	<u>386.483</u>	<u>669.209</u>	<u>1.168.456</u>	<u>1.572.040</u>
	<u>4.349.545</u>	<u>6.084.113</u>	<u>871.507</u>	<u>934.005</u>	<u>1.817.672</u>	<u>2.460.929</u>
Circulante	634.050	871.507				
Não circulante	3.715.495	5.212.606				

### Consolidado

	<b>2023</b>					
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo contratual</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	107.540	107.540	107.104	22	22	392
Arrendamentos mercantis a pagar	1.224.355	1.967.893	188.179	207.080	546.275	1.026.359
Instrumentos financeiros derivativos	322.822	322.822	181.306	56.359	64.938	20.219
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	<u>2.124.729</u>	<u>2.697.217</u>	<u>410.326</u>	<u>283.913</u>	<u>845.715</u>	<u>1.157.263</u>
	<u>3.779.446</u>	<u>5.095.472</u>	<u>886.915</u>	<u>547.374</u>	<u>1.456.950</u>	<u>2.204.233</u>
Circulante	632.395	886.915				
Não circulante	3.147.051	4.208.557				

(iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como os preços do Açúcar, as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos resultados da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia usa derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro as diretrizes definidas pelo comitê de gestão de riscos.

**Riscos de oferta e demanda**

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e no volume de vendas de açúcar, etanol produzidos da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia e suas controladas fazem a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

**Risco de taxa de juros**

As operações da Companhia e de suas controladas estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP, TR e IPCA. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas e contratos de *swap*.

*Exposição ao risco de taxa de juros*

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de suas controladas era:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa (nota 3)	946.894	906.885	1.007.783	941.533
Caixa restrito (nota 4)	19.582	21.760	19.582	21.760
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	2.333.627	1.922.654	2.408.867	2.004.813

*Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário atual corresponde a condição de estabilidade nas taxas de juros, sem variação. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com variação de 5% nas taxas de juros. O Cenário 2 corresponde ao cenário considerado possível, com a uma alteração de 15% nas taxas. O Cenário 3 corresponde ao cenário remoto, com a alteração de 25% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas – Controladora**

Instrumento	Valor	Risco	2024							
			Cenário atual		Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>										
Aplicações financeiras	946.894	CDI	10,65%	100.844	11,18%	105.886	12,25%	115.971	13,31%	126.055
Caixa restrito	18.701	CDI	10,65%	1.992	11,18%	2.092	12,25%	2.291	13,31%	2.491
<b>Passivos financeiros</b>										
Finame/Finem/Custeio agrícola	(39.065)	TLP	9,65%	(3.768)	10,13%	(3.957)	11,09%	(4.333)	12,06%	(4.710)
Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola	(372.848)	CDI	12,65%	(47.171)	13,28%	(49.530)	14,55%	(54.247)	15,81%	(58.963)
Mercado de capitais	(1.845.054)	IPCA	14,51%	(267.737)	15,24%	(281.124)	16,69%	(307.898)	18,14%	(334.671)
Finem / FCO	(8.079)	TX.JRSVAR	6,82%	(551)	7,16%	(579)	7,84%	(634)	8,53%	(689)
Multilateral / Capital de giro	(53.592)	LIBOR 6m	11,16%	(5.979)	11,71%	(6.278)	12,83%	(6.876)	13,95%	(7.474)
Capital de giro	(14.989)	LIBOR 3m	3,43%	(514)	3,60%	(540)	3,94%	(591)	4,29%	(642)
<b>Resultado financeiro líquido (estimado)</b>				<u>(222.884)</u>		<u>(234.030)</u>		<u>(256.317)</u>		<u>(278.603)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>(11.146)</u>		<u>(33.433)</u>		<u>(55.719)</u>

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas – Controladora**

Instrumento	Valor	Risco	2024							
			Cenário atual		Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>										
Aplicações financeiras	946.894	CDI	10,65%	100.844	10,12%	95.802	9,05%	85.717	7,99%	75.633
Caixa restrito	18.701	CDI	10,65%	1.992	10,12%	1.892	9,05%	1.693	7,99%	1.493
<b>Passivos financeiros</b>										
Finame/Finem/Custeio agrícola	(39.065)	TLP	9,65%	(3.768)	9,16%	(3.579)	8,20%	(3.203)	7,23%	(2.826)
Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola	(372.848)	CDI	12,65%	(47.171)	12,02%	(44.812)	10,75%	(40.095)	9,49%	(35.379)
Mercado de capitais	(1.845.054)	IPCA	14,51%	(267.737)	13,79%	(254.350)	12,33%	(227.576)	10,88%	(200.803)
Finem / FCO	(8.079)	TX.JRSVAR	6,82%	(551)	6,48%	(523)	5,80%	(468)	5,12%	(413)
Multilateral / Capital de giro	(53.592)	LIBOR6m	11,16%	(5.979)	10,60%	(5.680)	9,48%	(5.082)	8,37%	(4.484)
Capital de giro	(14.989)	LIBOR3m	3,43%	(514)	3,26%	(488)	2,91%	(437)	2,57%	(386)
<b>Resultado financeiro líquido (estimado)</b>				<b>(222.884)</b>		<b>(211.738)</b>		<b>(189.451)</b>		<b>(167.165)</b>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						11.146		33.433		55.719

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas – Consolidado**

Instrumento	Valor	Risco	2024							
			Cenário atual		Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>										
Aplicações financeiras	1.007.783	CDI	10,65%	107.329	11,18%	112.696	12,25%	123.428	13,31%	134.161
Caixa restrito	18.701	CDI	10,65%	1.992	11,18%	2.092	12,25%	2.291	13,31%	2.490
<b>Passivos financeiros</b>										
BNDES/Finame/Leasing/CDC	(19.614)	SELIC	16,27%	(3.191)	17,08%	(3.351)	18,71%	(3.670)	20,34%	(3.989)
Finame/Finem/Custeio agrícola	(94.691)	TLP	10,43%	(9.877)	10,95%	(10.371)	12,00%	(11.359)	13,04%	(12.346)
Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola	(372.848)	CDI	12,65%	(47.171)	13,28%	(49.530)	14,55%	(54.247)	15,81%	(58.964)
Mercado de capitais	(1.845.054)	IPCA	14,51%	(267.737)	15,24%	(281.124)	16,69%	(307.898)	18,14%	(334.671)
Finem / FCO	(8.079)	TX.JRSVAR	6,82%	(551)	7,16%	(579)	7,84%	(634)	8,53%	(689)
Multilateral / Capital de giro	(53.592)	LIBOR 6m	11,16%	(5.979)	11,71%	(6.278)	12,83%	(6.876)	13,95%	(7.474)
Capital de giro	(14.989)	LIBOR 3m	3,43%	(514)	3,60%	(540)	3,94%	(591)	4,29%	(642)
<b>Resultado financeiro líquido (estimado)</b>				<u>(225.699)</u>		<u>(236.985)</u>		<u>(259.556)</u>		<u>(282.124)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>(11.286)</u>		<u>(33.857)</u>		<u>(56.425)</u>

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas – Consolidado**

Instrumento	Valor	Risco	2024							
			Cenário atual		Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>										
Aplicações financeiras	1.007.783	CDI	10,65%	107.329	10,12%	101.962	9,05%	91.230	7,99%	80.497
Caixa restrito	18.701	CDI	10,65%	1.992	10,12%	1.892	9,05%	1.693	7,99%	1.494
<b>Passivos financeiros</b>										
BNDES/Finame/Leasing/CDC	(19.614)	SELIC	16,27%	(3.191)	15,46%	(3.031)	13,83%	(2.712)	12,20%	(2.393)
Finame/Finem/Custeio agrícola	(94.691)	TLP	10,43%	(9.877)	9,91%	(9.383)	8,87%	(8.395)	7,82%	(7.408)
Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola	(372.848)	CDI	12,65%	(47.171)	12,02%	(44.812)	10,75%	(40.095)	9,49%	(35.378)
Mercado de capitais	(1.845.054)	IPCA	14,51%	(267.737)	13,79%	(254.350)	12,33%	(227.576)	10,88%	(200.803)
Finem / FCO	(8.079)	TX.JRSVAR	6,82%	(551)	6,48%	(523)	5,80%	(468)	5,12%	(413)
Multilateral / Capital de giro	(53.592)	LIBOR6m	11,16%	(5.979)	10,60%	(5.680)	9,48%	(5.082)	8,37%	(4.484)
Capital de giro	(14.989)	LIBOR3m	3,43%	(514)	3,26%	(488)	2,91%	(437)	2,57%	(386)
<b>Resultado financeiro líquido (estimado)</b>				<u>(225.699)</u>		<u>(214.413)</u>		<u>(191.842)</u>		<u>(169.274)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>11.286</u>		<u>33.857</u>		<u>56.425</u>

(v) **Risco de moeda**

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas garantem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira).

*Exposição a moeda estrangeira*

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido à Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Controladora e consolidado	2024		2023	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Caixa e equivalentes de caixa	32.071	6.419	33.987	6.690
Contas a receber	28.123	5.629	15.050	2.962
Empréstimos e financiamentos	(116.381)	(23.294)	(194.509)	(38.286)
Exposição líquida	<u>(56.187)</u>	<u>(11.246)</u>	<u>(145.472)</u>	<u>(28.634)</u>

*Análise de sensibilidade - Risco de moeda*

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição dos empréstimos e financiamentos à variação monetária do dólar norte americano. A Companhia apresenta três cenários com elevação e redução de 5%, 10% e 15% da variável de risco considerado.

Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os respectivos montantes. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Variação de 5% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário II: Variação de 10% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário III: Variação de 15% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	Controladora e consolidado							
	USD	R\$	Elevação (R\$)			Redução (R\$)		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<i>Instrumentos financeiros</i>								
<i>Ativo</i>								
Caixas e equivalentes de caixa	6.419	32.071	1.604	3.208	4.812	(1.604)	(3.208)	(4.812)
Contas a receber	5.629	28.123	1.406	2.812	4.218	(1.406)	(2.812)	(4.218)
<i>Passivo</i>								
Empréstimos e financiamentos	(23.294)	(116.381)	<u>(5.819)</u>	<u>(11.638)</u>	<u>(17.457)</u>	<u>5.819</u>	<u>11.638</u>	<u>17.457</u>
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>								
			<u>(2.809)</u>	<u>(5.618)</u>	<u>(8.427)</u>	<u>2.809</u>	<u>5.618</u>	<u>8.427</u>

(vi) *Risco de preço de commodities*

Seguindo a política de gestão de riscos aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia faz uso dos derivativos de *commodities* buscando minimizar a volatilidade do seu resultado ocasionada pelas oscilações naturais dos preços das *commodities*. Dessa forma trabalha com a fixação de preços dos produtos e realiza o reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Nacionais e Internacionais (BM&F, ICE/NYBOT) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ.

O mercado utiliza como referência de preço de venda para o açúcar o valor do açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova Iorque, e do etanol o indicador CEPEA/ESALQ. A exposição líquida entre ativos (expectativas de produção) e passivos (contratos de fixação) para o açúcar é gerenciada e protegida (*hedgeada*) por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa. No que se refere ao etanol, por falta de instrumentos financeiros derivativos líquidos para proteção (*hedge*), ele tem sua exposição gerenciada com base nas políticas de vendas do etanol físico que conta com uma estrutura de estocagem adequada para carregamento do produto em momentos que a Companhia entenda ser desfavorável a comercialização do mesmo. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites de risco aprovados e pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Os ganhos ou perdas originadas desses instrumentos de proteção são registrados no resultado do exercício.

*Exposição do risco preço de commodities*

A exposição para o risco de preços de *commodities* da Companhia baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Consolidado	Vencimento (safra)	Volume*		Notional (R\$ mil)	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
<b>Posição física / ativa</b>					
<b>Mercadorias</b>					
Açúcar (toneladas)	2023-24	-	265.000	-	664.201
Açúcar (toneladas)	2024-25	620.000	265.000	1.543.465	619.621
Açúcar (toneladas)	2025-26	620.000	265.000	1.483.419	602.889
Açúcar (toneladas)	2026-27	620.000	-	1.460.611	-
Etanol (m <sup>3</sup> )	2023-24	-	400.000	-	1.161.500
Etanol (m <sup>3</sup> )	2024-25	305.000	400.000	723.963	1.161.500
Etanol (m3)	2025-26	305.000	400.000	723.963	1.161.500
Etanol (m3)	2026-27	305.000	-	723.963	-
<b>Total</b>				<b><u>6.659.384</u></b>	<b><u>5.371.211</u></b>
<b>Contratos futuros</b>					
<b>(Forward)</b>					
<b>Posição Comprada</b>					
<b>Mercadorias</b>					
Açúcar (tonelada)	2024-25	16.968	-	41.475	-
Açúcar (tonelada)	2026-27	2.642	-	6.161	-
				<b><u>47.636</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Posição Vendida</b>					
<b>Mercadorias</b>					
Açúcar (tonelada)	2023-24	-	229.653	-	(575.606)
Açúcar (tonelada)	2024-25	338.699	211.537	(824.033)	(494.614)
Açúcar (tonelada)	2025-26	267.813	45.162	(627.269)	(102.746)
Açúcar (tonelada)	2026-27	11.227	-	(25.806)	-
				<b><u>(1.477.108)</u></b>	<b><u>(1.172.966)</u></b>
<b>Total</b>				<b><u>5.229.912</u></b>	<b><u>4.198.245</u></b>

\* Os volumes de açúcar e etanol são baseados em previsões da Companhia das produções e faturamento por safra.

A Companhia utiliza para controle da exposição de *commodities* basicamente contratos derivativos futuros negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*).

O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Caso a Companhia possua limite de crédito disponível com a instituição que esteja intermediando a fixação, a cobertura de margem é realizada pela própria instituição, e o ganho ou perda da posição só é realizado pela Companhia no momento da expiração da tela ou da recompra da posição.

Para os contratos de balcão, a mensuração do valor justo é dada pelos valores de mercado, via informação pública. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Para esses contratos não há necessidade de depósitos de margem. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data de liquidação.

*Análise de sensibilidade para risco de commodities*

A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável que consiste em utilizar como referência os preços utilizados no orçamento da Companhia para a safra 2023/24, e outros dois que possam apresentar efeitos de depreciação do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia considerando uma oscilação de 25% e 50% sobre a taxa de mercado do dia 31 de março de 2024.

Produção	Notional	Provável	Elevação		Redução	
		2024	25%	50%	25%	50%
Açúcar	4.487.495	392.177	1.121.874	2.243.748	(1.121.874)	(2.243.748)
Etanol	2.171.889	277.976	542.972	1.085.945	(542.972)	(1.085.945)
	<b>6.659.384</b>	<b>670.153</b>	<b>1.664.846</b>	<b>3.329.693</b>	<b>(1.664.846)</b>	<b>(3.329.693)</b>
<b>Contratos futuros (Forward)</b>						
<b>Mercadorias</b>						
Açúcar	(1.429.473)	(1.429.473)	381.186	762.372	(381.186)	(762.372)
	<b>(1.429.473)</b>	<b>(1.429.473)</b>	<b>381.186</b>	<b>762.372</b>	<b>(381.186)</b>	<b>(762.372)</b>
<b>Efeito total no resultado da companhia</b>						
	<b>5.229.911</b>	<b>(759.320)</b>	<b>2.046.032</b>	<b>4.092.065</b>	<b>(2.046.032)</b>	<b>(4.092.065)</b>

Em virtude da sazonalidade do comportamento da cotação da *commodity* - açúcar, esse cenário está sujeito a variações durante o ano/safra.

**d. Gestão de capital**

A gestão de capital da Companhia e de suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A fim de manter ou ajustar sua estrutura de capital, a Companhia pode tomar medidas para assegurar o cumprimento dos objetivos acima mencionados.

**e. Instrumentos financeiros hedge**

A Companhia está exposta a riscos de mercado, sendo os principais:

- (i) A volatilidade dos preços de açúcar, e derivados;
- (ii) Volatilidade da taxa de câmbio; e
- (iii) Volatilidade das taxas de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco ao qual a Administração busca cobertura.

Em 31 de março de 2024 e 2023, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção mensurados por meio de fatores observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos de caixa descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

			<b>2024</b>			
			<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>Hedge</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Notional</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
NDF - Açúcar	04/2024 a 03/2025	876.944.569	27.181	73.106	27.181	73.106
NDF - Moeda	04/2024 a 03/2025	478.268.629	34.575	1.488	34.575	1.488
SWAP	04/2024 a 03/2025	-	9	13.421	9	13.421
NDF - Açúcar	04/2025 a 03/2026	627.269.198	9.074	24.276	9.074	24.276
NDF - Moeda	04/2025 a 03/2026	190.815.804	5.273	446	5.381	482
SWAP	04/2025 a 03/2026	-	17.209	11.828	17.209	11.828
NDF - Açúcar	04/2026 a 03/2027	31.966.727	3	382	3	382
NDF - Moeda	04/2026 a 03/2027	14.649.249	-	97	-	97
SWAP	04/2026 a 03/2027	-	54	8.274	54	8.274
SWAP	04/2027 a 03/2028	-	37	9.190	37	9.190
SWAP	04/2028 a 03/2029	-	24.198	15.725	24.198	15.725
SWAP	04/2029 a 03/2030	-	8.855	6.864	8.855	6.864
SWAP	04/2030 a 03/2031	-	10.489	2.895	10.489	2.895
SWAP	04/2031 a 03/2032	-	11.465	2.429	11.465	2.429
SWAP	04/2032 a 03/2033	-	-	2.576	-	2.576
SWAP	04/2033 a 03/2034	-	-	225	-	225
			<b>148.422</b>	<b>173.222</b>	<b>148.530</b>	<b>173.258</b>
Circulante			61.765	88.015	61.765	88.015
Não circulante			86.657	85.207	86.765	85.243

			<b>31/03/2023</b>	
			<b>Controladora e consolidado</b>	
<b>Hedge</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Notional</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
NDF - Açúcar	04/2023 a 03/2024	183.366.842	-	133.923
NDF - USD	04/2023 a 03/2024	28.175.298,24	20.128	-
SWAP	04/2023 a 03/2024	1.501.737.774	3.949	47.383
NDF - Açúcar	04/2024 a 03/2025	103.061.726	4.581	28.568
NDF - USD	04/2024 a 03/2025	19.031.000	12.171	849
SWAP	04/2024 a 03/2025	1.357.195.756	595	27.359
NDF - Moeda	04/2024 a 03/2025	-	1.946	7
NDF - Açúcar	04/2025 a 03/2029	19.986.373	-	3.279
NDF - USD	04/2025 a 03/2029	8.374.632	152	-
SWAP	04/2025 a 03/2029	1.461.073.587	24.149	27.718
NDF - Moeda	04/2025 a 03/2029	-	115	-
SWAP	04/2026 a 03/2027	1.062.510.550	-	17.951
SWAP	04/2027 a 03/2028	1.061.700.983	-	15.986
SWAP	04/2028 a 03/2033	2.040.606.952	124.204	19.799
			<b>191.990</b>	<b>322.822</b>
Circulante			24.077	181.306
Não circulante			167.913	141.516

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado.

**Resultado com instrumentos financeiros de hedge**

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dessas operações no resultado do exercício. Em 31 de março, os impactos contabilizados nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Operações de hedge, líquidas</b>				
<b>Operações Liquidadas</b>				
Operações de açúcar	(213.530)	(136.708)	(213.530)	(136.708)
Operações de câmbio	29.146	15.599	29.146	15.599
Operações de indexador	(25.631)	(59.025)	(25.631)	(59.025)
	(210.015)	(180.134)	(210.015)	(180.134)
<b>Operações em aberto</b>				
Operações de açúcar	97.477	12.410	97.477	12.410
Operações de câmbio	6.870	(2.045)	6.943	(2.045)
Operações de indexador	1.685	7.726	1.685	7.726
	106.032	18.091	106.105	18.091
	(103.983)	(162.043)	(103.910)	(162.043)

Para reduzir a volatilidade do seu fluxo de caixa e proteção patrimonial em decorrência de oscilações no preço do açúcar e câmbio, a Companhia possui Política de Gestão de Risco Cambial, de Commodities e de Liquidez implementada e faz uso de diversos instrumentos de *hedge* para proteger uma parcela do volume projetado das vendas a preços flutuantes, com objetivo exclusivo de mitigação de riscos advindos dos descasamentos dos indexadores entre ativos e passivos (preços das commodities, taxas de juros ou de câmbio).

Nos termos da Política de Gestão de Risco Cambial, de Commodities e de Liquidez, a Companhia poderá se utilizar de diversos instrumentos de derivativos disponíveis, tais quais:

- i. Fixação do preço futuro do açúcar em dólar;
- ii. Compra ou venda de câmbio à vista ou futuro;
- iii. *Swap* de moeda estrangeira;
- iv. Pagamento antecipado ou tomada de financiamentos em moeda estrangeira;
- v. Compra e venda de opções de câmbio e preços de commodities;
- vi. Aplicação em fundos cambiais;
- vii. Compra e venda de opções de açúcar; e
- viii. Manutenção de disponibilidades em moeda estrangeira.

## 18 Receita operacional líquida

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito.

A receita operacional da Companhia e de suas controladas é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Mercado externo				
Açúcar branco	73.047	27.182	73.047	27.182
Açúcar orgânico	227.163	234.683	227.163	234.683
	<u>300.210</u>	<u>261.865</u>	<u>300.210</u>	<u>261.865</u>
Mercado interno				
Etanol	440.953	725.439	908.884	917.960
Açúcar	706.645	548.810	706.645	548.810
Açúcar orgânico	35.618	39.253	35.618	39.253
Soja	2.233	742	2.909	742
Energia elétrica	-	-	106.701	42.210
Saneantes	46.082	71.872	46.082	71.872
Derivados de levedura	8.061	6.060	8.061	6.060
CBIOS	40.924	21.798	70.656	23.268
Outras vendas	5.972	5.010	14.337	8.237
	<u>1.286.488</u>	<u>1.418.984</u>	<u>1.899.893</u>	<u>1.658.412</u>
Receita bruta Fiscal	<u>1.586.698</u>	<u>1.680.849</u>	<u>2.200.103</u>	<u>1.920.277</u>
(-) Impostos sobre vendas	(173.634)	(174.071)	(285.152)	(205.575)
(-) Devoluções	(5.152)	(7.029)	(5.423)	(7.214)
Total da receita operacional líquida	<u>1.407.912</u>	<u>1.499.749</u>	<u>1.909.528</u>	<u>1.707.488</u>
<b>Conciliação da receita líquida por mercado</b>				
Mercado interno				
Receita bruta	1.286.488	1.418.984	1.899.893	1.658.412
(-) Impostos sobre vendas	(173.634)	(174.071)	(285.152)	(205.575)
(-) Devoluções	(5.152)	(7.029)	(5.423)	(7.214)
Receita líquida	<u>1.107.702</u>	<u>1.237.884</u>	<u>1.609.318</u>	<u>1.445.623</u>
Mercado externo				
Receita bruta	300.210	261.865	300.210	261.865
Receita líquida	<u>300.210</u>	<u>261.865</u>	<u>300.210</u>	<u>261.865</u>
<b>Total da receita líquida</b>	<u>1.407.912</u>	<u>1.499.749</u>	<u>1.909.528</u>	<u>1.707.488</u>

### **Obrigações de performance e políticas de reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço para o cliente.

A Companhia reconhece a receita refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle das mercadorias. Não há estimativa de perdas com vendas e não há programa de fidelidade. A Companhia considera que todas as obrigações de desempenho são cumpridas no momento da entrega do produto, que é também o momento do reconhecimento da receita.

## **19 Custos e despesas operacionais por natureza**

### **a. Custo dos produtos vendidos**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Amortização do ativo biológico	(251.001)	(181.024)	(411.654)	(214.245)
Depreciação da lavoura	(104.597)	(97.982)	(184.831)	(105.242)
Depreciações de máquinas, equipamentos e instalações	(143.513)	(128.084)	(269.366)	(155.653)
Depreciações de direitos de uso	(112.595)	(96.103)	(149.901)	(93.251)
Serviços prestados por terceiros	(78.819)	(76.963)	(98.130)	(81.154)
Custos com pessoal	(68.521)	(61.396)	(146.418)	(116.289)
Operação e manutenção	(86.976)	(98.372)	(124.517)	(128.926)
Matéria prima / insumos industriais	(58.580)	(95.476)	(85.108)	(144.291)
Fretes	(34.919)	(41.540)	(34.919)	(41.599)
Outros gastos	(21.960)	(22.186)	(3.235)	(31.681)
CBIOS	(40.376)	(16.722)	(48.914)	(16.722)
Reversão impairment - Lavoura de cana	-	-	199.065	8.185
	<u>(1.001.857)</u>	<u>(915.848)</u>	<u>(1.357.928)</u>	<u>(1.120.868)</u>

**b. Despesas com vendas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Gastos com transporte	(54.847)	(49.599)	(54.848)	(49.639)
Comissões sobre vendas	(8.949)	(10.849)	(9.771)	(10.966)
Custos com pessoal	(16.847)	(13.741)	(16.875)	(13.741)
Outras despesas	(12.233)	(8.584)	(12.454)	(8.600)
Serviços prestados por terceiros	(19.451)	(34.162)	(22.601)	(34.749)
Armazenagem / estufagem / inspeção - Açúcar	(11.680)	(9.315)	(11.680)	(9.315)
Depreciações	(5.430)	(5.652)	(5.592)	(5.792)
Gastos com seguros	(2.717)	(2.411)	(2.717)	(2.411)
Propaganda e publicidade	(1.650)	(1.290)	(1.650)	(1.290)
	<u>(133.804)</u>	<u>(135.603)</u>	<u>(138.188)</u>	<u>(136.503)</u>

**c. Despesas gerais e administrativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Custos com pessoal	(41.300)	(38.351)	(47.780)	(42.626)
Serviços prestados por terceiros	(37.712)	(33.313)	(43.695)	(37.702)
Outras despesas	(9.901)	(5.330)	(17.808)	(4.767)
Depreciações	(3.612)	(3.414)	(5.078)	(4.159)
Despesas tributárias - Protege /GO	(15.675)	(16.334)	(15.675)	(16.334)
Antecipação Produzir	(3.732)	(4.920)	(3.732)	(4.920)
Despesas tributárias	(8.188)	8.833	(12.670)	8.484
Auxílios e doações	(1.696)	(1.733)	(1.696)	(1.733)
Reversão/(Provisão) p/ contingências	4.938	174	4.938	173
	<u>(116.878)</u>	<u>(94.388)</u>	<u>(143.196)</u>	<u>(103.584)</u>

**20 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Incentivo fiscal - Produzir (a)	37.316	49.199	37.316	49.199
Incentivo fiscal - fomentar (b)	19.142	30.178	19.142	30.178
Crédito outorgado sobre etanol anidro (c)	30.696	43.762	30.696	43.762
Crédito outorg. s/etanol hid. carb.	-	16.331	-	55.733
Sinistro	636	2.333	636	2.333
Alienação de bens do ativo imobilizado	9.717	6.836	9.717	6.836
Avaliação de créditos de descarbonização (d)	30.446	28.785	32.322	36.342
PIS e COFINS calculados sobre a base de cálculo do ICMS	-	3.661	-	3.661
Outras receitas operacionais	8.553	8.404	13.434	14.356
Ganho por compra vantajosa em controlada	-	428.011	-	428.011
	<u>136.506</u>	<u>617.500</u>	<u>143.263</u>	<u>670.411</u>
(-) Outras despesas	(507)	(95)	(21.409)	(205)
(-) Custo da baixa dos bens alienados	(10.101)	(3.672)	(10.102)	(4.501)
	<u>(10.608)</u>	<u>(3.767)</u>	<u>(31.511)</u>	<u>(4.706)</u>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<u>125.898</u>	<u>613.733</u>	<u>111.752</u>	<u>665.705</u>

(a) Incentivo fiscal, regulamentado pelo art. 20 da Lei Estadual nº13.591/2000, concedido pelo Governo do Estado de Goiás referente ao desconto no pagamento de 73% do ICMS devido nas vendas de produtos incentivados da Unidade Otávio Lage.

(b) Incentivo fiscal obtido com a liquidação antecipada do contrato de financiamento firmado com o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR objeto de oferta pública conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º da Lei 13.436/1998 de 13 de dezembro de 1998.

- (c) Incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado de Goiás para as empresas enquadradas nos programas FOMENTAR ou PRODUIZIR, equivalente a 60% do valor do ICMS como se devido fosse nas operações de venda de Etanol Anidro realizadas junto às distribuidoras. O benefício é regulamentado pela Lei Estadual nº 13.246/99, art. 3º, II.
- (d) Créditos de descarbonização – CBIOS são reconhecidos no momento do reconhecimento da receita de etanol anidro e hidratado pelo valor de mercado. Ao identificar perda na avaliação do estoque de CBIOS, a provisão para perda é reconhecida em outras receitas (despesas) operacionais líquidas. A venda de créditos é reconhecida como receita bruta e a baixa do estoque no custo de produtos vendidos.
- (e) Em abril de 2023 a Jalles Bioenergia S.A. sofreu uma penalização de R\$10.524 mil na qual o Operador Nacional do Sistema Elétrico, (ONS), puniu a Companhia por descumprir o contrato de disponibilidade para o fornecimento de energia elétrica. Em 04 de dezembro de 2023 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deu provimento ao requerimento formulado pela Jalles Bioenergia S.A., para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS altere a classificação do estado operativo da UG1 da UTE Santa Vitória de Desligamento em Urgência (DUR) para Desligamento em Emergência. Com este provimento a Companhia aguarda a formalização por parte da ONS quanto a atualização dos valores não faturados para reverter a punição anteriormente reconhecida.

## 21 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	(314.181)	(236.918)	(350.963)	(243.393)
Descontos concedidos	(3.757)	(2.616)	(3.757)	(2.950)
Outros	(15.666)	(28.803)	(15.914)	(28.999)
	(333.604)	(268.337)	(370.634)	(275.342)
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	106.775	138.013	111.658	143.037
Juros	11.432	25.096	11.859	25.098
Outros	14.010	8.127	14.057	8.147
	132.217	171.236	137.574	176.282
<b>Variação cambial e monetária, líquida</b>				
Clientes e fornecedores	74	2.946	74	2.946
Disponibilidades	(791)	2.661	(791)	2.661
Empréstimos e financiamentos	3.948	(13.450)	3.948	(13.450)
	3.231	(7.843)	3.231	(7.843)
<b>Operações de hedge, líquidas</b>				
<b>Operações Liquidadas</b>				
Operações de açúcar	(213.530)	(136.708)	(213.530)	(136.708)
Operações de câmbio	29.146	15.599	29.146	15.599
Operações de indexador	(25.631)	(59.025)	(25.631)	(59.025)
	(210.015)	(180.134)	(210.015)	(180.134)
<b>Operações em aberto</b>				
Operações de açúcar	97.477	12.410	97.477	12.410
Operações de câmbio	6.870	(2.045)	6.943	(2.045)
Operações de indexador	1.685	7.726	1.685	7.726
	106.032	18.091	106.105	18.091
	(103.983)	(162.043)	(103.910)	(162.043)
<b>Financeiras líquidas</b>	<b>(302.139)</b>	<b>(266.987)</b>	<b>(333.739)</b>	<b>(268.946)</b>

## 22 Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído):

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Resultado das operações continuadas	85.118	692.329
Número médio ponderado de ações a disposição dos acionistas	297.391.104	294.103.719
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	0,2862	2,3540

## 23 Arrendamentos a pagar

A Companhia possui contratos de aluguel de imóveis urbanos e do parque industrial de sua filial e contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com acionistas e terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita.

Após avaliação e inventário dos contratos, a Jalles Machado S.A. reconheceu ativos e passivos relacionados aos contratos de: parcerias agrícolas para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2)/IFRS 16.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento e dos ativos identificados nos contratos de parceria rural utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 31 de março de 2024 que foi de 6,30% a.a. (8,50% a.a. em 31 de março de 2023).

Os contratos de parceria agrícola estão assim distribuídos:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Área em parceria	73.185 hectares	71.992 hectares	115.211 hectares	71.992 hectares

A movimentação do direito de uso durante o exercício findo em 31 de março de 2024 foi a seguinte:

	<b>Controladora</b>			
	<b>Parceria agrícola</b>	<b>Planta industrial</b>	<b>Aluguéis</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de março de 2022	730.575	73.855	3.309	807.739
Adições	314.573	-	-	314.573
Depreciações	(93.390)	(34.083)	(379)	(127.852)
Remensurações	65.889	3.357	182	69.428
Baixas	(49.912)	-	-	(49.912)
Saldo em 31 de março de 2023	967.735	43.129	3.112	1.013.976
Adições	93.953	-	-	93.953
Depreciações	(103.598)	(34.503)	(403)	(138.504)
Remensurações	(559)	-	-	(559)
Baixas	(3.645)	-	-	(3.645)
Saldo em 31 de março de 2024	953.886	8.626	2.709	965.221

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Parceria agrícola</b>	<b>Aluguéis</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de março de 2022	730.575	3.309	733.884
Adição por combinação de negócios	176.054	22.962	199.016
Adições	421.699	-	421.699
Depreciações	(113.412)	(9.061)	(122.473)
Remensurações	80.338	182	80.520
Baixas	(49.912)	-	(49.912)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>1.245.342</u>	<u>17.392</u>	<u>1.262.734</u>
Adições	325.765	-	325.765
Depreciações	(159.418)	(7.795)	(167.213)
Remensurações	3.387	-	3.387
Baixas	(3.645)	-	(3.645)
Saldo em 31 de março de 2024	<u>1.411.431</u>	<u>9.597</u>	<u>1.421.028</u>

A movimentação no passivo de arrendamento e parcerias agrícolas durante o exercício findo em 31 de março de 2024, foi a seguinte:

	<b>Controladora</b>			
	<b>Parceria agrícola</b>	<b>Planta industrial</b>	<b>Aluguéis</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de março de 2022	706.035	76.892	3.309	786.236
Adição por combinação de negócios	-	-	-	-
Adições	314.573	-	-	314.573
Amortizações	(89.359)	(33.991)	(385)	(123.735)
Baixas	(49.912)	-	-	(49.912)
Pagamento de juros	(47.710)	(5.253)	(102)	(53.065)
Juros provisionados	47.710	5.253	102	53.065
Mensurações posteriores	46.224	3.575	182	49.981
Adições	93.953	-	-	93.953
Amortizações	(100.492)	(34.502)	(396)	(135.390)
Baixas	(3.645)	-	-	(3.645)
Pagamento de juros	(47.893)	(5.673)	(104)	(53.670)
Juros provisionados	47.893	5.673	104	53.670
Mensurações posteriores	(559)	-	-	(559)
Saldo em 31 de março de 2024	<u>916.818</u>	<u>11.974</u>	<u>2.710</u>	<u>931.502</u>

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Parceria agrícola</b>	<b>Aluguéis</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de março de 2022	706.035	3.309	709.344
Adição por combinação de negócios	180.218	24.587	204.805
Adições	421.699	-	421.699
Amortizações	(109.261)	(9.110)	(118.371)
Baixas	(49.912)	-	(49.912)
Pagamento de juros	(56.209)	(1.313)	(57.522)
Juros provisionados	56.209	1.313	57.522
Mensurações posteriores	55.951	839	56.790
Saldo em 31 de março de 2023	<u>1.204.730</u>	<u>19.625</u>	<u>1.224.355</u>
Adições	325.765	-	325.765
Amortizações	(161.393)	(8.743)	(170.136)
Baixas	(3.645)	-	(3.645)
Pagamento de juros	(72.933)	(812)	(73.745)
Juros provisionados	72.933	812	73.745
Mensurações posteriores	3.387	-	3.387
Saldo em 31 de março de 2024	<u>1.368.844</u>	<u>10.882</u>	<u>1.379.726</u>

Os vencimentos das parcelas registrada no passivo estão demonstradas como segue:

**Controladora**

	<b>2024</b>				
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Parcerias agrícolas a pagar	442.275	26.716	89.236	134.460	191.863
Parcerias agrícolas a pagar (partes relacionadas)	474.543	30.746	105.405	166.834	171.558
Arrendamentos de imóveis urbanos (partes relacionadas)	2.710	507	378	1.521	304
Arrendamentos mercantis a pagar (partes relacionadas)	11.974	11.974	-	-	-
	<u>931.502</u>	<u>69.943</u>	<u>195.019</u>	<u>302.815</u>	<u>363.725</u>
Circulante	69.943				
Não circulante	861.559				

	<b>2023</b>				
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Parcerias agrícolas a pagar	444.847	27.079	59.172	139.217	219.379
Parcerias agrícolas a pagar (partes relacionadas)	482.714	22.919	64.787	165.469	229.539
Arrendamentos de imóveis urbanos (partes relacionadas)	3.106	378	378	1.134	1.216
Arrendamentos mercantis a pagar (partes relacionadas)	46.476	37.851	8.625	-	-
	<u>977.143</u>	<u>88.227</u>	<u>132.962</u>	<u>305.820</u>	<u>450.134</u>
Circulante	88.227				
Não circulante	888.916				

**Consolidado**

	<b>2024</b>				
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Parcerias agrícolas a pagar	894.682	113.160	170.845	327.723	282.954
Parcerias agrícolas a pagar (partes relacionadas)	474.543	30.746	105.405	166.834	171.558
Arrendamentos mercantis a pagar	7.791	4.656	3.135	-	-
Arrendamentos mercantis a pagar (partes relacionadas)	2.710	507	378	1.521	304
	<u>1.379.726</u>	<u>149.069</u>	<u>279.763</u>	<u>496.078</u>	<u>454.816</u>
Circulante	149.069				
Não circulante	1.230.657				

	<b>2023</b>				
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Parcerias agrícolas a pagar	722.017	82.527	99.262	233.047	307.181
Parcerias agrícolas a pagar (partes relacionadas)	482.714	22.919	64.787	165.469	229.539
Arrendamentos mercantis	16.518	7.442	4.256	4.820	-
Arrendamentos mercantis (partes relacionadas)	3.106	378	378	1.134	1.216
	<u>1.224.355</u>	<u>113.266</u>	<u>168.683</u>	<u>404.470</u>	<u>537.936</u>
Circulante	113.266				
Não circulante	1.111.089				

## 24 Compromissos

### Compromissos de venda de açúcar

A Controladora possui diversos acordos no mercado de açúcar através dos quais se compromete a vender os volumes desses produtos em safras futuras. Esses volumes relacionados aos compromissos estão assim apresentados:

<b>Produto</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Açúcar (em toneladas) - Unidade Jalles Machado	47.099	21.320
Etanol (m <sup>3</sup> )	7.215	8.889

Os compromissos por safra são os seguintes:

<b>Açúcar</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Safra</b>		
2020/2021 (em toneladas)	-	64
2021/2022 (em toneladas)	-	123
2022/2023 (em toneladas)	2.060	21.133
2023/2024 (em toneladas)	42.689	-
2024/2025 (em toneladas)	2.350	-
	<u>47.099</u>	<u>21.320</u>
<b>Etanol</b>		
<b>Safra</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
2022/2023 (m <sup>3</sup> )	7.215	8.889
	<u>7.215</u>	<u>8.889</u>

## 25 Partes relacionadas

### Operações com pessoal-chave da Administração

#### *Remuneração de pessoal-chave da Administração*

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria e membros dos Conselhos de Administração e de Auditoria, eleitos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2024 à título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 10.349 (R\$ 8.891 em 31 de março de 2023), registrados no grupo de despesas administrativas, e incluem salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

#### *Outras transações com partes relacionadas*

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico.

	<b>Controladora</b>					
	<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>						
Bancos conta movimento (nota 3) (c)	492	2.373	-	-	-	-
Aplicações financeiras (nota 3) (c)	10.344	35.077	-	-	4.024	9.124
Estoques (nota 6)	-	38	-	-	(179)	(370)
	<u>10.836</u>	<u>37.488</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.845</u>	<u>8.754</u>
<b>Dividendos a receber</b>						
Albioma Esplanada Energia S.A.	3.888	2.215	-	-	-	-
	<u>3.888</u>	<u>2.215</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Circulante</b>						
<b>Clientes e fornecedores (nota 5) (nota 12)</b>						
Albioma Codora Energia S/A (a) (b)	-	-	-	-	1.693	807
Albioma Esplanada Energia S/A.	-	-	-	-	(445)	(6.522)
Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda	81	-	-	29	596	(17)
Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S/A	5	5	-	-	60	60
Vera Cruz Agropecuária Ltda	-	-	-	-	11	28
Solo Verde S.A.	-	-	-	-	441	612
Remuneração de garantias a acionistas (h)	-	-	514	1.081	(2.730)	(4.988)
	<u>86</u>	<u>5</u>	<u>514</u>	<u>1.110</u>	<u>(374)</u>	<u>(10.020)</u>
<b>Arrendamentos (Nota 22)</b>						
Arrendamentos a pagar (e)	-	-	12.481	38.229	(5.688)	(7.100)
Parcerias agrícolas a pagar (d)	-	-	30.746	22.919	(2.418)	(4.571)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.227</u>	<u>61.148</u>	<u>(8.106)</u>	<u>(11.671)</u>
<b>Não Circulante (Nota 5)</b>						
Purolim S/A	525	463	-	-	62	68
Solo Verde S.A. (i)	-	682	-	-	-	124
	<u>525</u>	<u>1.145</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62</u>	<u>192</u>
<b>Direitos de uso (Nota 22)</b>						
Direito de uso - parcerias (f)	474.543	482.714	-	-	(55.730)	12.612
Direito de uso - arrendamentos (g)	14.684	49.582	-	-	(34.906)	(30.923)
	<u>489.227</u>	<u>532.296</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(90.636)</u>	<u>(18.311)</u>
<b>Arrendamentos (Nota 22)</b>						
Arrendamentos a pagar (e)	-	-	2.203	11.353	(89)	(2.012)
Parcerias agrícolas a pagar (d)	-	-	443.797	459.795	(22.082)	(45.443)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>446.000</u>	<u>471.148</u>	<u>(22.171)</u>	<u>(47.455)</u>

	<b>Consolidado</b>					
	<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Resultado</b>	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
<b>Circulante</b>						
Bancos conta movimento (nota 3) (c)	948	5.946	-	-	-	-
Aplicações financeiras (nota 3) (c)	50.673	65.227	-	-	8.071	10.865
Estoques (nota 6)	-	38	-	-	(179)	(370)
	<u>51.621</u>	<u>71.211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.892</u>	<u>10.495</u>
<b>Dividendos</b>						
Albioma Esplanada Energia S.A.	3.888	2.215	-	-	-	-
	<u>3.888</u>	<u>2.215</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Circulante</b>						
<b>Clientes e fornecedores</b>						
Vera Cruz Agropecuária Ltda	-	-	-	-	11	28
Solo Verde S.A. (i)	-	-	-	-	441	612
Albioma Codora Energia S/A	-	-	-	-	1.693	807
Albioma Esplanada Energia S/A.	-	-	-	-	(445)	(6.522)
Remuneração de garantias a acionistas (h)	-	-	514	1.081	(2.730)	(4.988)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>514</u>	<u>1.081</u>	<u>(1.030)</u>	<u>(10.063)</u>
<b>Arrendamentos (Nota 22)</b>						
Parcerias agrícolas a pagar (d)	-	-	30.746	22.919	(2.418)	(4.571)
Arrendamentos a pagar (e)	-	-	507	378	(15)	(37)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.253</u>	<u>23.297</u>	<u>(2.433)</u>	<u>(4.608)</u>
<b>Não Circulante - Contas a receber (nota 5)</b>						
Solo Verde S.A. (i)	-	682	-	-	-	124
	<u>-</u>	<u>682</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>124</u>
<b>Direitos de uso (Nota 22)</b>						
Direitos de uso - parceria agrícola (f)	474.543	482.714	-	-	(55.730)	12.612
Direito de uso - arrendamentos (g)	2.710	3.106	-	-	(403)	(197)
	<u>477.253</u>	<u>485.820</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(56.133)</u>	<u>12.415</u>
<b>Arrendamentos (Nota 22)</b>						
Parcerias agrícolas a pagar (d)	-	-	443.797	459.795	(22.082)	(45.443)
Arrendamentos a pagar (e)	-	-	2.203	2.728	(89)	(247)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>446.000</u>	<u>462.523</u>	<u>(22.171)</u>	<u>(45.690)</u>

- (a) Venda de mercadorias e prestação de serviços diversos para a coligada Albioma Codora Energia S.A. e Albioma Esplanada Energia S.A.
- (b) Aquisição e venda de mercadorias e serviços da coligada Albioma Esplanada Energia S.A. e Albioma Esplanada Energia S.A.
- (c) Saldo correspondente a conta corrente e aplicações financeiras com incidência de juros à remuneração de mercado junto ao Banco Coopercred, cooperativa de crédito onde a Companhia é cotista.
- (d) Parcerias agrícolas são com os acionistas e Companhias do mesmo grupo econômico, para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2)/IFRS 16. O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana utilizando o mix de produtos e preços praticados pela Jalles Machado S.A.. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, capacidade de irrigação, viabilidade de produção de cana orgânica, extensão da fazenda, distância, qualidade do solo, relevo e interesse estratégico, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.
- (e) Contrato de arrendamento de parque industrial da controlada Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A onde a Companhia tem instalada a filial Unidade Otávio Lage e de imóveis urbanos arrendados da Agrojalles S.A.
- (f) Direitos de uso de terras arrendadas em modalidade de parcerias agrícolas. Parcerias agrícolas acionistas e Companhias do mesmo grupo econômico para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2)/IFRS 16. O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana utilizando o mix de produtos e preços praticados pela Jalles Machado S.A.. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, capacidade de irrigação, viabilidade de produção de cana orgânica, extensão da fazenda, distância, qualidade do solo, relevo e interesse estratégico, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.
- (g) Direito de uso sobre o arrendamento de parque industrial entre a Controladora e a Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.
- (h) Remuneração de garantias (reais e fidejussórias) prestadas em contratos financeiros celebrados pela Jalles Machado S.A., onde os acionistas assumiram responsabilidade solidária para o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias. Prazo: prazo de duração de cada contrato financeiro, ou seja, enquanto perdurar a garantia. Taxa de remuneração: 1,60% a.a, equivalente a 80% do valor da carta fiança bancária – conforme cotação realizada com três instituições bancárias de grande porte.
- (i) Venda de 25% da aeronave para a Solo Verde S.A. (anteriormente denominada Agrojalles S.A.) conforme contrato firmado entre as partes em 07 de dezembro de 2021. A Agrojalles S.A. pagou em 22 de dezembro 2021 o correspondente à 25% da diferença entre o valor de mercado da aeronave e o saldo devedor do financiamento e pagará o percentual equivalente a 25% do valor de cada parcela vincenda da dívida contratada em 20 de julho de 2018. Na data de celebração do contrato restavam 33 parcelas a serem pagas.

Em 22 de abril de 2015 a Companhia firmou contrato com sua coligada Albioma Codora Energia S.A. com o objeto reunir ativos, insumos, recursos técnicos, humanos e financeiros das partes para produzir energia elétrica e vapor d'água, que utiliza biomassa (bagaço e palha de cana-de-açúcar, cavaco de madeira, serragem, dentre outros compostos) e tem vigência até 15 de março de 2035, sendo a Companhia a responsável pelo fornecimento dos insumos, recebendo em troca energia elétrica.

### **Benefícios a empregados**

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, educação, entre outros.

A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Alimentação	26.302	22.220	27.285	26.545
Transporte	28.645	26.411	39.140	32.122
Participação nos lucros	11.360	11.955	13.873	11.955
Assistência médica/odontológica	18.905	10.431	23.649	13.286
Educação	1.706	1.690	1.706	1.700
Bolsa de estudos	85	50	85	50
Outros	22.565	18.750	22.653	18.955
	<b>109.568</b>	<b>91.507</b>	<b>128.391</b>	<b>104.613</b>

## 26 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possui dois segmentos operacionais de negócio: 1 - Açúcar, Etanol e derivados do processo agroindustrial da cana-de-açúcar (AED); e 2 – Energia elétrica. As atividades apresentadas na coluna “Outros” não se qualificam como segmentos operacionais e representam atividades não alocadas a segmentos.

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a Diretoria Executiva conforme as alçadas estabelecidas no processo implementado pela Companhia e suas controladas.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos processos industriais pela Companhia e pelas suas controladas, compondo os seguintes seguimentos:

Açúcar, etanol e derivados do processo agroindustrial da cana-de-açúcar (AED).  
Energia elétrica.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por negócio, com foco na rentabilidade:

	<b>2024</b>				<b>Total</b>
	<b>AED Goiás</b>	<b>AED Minas Gerais</b>	<b>Energia</b>	<b>Outros</b>	
<b>Receita Bruta</b>					
<b>Mercado interno</b>					
Etanol	440.953	467.931	-	-	908.884
Açúcar branco	706.645		-	-	706.645
Açúcar orgânico	35.618		-	-	35.618
Soja	2.232	677	-	-	2.909
Energia elétrica	-		106.701	-	106.701
Saneantes	46.082		-	-	46.082
Derivados de levedura	8.061		-	-	8.061
CBIOS	40.924	29.732	-	-	70.656
Outras vendas	5.871	844	7.622	-	14.337
	<u>1.286.386</u>	<u>499.184</u>	<u>114.323</u>	<u>-</u>	<u>1.899.893</u>
<b>Mercado externo</b>					
Açúcar branco	73.047	-	-	-	73.047
Açúcar orgânico	227.163	-	-	-	227.163
	<u>300.210</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>300.210</u>
( - ) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	<u>(178.787)</u>	<u>(93.105)</u>	<u>(17.217)</u>	<u>(1.466)</u>	<u>(290.575)</u>
<b>Receita Líquida</b>	<b><u>1.407.809</u></b>	<b><u>406.079</u></b>	<b><u>97.106</u></b>	<b><u>(1.466)</u></b>	<b><u>1.909.528</u></b>
Custo dos produtos vendidos	(990.061)	(304.739)	(63.128)	-	(1.357.928)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico	(62.955)	44.727	-	-	(18.228)
<b>Lucro bruto</b>	<b><u>354.793</u></b>	<b><u>146.067</u></b>	<b><u>33.978</u></b>	<b><u>(1.466)</u></b>	<b><u>533.372</u></b>
Despesas com vendas	(133.804)	(762)	(3.622)	-	(138.188)
Demais despesas operacionais, líquidas	7.018	(24.908)	(15.676)	120	(33.446)
<b>Lucro operacional</b>	<b><u>228.007</u></b>	<b><u>120.397</u></b>	<b><u>14.680</u></b>	<b><u>(1.346)</u></b>	<b><u>361.738</u></b>
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial	13.146	-	-	-	13.146
Resultado financeiro	(300.721)	(26.562)	(10.534)	4.078	(333.739)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b><u>(59.568)</u></b>	<b><u>93.835</u></b>	<b><u>4.146</u></b>	<b><u>2.732</u></b>	<b><u>41.145</u></b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	74.679	(21.432)	(3.515)	(5.759)	43.973
<b>Resultado do exercício</b>	<b><u>15.111</u></b>	<b><u>72.403</u></b>	<b><u>631</u></b>	<b><u>(3.027)</u></b>	<b><u>85.118</u></b>

	<b>2023</b>				<b>Total</b>
	<b>AED Goiás</b>	<b>AED Minas Gerais</b>	<b>Energia</b>	<b>Outros</b>	
<b>Receita Bruta</b>					
<b>Mercado interno</b>					
Etanol	725.439	192.521	-	-	917.960
Açúcar branco	548.810	-	-	-	548.810
Açúcar orgânico	39.253	-	-	-	39.253
Soja	742	-	-	-	742
Energia elétrica	-	-	42.210	-	42.210
Saneantes	71.872	-	-	-	71.872
Derivados de levedura	6.060	-	-	-	6.060
CBIOS	21.798	1.470	-	-	23.268
Outras vendas	4.952	978	2.307	-	8.237
	<u>1.418.926</u>	<u>194.969</u>	<u>44.517</u>	<u>-</u>	<u>1.658.412</u>
<b>Mercado externo</b>					
Açúcar branco	27.182	-	-	-	27.182
Açúcar orgânico	234.683	-	-	-	234.683
	<u>261.865</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>261.865</u>
( - ) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	<u>(181.101)</u>	<u>(24.489)</u>	<u>(5.755)</u>	<u>(1.444)</u>	<u>(212.789)</u>
<b>Receita Líquida</b>	<b><u>1.499.690</u></b>	<b><u>170.480</u></b>	<b><u>38.762</u></b>	<b><u>(1.444)</u></b>	<b><u>1.707.488</u></b>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>					
Varição do Valor Justo do Ativo Biológico	(889.511)	(196.248)	(35.109)	-	(1.120.868)
	<u>(36.180)</u>	<u>(3.409)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39.589)</u>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b><u>573.999</u></b>	<b><u>(29.177)</u></b>	<b><u>3.653</u></b>	<b><u>(1.444)</u></b>	<b><u>547.031</u></b>
<b>Despesas com vendas</b>					
Demais despesas operacionais, líquidas	(135.603)	(900)	-	-	(136.503)
	519.248	41.437	(2.569)	32	558.148
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b><u>957.644</u></b>	<b><u>11.360</u></b>	<b><u>1.084</u></b>	<b><u>(1.412)</u></b>	<b><u>968.676</u></b>
<b>Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial</b>					
Resultado financeiro	7.957	-	-	-	7.957
	<u>(261.515)</u>	<u>(4.485)</u>	<u>(5.933)</u>	2.987	<u>(268.946)</u>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b><u>704.086</u></b>	<b><u>6.875</u></b>	<b><u>(4.849)</u></b>	<b><u>1.575</u></b>	<b><u>707.687</u></b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</b>					
	<u>(26.800)</u>	<u>16.516</u>	<u>248</u>	<u>(5.322)</u>	<u>(15.358)</u>
<b>Resultado do exercício</b>	<b><u>677.286</u></b>	<b><u>23.391</u></b>	<b><u>(4.601)</u></b>	<b><u>(3.747)</u></b>	<b><u>692.329</u></b>

No exercício findo em 31 de março de 2024 e 2023, nenhum cliente da Companhia respondeu por 10% ou mais das receitas líquidas do segmento de Açúcar, Etanol e Derivados em Goiás. No exercício findo em 31 de março de 2024 um cliente respondeu por 25,97% das receitas líquidas do segmento de Açúcar, Etanol e Derivados em Minas Gerais e um cliente respondeu por 10,76% das receitas líquidas no segmento de Energia Elétrica em Minas Gerais (no mesmo período em 2023, nenhum cliente respondeu por 10% ou mais das receitas líquidas, do segmento de Açúcar, Etanol e Derivados em Minas Gerais e um cliente respondeu por 10% ou mais das receitas líquidas no segmento de Energia Elétrica em Minas Gerais).

Os quadros abaixo apresentam a receita da Companhia e suas controladas por região geográfica:



Ativo	AED			Energia		Total	
	31/03/2024 Goiás	31/03/2024 Minas Gerais	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	1.020.865	7.030	991.754	21.968	7.367	1.049.863	999.121
Caixa restrito	17.453	-	14.149	-	-	17.453	14.149
Contas a receber e outros recebíveis	76.514	23.461	36.482	26.100	11.018	126.075	47.500
Estoques	172.973	45.890	187.179	5.985	9.007	224.848	196.186
Adiantamento a fornecedores	1.587	1.091	6.306	596	478	3.274	6.784
Ativos biológicos	402.879	128.384	599.551	-	-	531.263	599.551
Instrumentos financeiros derivativos	61.765	-	24.077	-	-	61.765	24.077
Impostos e contribuições a recuperar	30.882	20.968	108.618	573	3.244	52.423	111.862
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	41.586	-	43.530	8	1.326	41.594	44.856
Dividendos a receber	3.888	-	2.215	-	-	3.888	2.215
Outros ativos	4.281	2.766	5.079	791	3	7.838	5.082
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.834.673</b>	<b>229.590</b>	<b>2.018.940</b>	<b>56.021</b>	<b>32.443</b>	<b>2.120.284</b>	<b>2.051.383</b>
<b>Não circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Caixa restrito	2.129	-	7.611	-	-	2.129	7.611
Contas a receber e outros recebíveis	9.314	45.218	58.236	-	-	54.532	58.236
Instrumentos financeiros derivativos	86.657	108	167.913	-	-	86.765	167.913
Impostos diferidos	24.992	0	13.819	24.992	27.323	24.992	41.142
Depósitos judiciais	63.476	2.082	112.068	43	-	65.601	112.068
Impostos e contribuições a recuperar	12.230	83.701	96.495	6.105	6.521	102.036	103.016
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	482	1.662	8	-	490	1.662
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>198.798</b>	<b>131.591</b>	<b>457.804</b>	<b>31.148</b>	<b>33.844</b>	<b>336.545</b>	<b>491.648</b>
<b>Investimentos</b>	<b>89.650</b>	<b>2</b>	<b>82.222</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>89.652</b>	<b>82.222</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>1.675.218</b>	<b>882.250</b>	<b>2.082.099</b>	<b>162.211</b>	<b>175.028</b>	<b>2.719.679</b>	<b>2.257.127</b>
<b>Direitos de uso</b>	<b>956.595</b>	<b>464.433</b>	<b>1.262.734</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.421.028</b>	<b>1.262.734</b>
<b>Intangível</b>	<b>10.125</b>	<b>3.404</b>	<b>13.875</b>	<b>1.224</b>	<b>1.230</b>	<b>14.753</b>	<b>15.105</b>
	<b>2.731.588</b>	<b>1.350.089</b>	<b>3.440.930</b>	<b>163.435</b>	<b>176.258</b>	<b>4.245.112</b>	<b>3.617.188</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.930.386</b>	<b>1.481.680</b>	<b>3.898.734</b>	<b>194.583</b>	<b>210.102</b>	<b>4.581.657</b>	<b>4.108.836</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.765.059</b>	<b>1.711.270</b>	<b>5.917.674</b>	<b>250.604</b>	<b>242.545</b>	<b>6.701.941</b>	<b>6.160.219</b>

Passivo	AED			Energia		Total	
	31/03/2024 Goiás	31/03/2024 Minas Gerais	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	229.699	-	222.814	7.878	7.905	237.577	230.719
Arrendamentos a pagar	57.969	91.100	113.266	-	-	149.069	113.266
Fornecedores e outras contas a pagar	73.280	41.236	100.861	44.873	6.243	159.389	107.104
Instrumentos financeiros derivativos	88.015	-	181.306	-	-	88.015	181.306
Provisões e encargos trabalhistas	30.949	12.223	41.561	1.435	970	44.607	42.531
Obrigações fiscais	10.502	7.742	11.006	2.295	2.663	20.539	13.669
Dividendos a pagar	4.775	(1.596)	129.557	1.596	-	4.775	129.557
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.377	-	1.364	1.106	1.173	2.483	2.537
Adiantamento de clientes	27.075	1.784	9.539	91	130	28.950	9.669
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>523.641</b>	<b>152.489</b>	<b>811.274</b>	<b>59.274</b>	<b>19.084</b>	<b>735.404</b>	<b>830.358</b>
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	2.331.813	-	1.819.729	67.363	74.281	2.399.176	1.894.010
Arrendamentos a pagar	861.559	369.098	1.111.089	-	-	1.230.657	1.111.089
Instrumentos financeiros derivativos	85.207	36	141.516	-	-	85.243	141.516
Impostos diferidos	164.718	7.615	214.405	-	-	147.341	214.405
Obrigações fiscais	7.377	-	4.546	-	-	7.377	4.546
Fornecedores e outras contas a pagar	419	-	436	-	-	419	436
Provisões para contingências	13.199	8.367	26.614	-	-	21.566	26.614
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>3.464.292</b>	<b>385.116</b>	<b>3.318.335</b>	<b>67.363</b>	<b>74.281</b>	<b>3.891.779</b>	<b>3.392.616</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	102.994	817.093	754.676	119.179	227.420	1.039.266	982.096
Reservas de lucros	660.063	361.360	1.034.126	-	-	1.021.423	955.886
Ajustes de avaliação patrimonial	12.692	-	13.524	-	-	12.692	13.524
Dividendos adicionais propostos	15.638	(4.788)	-	4.788	-	15.638	-
Ações em tesouraria	(14.261)	-	(14.261)	-	-	(14.261)	(14.261)
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(78.240)	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>777.126</b>	<b>1.173.665</b>	<b>1.788.065</b>	<b>123.967</b>	<b>149.180</b>	<b>2.074.758</b>	<b>1.937.245</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.765.059</b>	<b>1.711.270</b>	<b>5.917.674</b>	<b>250.604</b>	<b>242.545</b>	<b>6.701.941</b>	<b>6.160.219</b>

## 27 Demonstrações dos fluxos de caixa

### Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, foram gastos com aquisição de ativos imobilizados R\$ 301.976 na controladora (R\$ 340.111 em 31 de março de 2023) e de R\$ 511.444 no consolidado (R\$ 412.476 em 31 de março 2023) da seguinte forma:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Custo com aquisição imobilizado	508.327	548.943	858.928	650.094
Saldo de fornecedor no fim do período	(14.815)	(22.110)	(29.202)	(22.110)
Aquisição Plantio	(192.436)	(186.722)	(309.279)	(215.508)
	<b>301.076</b>	<b>340.111</b>	<b>520.447</b>	<b>412.476</b>

## 28 Eventos subsequentes

### Reversão penalidade JBIO

Conforme citado na Nota explicativa 20 – Outras receitas (despesas) operacionais líquidas, em abril de 2023 a Jalles Bioenergia S.A. sofreu uma penalização de R\$10.524 mil na qual o Operador Nacional do Sistema Elétrico, (ONS), puniu a Companhia por descumprir o contrato de disponibilidade para o fornecimento de energia elétrica. Em 04 de dezembro de 2023 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deu provimento ao requerimento formulado pela Jalles Bioenergia S.A, para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS altere a classificação do estado operativo da UG1 da UTE Santa Vitória de Desligamento em Urgência (DUR) para Desligamento em Emergência. Após este provimento a Companhia obteve, em maio de 2024, a autorização para o faturamento do valor da penalidade corrigido pelo IPCA.

### Autorregularização – Explicar e apresentar efeitos

Em 1º de abril de 2024 a Controladora aderiu ao programa de Autorregularização Incentivada, programa que incentivou os contribuintes a regularizarem débitos tributários, evitando autuações e litígios. O programa concedeu condições especiais para a regularização de tributos administrados pela Receita Federal, com desconto de 100% dos juros de mora e sem multas de mora e de ofício.

Na adesão ao programa a Companhia incluiu débitos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$48.767 relativo à depreciação acelerada incentivada da lavoura de cana-de-açúcar excluído da base de cálculo destes tributos nos anos calendários de 2020 a 2023 por entender ser este um assunto controverso no âmbito fiscal e, por ser um ajuste temporário na apuração do imposto de renda, representa risco desnecessário para o momento.

Como o programa de Autorregularização Incentivada permitiu a quitação de 50% do valor com a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da própria Companhia e de suas controladas diretas e indiretas e parcelamento do saldo remanescente em 48 meses, a Jalles consumiu R\$ 20.265 de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Jalles Bioenergia e R\$4.119 da Santa Vitória Açúcar e Alcool, restando R\$24.384 parcelados em 48 meses.

O impacto do Programa de Autorregularização no resultado consolidado no momento da adesão foi:

	<u>Efeitos da</u> <u>Autorregularização</u>
Outras receitas operacionais	4.119
<b>Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>4.119</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>2.127</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>6.246</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(39.615)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	48.670
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>15.301</b>

(\*) Efeito sobre reversão da Depreciação Acelerada Incentivada da Lavoura de cana, recomposição do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa e dedutibilidade não tributação da anistia de juros e multas sobre os débitos da Autorregularização

### **Emissão de Debêntures incentivadas**

Em 5 de junho de 2024, foi concluída a 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. Foram captados R\$ 400.000 com prazo de 10 (dez) anos.

\* \* \*

## **Conselho de Administração**

Oscar de Paula Bernardes Neto  
Presidente e Conselheiro Independente

Alexandre Lahóz Mendonça de Barros  
Vice-Presidente e Conselheiro Independente

Plínio Mário Nastari  
Conselheiro Executivo

Otávio Lage de Siqueira Filho  
Membro

Silvia Regina Fontoura de Siqueira  
Membro

Clóvis Ferreira de Moraes  
Membro

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho  
Membro

## **Diretoria executiva**

Otávio Lage de Siqueira Filho  
Diretor Presidente

Rodrigo Penna de Siqueira  
Diretor Financeiro

Henrique Penna de Siqueira  
Diretor Comercial

Joel Soares Alves da Silva  
Diretor de Operações

### **Contador**

Nelson Gomes da Silva Neto  
CRC/GO nº 011 107/O-2

## Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais

O resultado operacional da safra 2023/24 ficou praticamente em linha com as projeções que foram divulgadas pela Companhia, em 29 de junho de 2023. Ocorreram variações mínimas nos dados de produção. No mix de produção houve aumento de 1.3 p.p. na participação de açúcar na produção total ante o projetado dada as condições de mercado. Durante a safra, o açúcar apresentou melhores preços de comercialização enquanto o preço do etanol registrou preço inferior ao da safra anterior, o que levou a Jalles a buscar uma safra mais açucareira.

No encerramento da safra 2023/24, o Capex Recorrente somou R\$ 447,5 milhões, 23,5% superior aos R\$ 362,2 milhões projetado. Houve avanço nos investimentos em renovação do canavial em todas as Unidades, com ênfase na USV para aumento da produtividade e introdução de melhorias no campo.

A execução do Capex Expansão com a ampliação IPO alcançou R\$ 80,7 milhões, sendo 38,9% menor que os R\$ 132,0 milhões no período 2022/23. Esta conta se refere aos recursos do IPO que são aplicados na Companhia para incremento na produção e produtividade da UJM e UOL e a construção da Fábrica de Açúcar VHP da USV. Já o Capex Expansão IPO – ativo biológico, somou R\$ 33,8 milhões, 25,1% inferior ao divulgado nas projeções. A diferença entre os valores divulgados nas projeções e o realizado é explicado pelo adiamento de alguns investimento para a safra seguinte, 2024/25.

Ao final do período, o Capex Total da Companhia, sem tratos culturais, somou R\$ 863,8 milhões, 6,0% maior que a safra 2022/23, R\$ 614,8 milhões. Tal aumento resulta do interesse da Jalles em expansão e melhoria do canavial, como também da área industrial.

Dados de Produção	Guidance 2023/24	Safra 2023/24	Δ%
Processamento de cana (mil/t)	7.302,2	7.350,1	0,7%
Produtividade - TCH (t/ha)	84,4	84,2	-0,2%
ATR Médio (kg/t)	143,2	144,0	0,6%

Mix de Produção	Guidance 2023/24	Safra 2023/24	Δ%
Açúcar (%)	36,2%	37,5%	1,3p.p.
Etanol (%)	63,8%	62,5%	-1,3p.p.

# Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

# Jalles

**Jalles Machado S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ 02.635.522/0001-95

NIRE 52.30000501-9

Capex (R\$ Milhões)	Guidance 2023/24	Safra 2023/24	Δ%
Expansão IPO (1 Milhão de toneladas)	132,0	80,7	-38,9%
Expansão IPO (Ativo Biológico)	45,1	33,8	-25,1%
Expansão Santa Vitória (Ativo Biológico e Maquinário Agrícola)	54,1	54,2	0,2%
Fábrica de Açúcar (Santa Vitória)	127,5	131,5	3,1%
Melhorias Operacionais e Outros	93,9	116,1	23,6%
Recorrente (Renovação de Plantio e Manutenção de Entressafra) <sup>1</sup>	362,2	447,5	23,5%
<b>Total Capex</b>	<b>814,8</b>	<b>863,8</b>	<b>6,0%</b>

<sup>1</sup>Não inclui tratos culturais

JALLES

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Jalles Machado S.A.  
Goianésia – GO

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jalles Machado S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Jalles Mechado S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Mensuração dos ativos biológicos

Veja as Notas 2.7 g e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Principais assuntos de auditoria

A Companhia mensura os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar ao valor justo deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte.

O valor justo representa o valor presente de fluxo de caixa estimado para ativos biológicos, que é determinado por meio de aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixas descontados, que incluem: a área estimada de colheita, produtividade prevista (toneladas de cana por hectares), quantidade total de açúcar recuperável ATR, o valor de kg do Açúcar Total Recuperável (ATR), custos com tratamentos culturais, custos com colheita e corte, carregamento e transporte, custos de capital, custos de arrendamento e parceria agrícola, impostos e taxa de desconto.

Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação do valor justo, ao impacto que eventuais mudanças nas premissas teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e à relevância dos montantes de ativos biológicos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao cálculo do valor justo deduzido dos custos estimados de venda dos ativos biológicos;
- Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, fizemos a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos ativos biológicos, comparando-as com informações históricas internas e com dados externos observáveis do mercado;
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente

elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira

compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 19 de junho de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/F-0

Fernando Rogério Liani  
Contador CRC 1SP229193/O-2

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Jalles Machado S.A. ("Companhia"), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, nos termos do artigo 163, incisos II, III e VII da Lei 6.404/76, procederam à análise das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o Relatório Anual da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024 e, com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, e considerando ainda o relatório dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes Ltda., de 19 de junho de 2024 sobre as demonstrações financeiras assim como seus esclarecimentos, concluíram, por unanimidade, que os documentos estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral, bem como como opinam favoravelmente sobre a proposta da administração para a distribuição de dividendos para deliberação em Assembleia Geral.

CONSELHO FISCAL DA JALLES MACHADO S.A.

---

Cláudio Oliveira da Silva

---

Elvio Franklin Gajardoni Rodrigues

---

Luiz Fernando Ferraz de Rezende

# Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

## RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

31 de março de 2024

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM

O Comitê de Auditoria Estatutário da Jalles Machado S.A. ("CAE" ou "Comitê") é um órgão de caráter permanente instituído em 23 de julho de 2019, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Jalles Machado S.A. ("Companhia"), possui Regimento Interno próprio ("Regimento"), sendo regido pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras e dentro das melhores práticas de Governança Corporativa

O Comitê iniciou o exercício composto por 3 (três) membros independentes, reelegíveis, com mandato de 2 anos, reeleitos em 26 de julho de 2022, com mandato até 31 de julho de 2024. A Composição atual conta com o Sr. Ronaldo Tomazella Monteiro, Auditor Independente inscrito na CVM (Membro Coordenador do Comitê de Auditoria), Sr. Alexandre Lahóz Mendonça de Barros, Engenheiro Agrônomo (Conselheiro de Administração Independente e Membro do Comitê de Auditoria) e o Sr. Leandro Antonio Marini Pires, Auditor Independente inscrito na CVM (Membro do Comitê de Auditoria).

De acordo com Regimento Interno, cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Jalles Machado S.A. pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A KPMG AUDITORES INDEPENDENTES ("KPMG") é a empresa de auditoria independente, responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC - e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITR's) enviados para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC, em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da Comissão de

Valores Mobiliários (CVM) e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de março de 2024, os referidos Auditores Independentes emitiram relatório, contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna, com apoio de consultores externos, quando necessário. O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pelo responsável da área de Auditoria, Riscos e Controles Internos e desenvolve sua atuação de forma ampla observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Em constante evolução, este Comitê tem contado desde de seu início com a contratação de diversos especialistas para o desenvolvimento de processos e projetos de Governança, Risco e Compliance, bem como do mapeamento e análise de riscos, controles internos, auditoria interna, programa de integridade em desenvolvimento pela Jalles Machado S.A. com o a estruturação de equipe interna e assessoramento de especialistas, quando necessário, tais como, EY, KPMG, Business Insights & Governance Consultoria (Bigadvising), Áliant (ICTS), bem como de Consultorias de especialistas para a emissão de pareceres, tais como, PwC, Brasil Salomão Matthes Advocacia, entre outros. Ainda para estruturação dos órgãos de assessoramento foram autorizadas as aquisições de softwares de apoio e controle, sendo adquirido o sistema da Nasdaq Inc. para controle das reuniões e esta fase final de implementação o sistema de GRC da SoftExpert Software S.A.

### 1) A Companhia:

A Jalles Machado S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o número 02549-6, em 04 de fevereiro de 2021. As ações da Companhia são negociadas na B3 sob o código de negociação "JALL3" e participa das carteiras teóricas de Índices da B3, como IBRA (índice Brasil Amplo), ICON (índice de Consumo), IGCT (índice de Governança Corporativa Trade), SMLL (índice Small Caps), IGPTW (Índice Great Place to Work), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), IAGRO (Índice Agronegócio B3), IGC-NM B3 (Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado) e ITAG B3 (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado).

O escopo de atuação do Comitê de Auditoria Estatutário compreende a Jalles Machado S.A., e suas controladas: Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda., Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A. e Purolim S.A. e da controlada indireta Jalles Bioenergia S.A. Ressalta-se que a Companhia também possui investimentos reconhecidos pelo resultado de equivalência patrimonial nas suas

As ações da Cia estão distribuídas da seguinte forma:

## 2) Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Considerando que a aquisição da totalidade das quotas da Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. e da Jalles Bioenergia S.A. terem ocorridas em 3 de outubro de 2022, após o cumprimento das condições precedentes e obtido as autorizações legais, as demonstrações financeiras da Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. e Jalles Bioenergia S.A. compõem parcialmente os resultados consolidados comparativos da Jalles Machado S.A. encerrados em 31 de março de 2023, considerando que a aquisição ter sido efetivada em outubro de 2022. Dessa forma, no resultado do exercício anterior para fins comparativo, contém na equivalência patrimonial destas controladas somente 6 meses de operação. Para os demais investimentos, o período de apuração comparativo foi de 12 meses.

## 3) Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário no período de 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024:

De 1º de abril de 2023 (incluindo neste período a reunião ordinária do CAE que apreciou as Demonstrações Financeiras da Jalles Machado S.A. relativas ao Exercício findo em 31/03/2023) a 13 de junho de 2024 (data da reunião ordinária do CAE que apreciou as Demonstrações Financeiras da Jalles Machado S.A. relativas ao Exercício findo em 31/03/2024), o Comitê de Auditoria Estatutário da Jalles Machado S.A., apesar de regimentalmente ter que se reunir a cada dois meses, realizou 11 reuniões (03 de abril, 22 de junho, 08 de agosto, 09 de outubro, 7 de novembro, 05 de dezembro de 2023, 22 de janeiro, 09, de fevereiro, 08 de abril e 13 de junho de 2024, além da participação na AGOE de 31 de julho de 2023), que contemplaram diversas pautas, em especial, 6 (seis) envolvendo os Auditores Independentes, sendo 3 (três) para apreciação das Demonstrações Financeiras Intermediárias (30/06/2023, 30/09/2023 e 31/12/2023), 2 (duas) sobre a Demonstração Financeira Anual do exercício passado encerrada em 31 de março de 2023 e na presente data para aprovação das Demonstrações Financeiras deste

Exercício, findo em 31/03/2024, bem como, bem como de diversas outras reuniões envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores Executivos, Membros do Comitê de Integridade, Compliance, Auditores Internos, Auditores Independentes, Advogados, colaboradores e consultores da Companhia e outros interlocutores. Também foram realizadas 17 outras deliberações eletrônicas pelo site da boardadvantage no endereço eletrônico <https://us.nasdaqboardvantage.com>, mais precisamente em temas disponibilizados em 24 de maio, 23 e 28 de junho, 22 de setembro, 25 de outubro, 11 de dezembro, 2 de fevereiro, 27 de março e 9 de maio de 2024.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

(1) Analisar e opinar sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias encerradas em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, todas de 2023, referente aos 1º, 2º e 3º trimestre da Safra 2023/2024 e dos comentários dos Auditores Independentes presentes em relação aos trabalhos de auditoria, tendo ressaltado em todas elas, como “principal assunto de auditoria” a mensuração do valor justo dos biológicos no balanço patrimonial, informando no parecer dos Auditores Independentes, de que com base nos procedimentos de auditoria, ambos os procedimentos “são aceitáveis no contexto das Demonstrações Financeiras”. Ressaltaram que, considerando a grandeza dos recursos registrados em tais rubricas, elas sejam monitoradas continuamente para segurança e integridade das Demonstrações Financeiras.

(2) Acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras, do Relatório da Administração e dos “Releases” de Resultados, mediante reuniões com a área contábil, com administradores e com os Auditores Independentes para discussão das informações trimestrais (ITR’s) e demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2024.

(3) Acompanhamento da renovação da contratação de consultoria externa (PwC) para os trabalhos de revisão tributária da Companhia e suas controladas. No escopo foi avaliado e aprovado o aumento do número de revisões periódicas para mais segurança tributária da Companhia. Também foram contratados outros trabalhos de consultoria junto a PwC para questões pontuais inerentes a atividade da Companhia.

(4) Acompanhamento do Plano Anual de Atividades da Auditoria interna para conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos de Auditoria Interna; Acompanhamento da evolução e implementação dos planos de ações para mitigação das deficiências identificadas; criação e modificação das políticas e procedimentos da Companhia, acompanhamento das ações adotadas pela administração para solução e/ou melhoria dos procedimentos de governança da Companhia.

(5) O Comitê se reuniu durante o exercício com a controladoria e com a auditoria interna e gestão de risco para esclarecimentos aos componentes do Comitê à respeito do projeto de GRC, em especial de questões relacionadas a estruturação da auditoria interna e sua extensão para as unidades adquiridas Santa Vitória e J.Bio, da aplicação do manual de controles internos, das revisões do organogramas de funções para acompanhamento do mapeamento dos riscos estratégicos ou operacionais e dos fatores de risco, revisão contínua do mapa de riscos estratégicos e para exposição das ações mitigatórias para estes riscos, criação e revisão de políticas e procedimentos, sempre que necessário, com o apoio

e orientação dos assessores contratados, para discutir, entender os processos e as ações mitigatórias.

Entre os trabalhos desenvolvidos pela área de controles internos, gestão de risco e compliance podemos destacar:

- Apresentação e discussão da estrutura, metodologia e organograma do GRC (Governança, Riscos e Compliance) cujo objetivo de garantir a conformidade das operações e demais políticas corporativas com as disposições previstas em leis, normas, estatutos e demais regulamentos. Importante destacar entre as melhorias e evoluções da gestão do GRC, a reformulação de seu organograma e a contratação de especialista com atuação em grandes empresas para assessorar a gestão do departamento e desenvolvimento de talentos da própria equipe.
- Identificação pelos controles internos de gaps em seus respectivos processos operacionais, através da análise de eficácia dos controles existentes. Expostos ao Comitê, quando este entende necessário, sugere implementação de controles não identificados e mapeamento dos processos.
- O Comitê por meio do Gestão de Riscos, realiza periodicamente o acompanhamento da Matriz de Riscos Estratégicos e anualmente discute a revisão dos principais Riscos Estratégicos, a partir de sua matriz de riscos e detalhamento dos riscos críticos e de seus KRI's. A partir daí, objetivando mitigá-los, a área de Gestão de Riscos e Controles Internos em atuação direta com os donos dos riscos que traçam as ações mitigatórias específicas para evitar que os riscos se materializassem. Para essa tarefa de monitoramento adotaram indicadores chamados de KRI's, que são alimentados pelos "Donos dos Riscos", monitorados pela Gestão de Riscos e repassados a direção, também na plataforma Qualyteam, módulo Flag.
- Revisão do "Plano Anual de Trabalho Integrado de Auditoria Interna e Controles Internos", com objetivos e premissas que conduziram sua construção, com critérios considerados para escolha e priorização dos processos que estão sendo avaliados nos trabalhos de 2024, com prioridade: 1) Contábil e Controladoria; 2) Tecnologia da Informação; 3) Recursos Humanos e 4) Parceria Agrícola, com a melhoria nos processos de manutenção com enfoque na contratação de serviços e aquisição de peças, contabilidade e parceria agrícola, apesar do amplo monitoramento existente pelo comitê e conselho
- Apresentações sobre o projeto do programa de conformidade aprovado no Plano de Trabalho 2024 com o status das 10 áreas de atuação do programa, objetivando como resultado embasar treinamentos e orientações para a companhia. Acompanhamento e orientações a equipe de GRC para uniformização dos trabalhos da área na Santa Vitória e J. Bioenergia com monitoramento e prestação de contas sobre o Status dos Planos de Ação dos trabalhos de Controles Internos com exposição da visão geral, status em andamento, status planos por processos e os planos previstos por ações e desenvolvimento dos colaboradores da unidade para uniformização de ações e procedimentos adotados na controladora.
- Acompanhamento das ações adotadas pela administração para solução e/ou melhoria dos procedimentos mencionados pelos Auditores Externos na Carta de Recomendações da Auditoria Independente; e,
- Acompanhamento da evolução da mitigação dos riscos cibernéticos.
- Revisões dos mapeamentos de processos, incluindo neles, os procedimentos das unidades Santa Vitória e J. Bio, para evolução e melhoria das informações no sistema de gerenciamento do GRC. Atualização em andamento da gestão de riscos e projeto riscos estratégicos previsto para o segundo semestre do ano de 2024;
- Implementação do "Projeto SoD", segregação de função por meio do compartilhamento de mais de um indivíduo em uma única tarefa, como controle interno destinado a evitar fraudes e erros.
- Acompanhou a realização de inventários de estoques.
- Implementação de melhorias, algumas ainda em andamento, com a reprogramação do plano de trabalho do GRC, melhoria na prestação de contas dos trabalhos da Auditoria interna com Relatórios e Status Report Atualizados.
- Na área Compliance foram realizados diversos trabalhos, em especial, para atualização e evolução do planejamento e dos processos de validação de fornecedores. Também foi implementado novos procedimentos internos com a perspectiva de obtenção de selos éticos de importância para a Companhia.

(6) O Comitê acompanhou durante o exercício as denúncias realizadas pelo Canal de denúncias do Programa de Integridade da Cia., e discutiu, quando necessário, com os componentes do Comitê de Integridade, os objetivos do canal e ações em relação as denúncias. Também acompanha o número de incidentes por ano por unidades, frequência e tipo de incidentes. Periodicamente, os membros do programa de integridade nos posicionam o Comitê das principais ações tomadas e resultados das ações tomadas em virtude das denúncias. Importante destacar que Canal de Integridade sofreu uma reestruturação com novo fluxo e tabela de "work flow". Essa reformulação está sendo realizada mediante treinamento dos colaboradores da Companhia para correção de algumas questões sobre a forma que são colocadas no canal, orientações aos colaboradores para entendimento correto de seu uso, alterações e modificações na estrutura do canal, exigência de cronogramas e procedimentos mais rígidos, especialmente sobre a forma e tratamento das denúncias, fluxo de recepção, apuração, tratamento e conclusão.

(7) O Comitê com apoio de especialistas, Auditores Independentes e consultores jurídicos acompanharam regularmente as transações com partes relacionadas, em especial, de operações de parceria rural, observando-as e reportando-as ao Conselho de Administração, todas estivessem em linha com a política aprovada pela Companhia, validadas por consultores jurídicos, assessores e Auditores contratados na observância das normas legais de natureza civil, agrária e tributária, bem como, no cumprimento das condições e políticas de precificação das parcerias da Cia. de forma isonômica entre partes relacionadas ou não relacionadas.

(8) No exercício, em continuidade ao acompanhamento e supervisão da prestação de contas da CCI - Carta de Controle Internos de 31 de março de 2023, apresentada pelos Auditores externos o Comitê reiterou a preocupação constante para que a área de TI continue tomado ações contra as vulnerabilidades de segurança objetivando impedir que "hackers mal-intencionados" acessem sistemas e aplicativos de TI. Orientou que todas as informações sobre os pontos fracos de segurança em seu ambiente sejam repassadas e incluídas na matriz de riscos da Jalles Machado e que orientações sobre como avaliar os riscos associados a essas fraquezas sejam

continuadamente mapeadas e monitoradas para uma melhor compreensão de seus ativos, falhas de segurança e risco geral, reduzindo a probabilidade de “cibercriminosos” violem seus sistemas. Ressalta-se que sobre os “Status Carta de Controles Internos de 2023”, além das questões inerentes a área de TI, também foram abordados os status das recomendações sobre governança, controles internos e procedimentos contábeis e em seu acompanhamento foram implementados planos de ações discutidos com a administração, a partir dos GAP’s por área. Importante ressaltar que as ações estão sendo replicadas nas unidades Santa Vitória e J. Bio.

(9) Importante destacar a criação do Plano Plurianual ESG com objetivo de alcançar o parâmetro do Ciclo do “ISE B3”, estruturado em 5 dimensões (meio ambiente; capital social; governança; capital humana; e, inovação), demonstrando a maturidade da empresa em relação ao ISE B3 e os objetivos pretendidos em relação aos indicadores e sua expectativa de cronograma para atingimento das metas.

(10) Em sua função de assessoramento ao Conselho de Administração, lhe foi requerido ao comitê acompanhar as ações da administração em relação a atividade de comercialização de energia, em especial, dos cuidados e ações para o cumprimento do contrato que fora adquirido por meio da aquisição da Jalles Bio, especialmente pela ampliação da unidade Santa Vitória que modificara a capacidade de geração de energia da unidade. Como resultado dessa solicitação, a diretoria informou que tem acompanhado a questão e avaliado os cenários de mercado até 2027, inclusive amparados em orientações e opiniões de especialistas sobre possíveis riscos, para quando necessário, realizar hedge

(11) Discussões técnicas sobre a adoção ou não de procedimentos e orientações emitidas pelo IBRACON, em especial, da forma de contabilização da manutenção de entressafra, alterando seu registro do imobilizado para os estoques. O tema após divergências entre as entidades do setor e entidades especializadas, foi decidido em linha com o setor, em manter o procedimento atualmente utilizado.

(12) Revisões das políticas existentes da Companhia, bem como, da implementação de outras políticas com o objetivo de torná-las mais simples e objetivas, facilitando o entendimento dos usuários e maior aplicabilidade delas. Entre elas destacamos as seguintes políticas: gestão de riscos; anticorrupção; indicação de administradores; remuneração de administradores; transação com partes relacionadas; parcerias agrícolas; contratação de serviços Extra auditoria; bem como dos procedimentos de integração de conselheiros e do regimento interno da diretoria

(13) Acompanhou o andamento do processo de Gestão Ambiental, considerando que havia sido identificado na atualização do portfólio de riscos estratégicos, o “Risco 01 – Gestão Ambiental como um risco crítico. Nesse sentido para dar sustentação as respostas dadas no diagnóstico do ISE B3 – Dimensão Meio Ambiente foi contratado para a análise

da gestão ambiental, auditoria externa nas unidades Jalles Machado e Otávio Lage. Após auditoria, em decorrência dos resultados obtidos foram elaborados “control gap” e “mapa de riscos” para implementação pelo time ambiental de planos de ação que visam mitigar os riscos identificados, com reporte periódico ao Comitê

#### 4. Efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Jalles Machado S.A., após a realização das atividades acima descritas, em especial aquelas listadas na seção 3 retromencionado, avaliam que os procedimentos adotados para a manutenção da eficácia e efetividade dos processos de controles internos e de gestão de riscos são adequados e satisfatórios.

#### 5. Descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação

##### 5.1. Recomendações à Diretoria Executiva

Nos debates estabelecidos nas reuniões realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas recomendações para melhoria dos processos de controles e gestão dos negócios. As manifestações e os respectivos atendimentos são devidamente registrados em atas. O CAE monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

##### 5.2 Recomendação ao Conselho de Administração

Durante o exercício de 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuado, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada e durante a execução dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário, a cada reunião as recomendações e opiniões das atividades executadas foram reportadas ao Presidente do Conselho de Administração, mediante encaminhamento de cópias da ata de reunião com anexos evidenciando os trabalhos executados e as implementações realizadas e em andamento, especialmente as relacionadas as demonstrações financeiras, auditoria interna, operações com partes relacionadas e aos projetos de GRC (Governança, Riscos e Compliance) com objetivo de garantir a conformidade das operações e demais políticas corporativas com as disposições previstas em leis, normas, estatutos e demais regulamentos.

#### 6. Avaliação da efetividade das auditorias independente e interna;

O Exercício de 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024 foi um período muito produtivo para o Comitê de Auditoria Estatutário da Jalles Machado, com o destaque para as atividades de monitoramento da qualidade das Demonstrações Financeiras, dos controles internos, da conformidade e do gerenciamento de riscos, de forma a assegurar o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações financeiras publicada para os investidores.

Nesse contexto, como resultado de todo esse trabalho de acompanhamento e supervisão efetuado pelo Comitê, o CAE declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação as demonstrações financeiras do Exercício findo em 31 de março de 2024, estando todos os fatos relevantes adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras auditadas relativas a 31 de março de 2024.

Após diversas reuniões com os Auditores Independentes e a realização das atividades acima descritas na seção 3 retromencionado, o Comitê procedeu à avaliação formal da Auditoria Independente com conclusão satisfatória, inclusive com relação a sua independência.

Em relação a auditoria interna, seus trabalhos e relatórios foram apresentados e discutidos com o Comitê, que considera satisfatórios no escopo, na metodologia e nos resultados de seus trabalhos realizados. O Comitê de Auditoria mantém acompanhamento dos planos de ação decorrentes dos pontos de auditoria levantados em todas as áreas auditadas. Considerando a competência do Comitê e observadas as atividades descritas na seção 3 retromencionado, o Comitê procedeu à avaliação formal da Auditoria Interna, com conclusão satisfatória.

7. Quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia

Não ocorreram situações em que existiu divergência significativa entre a administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

8. Conclusão:

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Jalles Machado S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, observadas as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, com base nos trabalhos efetuados e descritos neste relatório analisaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório preliminar dos Auditores Independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024 e consideraram que tal documento reflete adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas bem como todos os temas relevantes que chegaram ao conhecimento do Comitê, no exercício de suas funções. Igualmente, considerando o acima exposto, os membros do Comitê de Auditoria avaliam como satisfatórios a qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período.

Por fim, os membros do Comitê de Auditoria recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Goianésia, GO, 13 de junho de 2024.

Ronaldo Tomazella Monteiro  
Membro Coordenador do Comitê de Auditoria e Presidente da Mesa

Leandro Antonio Marini Pires Membro do Comitê de Auditoria Secretário

Alexandre Lahóz Mendonça de Barros  
Membro do Comitê de Auditoria

## **Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA JALLES MACHADO S.A.

Os membros do Comitê de Auditoria da Jalles Machado S.A. ("Companhia), CNPJ (MF) nº 02.635.522/0001-95, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31 de março de 2024, e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, sem qualquer ressalva, que referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos retro mencionados, nos termos do artigo 9º, Parágrafo único, III da ICVM 481/09, pelos Conselhos de Administração da Companhia, com o posterior encaminhamento e análise deste pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Goianésia, GO, 13 de junho de 2024.

Ronaldo Tomazella Monteiro  
Membro Coordenador do Comitê de Auditoria e Presidente da Mesa

Leandro Antônio Marini Pires  
Membro do Comitê de Auditoria e Secretário

Alexandre Lahóz Mendonça de Barros  
Membro do Comitê de Auditoria

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os abaixo assinados Diretores da JALLES MACHADO S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Fazenda São Pedro, Rodovia GO 080, KM 75,1185, s/n, CEP 76.388-899 inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.635.522/0001- 95 (“Companhia”), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024.

Goianésia, 19 de junho de 2024.

**OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA FILHO**  
Diretor Presidente

**RODRIGO PENNA DE SIQUEIRA**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os abaixo assinados Diretores da JALLES MACHADO S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Fazenda São Pedro, Rodovia GO 080, KM 185, s/n, CEP 76.388-899 inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.635.522/0001-95 ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitidas nesta data, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2024.

Goianésia, 19 de junho de 2024.

OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA FILHO  
Diretor Presidente

RODRIGO PENNA DE SIQUEIRA  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores